

DESAFIOS DA GESTÃO DA SEGURANÇA CIDADÃ NA AMÉRICA LATINA



**ROLANDO ÓSCAR
GRIMALDO
SANTAMARÍA**

**COORDENADOR DE
CRIMINOLOGIA**

**UNIVERSIDAD
PONTIFÍCIA
COMILLAS**

31 DE AGOSTO DE 2022
DAS 19H ÀS 22H
AUDITÓRIO CARANGOLA
FAFICH - UFMG

AULA INAUGURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E VITIMIZAÇÃO POR CRIME: QUAL A RELAÇÃO?



**ROLANDO ÓSCAR
GRIMALDO
SANTAMARÍA**

**COORDENADOR DE
CRIMINOLOGIA**

**UNIVERSIDAD
PONTIFÍCIA
COMILLAS**

**29 DE AGOSTO DE 2022
DAS 14H ÀS 17H
AUDITÓRIO CARANGOLA
FAFICH - UFMG**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CENTRO DE ESTUDOS EM CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA**

**REOFERECEIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA**

BELO HORIZONTE - 2023

- IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação: Curso de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública

Área(s) de Conhecimento: Sociologia

Área de Concentração: Estudos em Criminalidade e Segurança Pública

Modalidade: Semipresencial

Unidade: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento: Sociologia

Previsão de Início: Março de 2023

Número Inicial de Vagas: 60 para 2023 e 60 para 2024

Endereço para Correspondência:

Cento de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6627, Pampulha

Unidade Administrativa III (UFMG) CEP: 31.270-901

E-mail : lmlr@ufmg.br

dso@fafich.ufmg.br

Telefone: (31) 3409-5010

Comissão Coordenadora do Projeto:

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (DSO/FAFICH)

Cláudio Chaves Beato Filho (DSO/FAFICH)

Andréa Maria Silveira (Faculdade de Medicina)

Valéria Cristina Oliveira (Faculdade de Educação)

Bráulio Figueiredo Alves Silva (DSO/FAFICH)

2 – CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA:

- a) Breve histórico da Instituição e das atividades de ensino e pesquisas envolvidas relacionadas com o curso;

Desde 1980, o Departamento de Sociologia da UFMG pesquisa e estuda os fenômenos da criminalidade e da violência, possuindo interface única em termos de formação de recursos humanos, elaboração e avaliação de políticas públicas de segurança e justiça criminal. O CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – é responsável por boa parte dessas iniciativas, tendo em vista a reunião, num mesmo espaço, de pesquisadores influentes na produção de conhecimentos qualificados sobre os fenômenos do crime e da segurança pública,¹ e, ainda, a enorme pressão que o centro exerce para a formação de recursos humanos. Vale lembrar que o Crisp foi criado pelo Departamento de Sociologia em 1996, sendo herdeiro e sistematizador da tradição de pesquisa e estudos aplicados, despontando como um dos centros de maior importância nesta temática no país.

Nos últimos anos, o Crisp tem se estruturado pelo viés da interdisciplinaridade, sendo composto por pesquisadores e professores que, voltados para a problemática da violência, criminalidade e segurança pública, detêm e produzem conhecimento em vários campos, tais como, estatística, ciências políticas, medicina, economia, ciência da informação, filosofia, psicologia, pedagogia, dentre outros. Com esta equipe multidisciplinar. Neste momento, o centro atua em três frentes: pesquisa, produção de políticas públicas e formação de recursos humanos, sendo que essa proposta se encaixa no último eixo.

De 1996 até o momento, os cursos de extensão oferecidos pelo Crisp foram frequentados por 5.460 alunos, em sua maioria esmagadora policiais, e tiveram por foco de estudos temas diversos: Policiamento Comunitário (488 alunos/10 turmas +EAD), Analista de Crime (1.203 alunos/39 turmas), Treinamento de Agentes Penitenciários (118 alunos/3 turmas), Sociologia da Violência e Criminalidade (70 alunos/EAD), Gestão em Segurança Pública (40 alunos/1 turma), Utilização do SPSS e do MAPINFO na área de Violência e Criminalidade (30 alunos/3 turmas), Treinamento em Aula Net, (para utilização de policiais da PMMG em seus cursos internos/40 alunos/1 turma), Solução de Problemas na Área de Homicídios (60 alunos/1 turma), Enriquecimento em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (40 alunos/1 turma), Indicadores de Criminalidade (15 alunos/1 turma), SPSS (15 alunos/1 turma), Análise Espacial da Criminalidade (15 alunos/1 turma), Programação em C++ (8 alunos/1 turma), Modelagem de Dados Dependentes (5 alunos/1 turma), Capacitacion para La Toma de Decisiones Operativas (207 alunos/ 3 turmas), Gestão e Análise de Crimes para Municípios (38 alunos/1 turma), Estudos Técnicos em Segurança Pública (563 alunos/33 turmas), Cidadania e Participação Comunitária na Resolução de Problemas (175 alunos/5 turmas), Formação de Gestores em Segurança Pública (100 alunos/5 turmas), Bases Teóricas e Conceituais das Políticas de Segurança Pública (25 alunos/1 turma), Policiamento Comunitário e Gestão de Segurança Pública (2000 alunos/19 turmas), Organização, Análise e Interpretação de Dados (30 alunos/1 turma), Metodologia de Solução de Problemas e Pilares Metodológicos do GISP (125 alunos/5 turmas), Metodologia de Solução de Problemas Aplicada à Gestão de Trânsito (26 alunos/1 turma), Estatística e Análise Espacial: conceitos, ferramentas e aplicação (24 alunos/1 turma).

Em 2001, também pioneiramente, a UFMG/DSO/CRISP passou a oferecer um curso de pós-graduação *lato sensu* na área. Foi então que se iniciou Curso de Especialização em

¹ Nesse sentido, ver: <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/ad-scientific-destaca-40-professores-da-ufmg-entre-os-mais-influentes-da-america-latina>, acesso em 22 de agosto de 2022.

Estudos de Criminalidade e Segurança Pública que, ao longo de seus 12 anos de existência, ministrou 10 turmas (três delas em parceria com a SENASP/RENAESP). Esta experiência foi responsável por formar 368 alunos, gerando um acervo de monografias sobre os mais diversos assuntos. São estudos e propostas de elaboração e avaliação de políticas públicas que, em muito já contribuíram para a mudança da segurança pública no estado de Minas Gerais, sendo que o programa polícia de resultados, implementado no começo dos anos 2000 pela Polícia Militar, foi gestado em uma dessas monografias.²

No âmbito do DSO/UFMG, o CRISP é corresponsável pela formação de *experts* acadêmicos, quais sejam, alunos de programas de pós-graduação *stricto senso* (mestrado e doutorado) na área. Esse contato estreito e essa vivência/convivência de pós-graduação dentro da UFMG já levou vários alunos de Especialização do CRISP a buscarem avançar ainda mais em seus estudos acadêmicos, candidatando-se a seleções nos programas *stricto senso*, sendo que muitos deles já estão titulados como mestres e doutores na área de sociologia e, também, geoprocessamento, educação e psicologia.

Desde 2020, o Crisp é parte do projeto Erasmus-Success,³ uma rede de colaboração entre universidades europeias e sul americanas para a troca de experiências, transferência de conhecimento e melhoria dos planos de estudo nas áreas da criminologia e segurança pública. No âmbito deste projeto, a proposta é oferecer mais uma edição de um curso de especialização que possa contribuir para o aumento da qualidade e quantidade do capital humano dedicado ao conhecimento e ação em criminologia e segurança pública, incluindo: professores, estudantes, investigadores e outros profissionais ligados à segurança pública e prevenção do crime, governos e sistemas de justiça.

- b) importância da proposta no contexto do Plano de Desenvolvimento Institucional da(s) Unidade(s) Acadêmica(s), do(s) Departamento(s) ou estrutura equivalente, e da UFMG;

A universidade Federal de Minas Gerais oferece 84 diferentes cursos em nível de pós-graduação *lato sensu*. Desses, 12 são oferecidas pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH, unidade universitária à qual pertence o Departamento de Sociologia. Este, por sua vez, oferece duas pós-graduações *lato sensu*: 1. Estudos de Criminalidade e Segurança Pública e 2. Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais, sendo que apenas o primeiro está diretamente vinculado a uma linha do Programa de Mestrado e Doutorado (*stricto senso*) em Sociologia, qual seja, a Sociologia do Crime, do Desvio e Conflito.⁴

A proposta que ora se apresenta tem como objetivo contribuir, por um lado, para maior aproximação entre os docentes que atuam na linha de sociologia do crime, violência e conflito dos profissionais de segurança pública e justiça criminal que não são o principal público-alvo dos processos seletivos de mestrado e doutorado. Por outro lado, a especialização tem como objetivo contribuir para despertar nos profissionais de segurança pública o interesse pela produção de políticas públicas baseadas em evidência, de forma a contribuir para a redução das taxas de crime e violência no Brasil contemporâneo.

- c) relevância e impacto regional da formação dos profissionais com o perfil previsto;

Desde a década de 1970, a sociologia do crime tem procurado construir ferramental teórico e empírico para desconstruir uma das associações mais perversas dentro do campo da

² Nesse sentido, ver: BEATO, Claudio; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; TAVARES, Ricardo. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. *DADOS*, v.51, p.687-717, 2008

³ Nesse sentido, ver: <http://criminologia.successproject.eu/>, acesso em 22 de agosto de 2022.

⁴ Nesse sentido, ver: <https://www.fafich.ufmg.br/ppgs/linhas-de-pesquisa/>, acesso em 22 de agosto de 2022.

segurança pública: a equivocada ideia de que pobreza produz crime. Desde os trabalhos seminais de Edmundo Campos Coelho, Antônio Luis Paixão, Alba Zaluar, Sérgio Adorno e Eliana Bordini a academia brasileira pensa, constrói e analisa as políticas públicas de segurança. O problema é que eles ainda reverberam pouco dentro das agências de segurança pública e justiça criminal.

Antônio Luis Paixão, fundador do CRISP/UFMG, foi um dos primeiros a atentar para como a violência se beneficia de profissionais mal preparados para o exercício de sua função. Ainda na década de 1980, criou uma experiência pioneira de levar policiais militares de Minas Gerais para dentro de uma instituição acadêmica. A proposta era democratizar a forma de pensar e, por conseguinte, de agir desses funcionários públicos, única maneira de desnaturalizar o autoritarismo socialmente implantado dentro das polícias militares.⁵

Desde essa experiência seminal, diversos foram os cursos realizados com vistas à formação específica de policiais. Como fruto dessa experiência, foi concebida a primeira matriz nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública. O documento final foi elaborado em 2003 a partir dos resultados dos cursos idealizados pelo prof. Paixão, a partir de uma parceria entre a Fundação João Pinheiro e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Brasil, 2014). A reformulação da Matriz, em 2013, foi conduzida a partir de um amplo diagnóstico acerca do que fora conquistado com o emprego da Matriz anterior e dos pontos que ainda precisavam avançar, algo que seria alimentado pela Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP).

A RENAESP foi uma política pública do governo federal vigente por 15 anos e que primava pelo financiamento de cursos de pós-graduação *lato sensu* em segurança pública, realizados por Instituições de Ensino Superior (IES) que contassem com núcleos voltados especificamente para a pesquisa na área de criminalidade e segurança pública. Durante o período em que esteve em funcionamento, a RENASP capacitou uma média de 5.250 profissionais por ano, incluindo guardas municipais, policiais militares e civis e agentes prisionais⁶. Todavia, desde 2016, com a mudança de prioridades dentro do Ministério da Justiça, a RENAESP teve as suas ações de ensino descontinuadas, de maneira que uma miríade de profissionais de segurança pública passou a buscar sua formação em outros cursos, que não aqueles diretamente promovidos pela instituição.

Logo, há um estoque de profissionais que não foram capacitados pelos cursos da RENAESP, bem como outros que gostariam ou deveriam compreender um pouco melhor como a sua prática poderia se desdobrar de forma menos autoritária e mais voltada para a proteção cidadã. Este é o público que a proposta pretende alcançar através da Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, que será oferecida pelo CRISP/UFMG no âmbito do projeto Erasmus-Success.

A proposta do CRISP/UFMG é mobilizar uma equipe de professores, majoritariamente, de programas de pós-graduação com uma vertente empírica e voltada para a produção e avaliação de políticas públicas para a constituição de um novo curso de formação em criminologia. Tal diversidade já foi testada com sucesso em outros projetos do Centro e, com toda certeza, ajuda a compreender as experiências de políticas públicas de sucesso que começaram como projeto piloto e, posteriormente, foram estatizadas em todo o país. Dentre elas, destaca-se o Programa de Controle de Homicídios (Fica Vivo!), reconhecido como importante iniciativa de enfrentamento da criminalidade juvenil. O Governo de Minas institucionalizou o programa como política pública através do Decreto nº 43.334, de 20 de maio de 2003 e, atualmente, o Governo do Estado de Pernambuco está replicando a metodologia do Programa. Outra metodologia de sucesso criada pela CRISP/UFMG é o

⁵ Essa experiência é analisada por Leeds (2013).

⁶ Desde 2019, em razão da reformulação do art. 144, os agentes prisionais se tornaram policiais penais.

projeto IGESP – Integração e Gestão da Segurança Pública – desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais e que vem sendo apontado como o mais promissor programa de gestão da segurança pública estadual, sendo replicado em outros estados por meio da categoria de políticas públicas de gestão por resultados.⁷ Mais recentemente, o destaque é o sistema de Gestão Integrada para a Segurança do Trânsito (GISTRAN), desenvolvido para apoiar o trabalho dos profissionais da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) e contribuir para a prevenção de acidentes no trânsito da capital.

O ponto forte do novo curso do CRISP é sua forte orientação empírica e científica capaz de subsidiar avaliações e mudanças nas políticas públicas de segurança e justiça criminal em execução no âmbito municipal, estadual e federal. Outro aspecto a ser destacado é o forte componente aplicado das atividades acadêmicas desenvolvidas nas disciplinas que irão compor o novo curso. Finalmente, os cursos previstos têm forte orientação para um enfoque mais preventivo, sendo que os conteúdos irão se guiar pela constante reflexão sobre como desenvolver uma ação mais proativa em relação ao controle do crime.

- d) justificativa e relevância para a criação do curso, frente aos cursos jáexistentes na UFMG, no Estado e no País;

A UFMG não possui atualmente qualquer curso de especialização voltado para a temática da criminalidade e segurança pública. Assim, não temos qualquer concorrente interno, em que pese a demanda que existe por esse tipo de temática. Também inexistem outros programas do gênero na cidade de Belo Horizonte, o que significa que somente na capital de Minas Gerais há possibilidade de oferecer aos policiais, guardas municipais, juízes, promotores e defensores públicos uma formação acadêmica capaz de estabelecer uma ponte com as políticas públicas através de soluções baseadas em evidências.

Além disso, vale destacar que nos processos seletivos realizados para o antigo curso de especialização do CRISP/UFMG existia uma demanda de, pelo menos, cinco pessoas por vaga. São vários os eventos que os professores que integram essa proposta organizam e também as disciplinas de aperfeiçoamento ofertadas na modalidade on-line que contam sempre com um público elevado, indicador de que existe uma demanda reprimida na localidade por atividades desta natureza. Espera-se, assim, que o curso de especialização apresentado nesta proposta possa satisfazer os anseios daqueles que buscam por maior aperfeiçoamento nesta seara.

- e) caracterização da demanda a ser atendida;

O curso do CRISP/UFMG tem como público alvo servidores públicos provenientes de órgãos da Segurança Pública (Secretarias de Defesa Social e Justiça, Polícias Militar e Civil, Guarda Municipal, Prefeituras) e do Sistema de Justiça Criminal (Defensoria Pública, Ministério Público, Judiciário, Sistema Penitenciário e Socioeducativo, etc.) com atuação no planejamento, gestão e execução de políticas públicas. Em princípio, considerando o total de servidores existentes nas polícias e nas funções de promotor, juiz e defensor, o curso tem o potencial de alcançar mais de 103 mil pessoas apenas no estado de Minas Gerais (Quadro 1).

Quadro 1 – Total de servidores policiais e das carreiras judiciais no ano de 2019

Categoría ocupacional	Brasil	Minas Gerais
Seguranças privados	519014	33255
Polícia Militar	312623	41352
Polícia Civil	112612	8700

Agentes prisionais	78108	17441
Promotores de justiça	12326	993
Defensores públicos	5512	581
Juízes	18168	1635
Total	1.058.363	103.957

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (policiais, segurança privada e agentes prisionais), Conselho Nacional do Ministério Público (promotores), Conselho Nacional de Justiça (juízes), Associação Nacional dos Defensores Públícos (defensores)

Para ter o maior alcance possível, a proposta é que o curso seja ministrado no formato semipresencial, o que é uma novidade em cursos deste tipo, mesmo durante a pandemia de coronavírus. As aulas presenciais seriam concentradas nos sábados, o que possibilitaria aos alunos (servidores da Segurança Pública e do Sistema de Justiça Criminal) de outras cidades de Minas Gerais e estados do país se deslocar e permanecer por um período curto na UFMG. Isso é vantajoso, pois permite que um número elevado de servidores públicos concilie a formação acadêmica em criminologia com o trabalho. Com isso, o público alvo do curso aumenta consideravelmente, tendo em vista a quantidade de pessoas que o sistema de segurança (público e privado) e justiça criminal emprega no país.

- f) fundamentar a proposta acadêmica do curso visando explicitar o aprimoramento da qualificação profissional, no contexto da área específica do conhecimento.

Há um consenso nas pesquisas e avaliações internacionais de que as políticas públicas de segurança, justiça criminal e execução penal devem se basear em evidências e não em ideologias, como ocorre atualmente e como tem sido tensionado desde 2016, com o encerramento de estratégias nacionais de formação em segurança pública. A missão dos profissionais e gestores dessas organizações é mediar os conflitos sociais ancorados nas leis e nos direitos humanos. No Brasil esses três sistemas fazem o oposto, promovem a violação sistemática dos direitos humanos e das leis através da violência e letalidade policial, do uso indiscriminado da prisão provisória e do encarceramento em massa sem reduzir a violência sofrida pelos grupos mais vulneráveis da população, como as mulheres, os adolescentes e jovens negros. Por isso, acreditamos que esses profissionais e gestores precisam passar por mudanças culturais e de formação profundas.

Caso existissem formações mais reflexivas e voltadas para a solução de problemas práticos, talvez o sistema de segurança público brasileiro não fosse tão caótico como atualmente se verifica. Desta forma, o curso do CRISP/UFMG almeja contribuir para o alinhamento das práticas dos gestores e profissionais responsáveis pela execução da segurança, da justiça e da execução penal aos marcos legais e dos direitos humanos. Visa também fomentar ações mais baseadas em evidências empíricas. Tal viés visa garantir que os egressos do curso de especialização, que serão profissionais do sistema de segurança pública e justiça criminal, possam construir políticas públicas de prevenção e repressão que sejam sustentáveis ao longo do tempo. Com isso, espera-se que a redução permanente das taxas de violência e a construção de localidades mais pacíficas, como pressupõem as metas do desenvolvimento sustentável.

3 – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO:

- a) o objetivo do curso;

O mercado de trabalho exige profissionais competentes e bem formados. Cada vez mais, as informações e conhecimentos são assumidos como importante instrumento de trabalho. O tratamento da informação do conhecimento, de forma científica e adequada à utilização profissional, é o que pode chamar-se inteligência. Nesse contexto, a área de segurança pública, tem-se destacado por profundas mudanças paradigmáticas que estão em curso e que demandam profissionais ainda mais afinados com os recentes desenvolvimentos da tecnologia e do uso de dados e informações.

Objetivo geral: formar gestores públicos, que estejam atuando no sistema de segurança pública e justiça criminal, numa abordagem de políticas públicas baseadas em evidência.

Os objetivos específicos consistem em formar operadores de segurança pública e justiça criminal capazes de:

- Ver a ciência e a inteligência como ferramentas auxiliares e de valor em seu cotidiano de trabalho;
- Buscar a construção de uma cultura de paz e de respeito aos direitos e que sejam, em seu trabalho, promotores de uma cultura de não violência e de promoção da cidadania;
- Mediar a prática profissional pelo conhecimento científico apropriado, pela troca de experiência com seus pares, pela avaliação e reflexão crítica da prática desenvolvida e pela busca permanente de novas, mais eficazes e humanas práticas de trabalho em segurança pública;
- Focalizados na prevenção ao crime como uma meta primordial de trabalho.

b) o perfil do profissional a ser formado;

Como destacado anteriormente, a proposta é que os alunos do Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública sejam majoritariamente profissionais de segurança pública e justiça criminal. Em razão da tradição bacharelesca de nosso país, a maioria deles possui graduação em direito, com pouca ou nenhuma familiaridade com metodologias de pesquisa na área social e/ou construção ou avaliação de políticas públicas por meio da análise de evidências. Logo, a proposta é formar esses funcionários públicos para que eles sejam capazes de compreender a importância da ciência na constituição de intervenções públicas duradouras (no tempo e no espaço), bem como capazes de avaliar a efetividade das intervenções realizadas.

c) a descrição/caracterização da(s) área(s) de concentração;

O curso não terá áreas de concentração, posto que ele já se situa numa linha específica dentro da sociologia, qual seja, os estudos sobre criminalidade e segurança pública, que em diversos países do mundo é chamada de criminologia. Assim, a proposta é, como argumentado nas seções anteriores deste mesmo documento, fortalecer a formação teórica e metodológica de operadores do sistema de segurança pública e justiça criminal, de maneira que eles possam atuar numa perspectiva mais embasada em dados e ancorada efetivamente na criminologia.

d) a estrutura, a forma de funcionamento do curso, modalidade de oferta e a metodologia de desenvolvimento do curso;

O curso de pós-graduação em estudos de criminalidade e segurança pública contará com um grupo de disciplinas denominadas de formação básica e que, depois, se

desdobrariam em quatro âmbitos de formação mais específica, quais sejam: espaço urbano e modelos de policiamento, prevenção do crime, lei e controle social e sistema prisional. Todos os alunos passariam pelo percurso completo (formação básica e específica), de modo a compreender os percalços da política pública em cada uma dessas searas e, ainda, escolher a seara na qual se dará o desenvolvimento de seu trabalho de conclusão de curso.

A modalidade de oferta é semipresencial, com as atividades de palestras sendo realizadas presencialmente aos sábados. Em princípio, estão pensados os seguintes dias com palestras de nosso corpo docente, que tem destaque internacional em sua área de especialidade:

- 11 de março de 2023 – palestra proferida pelo prof. Cláudio Chaves Beato Filho
- 12 de agosto de 2023 – palestra proferida pela profa. Ludmila Ribeiro
- 09 de março de 2024 – palestra proferida pelo prof. Bráulio Figueiredo Alves Silva
- 10 de agosto de 2024 - palestra proferida pelo prof. Bernardo Lanza

As aulas serão no formato síncrono à noite todos os dias via teams. Para acompanhando dos conteúdos, o curso contará com tutores, que serão responsáveis por administrar as tarefas no moodle, bem como garantir a solução de dúvidas pontuais.

A metodologia de desenvolvimento do curso será o oferecimento sequencial de disciplinas, sendo que os alunos precisam ser aprovados na formação básica para que possam progredir para a formação mais específica nos módulos, que serão descritos a no item 4.

Tomando por base os conhecimentos prévios trazidos por cada profissional-aluno, a forma metodológica adotada no trabalho pedagógico passa pela socialização e rediscussão desses conhecimentos com o grupo e pelo seu enriquecimento através de novos estudos e práticas desenvolvidas, esperando-se finalmente que, conhecimentos e práticas trazidas, mediados por novos conhecimentos e posturas/attitudes adquiridos durante o Curso (veja-se grade curricular e ementas das disciplinas), venham a desaguar em prática de ação inovadora, reflexiva e flexível, humanitária e aspirante à paz, na busca de maior eficiência e eficácia no trabalho profissional de cada um e de todos.

Em busca do aprofundamento e do maior rendimento pedagógico dos alunos é disponibilizado para o trabalho um corpo docente de alto nível tanto em titulação acadêmica (todos os professores também atuam em programas de mestrados e doutorados) quanto em expertise na área específica das disciplinas ministradas (detentores de estudos, publicações e pesquisas e, às vezes, até mesmo prática profissional direta na área de segurança pública). Além desse corpo de professores, o curso conta ainda com uma equipe de pesquisadores e alunos de mestrado e doutorado que em seus estudos focalizam a área e que, como monitores, podem, inclusive, oferecer assistência individualizada aos alunos, em horários extraturno, se necessário.

São muitos e variados os recursos e procedimentos pedagógicos utilizados no curso, em função da diversidade, interlocução e natureza dos conteúdos e dos objetivos específicos a serem alcançados por eles. Aulas expositivas, leituras, discussões, seminários, mesas redondas, filmes, visitas a instituições-modelo e estudos de caso podem exemplificar a variedade de estratégias pedagógicas enfatizadas nos diversos momentos do curso. O importante é que, seja qual for o recurso pedagógico escolhido e utilizado, sua direção seja sempre o de estar integrando os conteúdos oferecidos e estar

levando o(s) aluno(s) a ampliar(em), relacionar(em), questionar(em) e inovar(em) em termos de seus conhecimentos, práticas e atitudes.

Pela clientela atendida e pela prática participativa desenvolvida em sala de aula, o CRISP oferece ao seu aluno um ambiente educacional rico em conhecimentos, integração entre profissionais e instituições da área, e troca de experiências, onde todos os que participam acabam sendo um pouco formadores-formandos, ao mesmo tempo.

Ainda, dentro da discussão metodológica, devemos destacar o papel e o desenvolvimento do trabalho final de conclusão do curso (TCC). A obtenção do Título de Especialista, pela UFMG, supõe o fechamento, com sucesso de duas etapas obrigatórias: a obtenção dos créditos previstos na grade curricular, com a aprovação em todas as disciplinas que compõem o curso, e a elaboração, apresentação e defesa para aprovação, por banca, de um trabalho individual e final de conclusão do curso, uma monografia. Dentro da mesma filosofia e metodologia que rege o Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, é esperado que o TCC se constitua em mais um momento privilegiado de aprendizagem, pela sistematização individualizada de estudo e análise de uma questão de escolha do aluno. Isto é, o aluno é individualmente assistido por um professor orientador, que terá sob sua responsabilidade um número máximo de cinco (5) sete orientandos. Dessa forma, o aluno será auxiliado na elaboração de um trabalho de caráter reflexivo-teórico-prático que se caracteriza por ser um estudo e/ou pesquisa aplicada na área (sempre que possível com enfoque em questões próximas e significativas frente ao trabalho profissional do aluno e/ou de sua corporação), sem perder a qualidade básica necessária ao cumprimento dos requisitos acadêmicos exigidos pela UFMG.

O TCC, já preliminarmente apresentado como esboço no próprio processo seletivo, tem início tão logo o aluno ingresse no curso recebendo, de imediato, as primeiras noções metodológicas para elaboração de um trabalho acadêmico e isto tem importância não só pela monografia a ser elaborada, mas também para a qualidade dos trabalhos a serem apresentados em todas as disciplinas cursadas. E continua ao longo de todo o curso pelos demais conhecimentos acadêmicos oferecidos e relativos à montagem do projeto individualizado de estudo, pela discussão com o orientador da importância e correlação dos conteúdos que vão sendo aprendidos frente à problemática privilegiada de investigação que está sendo aprofundada etc. O Curso assume o TCC não só como o trabalho acadêmico final exigido para titulação, mas, também, como uma primeira retribuição que será oferecida pelo profissional-estudante à sua instituição de origem.

Finalmente estando o curso integralizado satisfatoriamente em todas as suas exigências, o Título de Especialista em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública é concedido pela UFMG através de certificação e com registro no MEC conferindo-lhe validade nacional.

e) especificar o número de créditos previstos para a certificação do aluno;

O curso de especialização em estudos de criminalidade e segurança pública terá 420 horas (28 créditos), sendo dividido em cinco módulos: o primeiro de disciplinas formativas (150 horas aulas) e os outros quatro de temáticas específicas que precisam ser adequadamente apreendidas pelos gestores de políticas de segurança pública no Brasil. São elas: espaço urbano e modelos de policiamento (60 horas), prevenção do crime (75 horas), lei e controle social (75 horas) e sistema prisional (60 horas).

Considerando a métrica vigente na UFMG de um crédito para cada 15 horas, o aluno será certificado quando obtiver 28 créditos, obtendo pelo menos 60 pontos em cada uma das disciplinas previstas.

É importante destacar que este curso consiste numa reformulação da especialização anteriormente oferecida pelo Crisp. Assim, foi ampliada substantivamente a carga horária, saindo de 375 horas/aula para 420 horas/aula. Com isso, espera-se oferecer uma formação metodologicamente mais sólida, além de uma discussão mais ampla sobre os políticas penais e os distintos efeitos perversos do cárcere no contexto atual. Vale lembrar que as novas disciplinas do curso de especialização em estudos de criminalidade e segurança pública foram construídas por meio da colaboração estruturada entre pesquisadores europeus e latino-americanos, tendo como objetivo a melhoria dos currículos voltados para a formação em criminologia no Brasil. Para tanto, foram realizados diversos workshops para a estruturação dos novos programas, bem como surveys com ex-alunos e profissionais do sistema de segurança pública e justiça criminal para verificar quais seriam as suas demandas formativas.

Como é possível vislumbrar no quadro 3, várias disciplinas foram divididas, permitindo a oxigenação de alguns conteúdos, quando a primeira oferta do curso completa 20 anos.

Quadro 2 – Disciplinas novas e antigas no Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

Área temática	Antigo			Novo		
	Disciplina	Carga Horária	Créditos	Disciplina	Carga Horária	Créditos
Teoria e métodos em criminologia	Sociologia da Violência e Criminalidade	45	3	Teoria criminológica	30	2
	Geoprocessamento e Análise Criminal	45	3	Psicanálise e criminologia	15	1
	Estatística e Análise de Dados I	30	2	Fundamentos de Estatística e Ciência de Dados em Criminologia	45	3
	Técnicas de Elaboração de Monografia	30	2	Métodos em criminologia	30	2
	Estatística e Análise de Dados II	30	2	Demografia do crime	15	1
	Uso de Softwares na Análise Criminal	30	2	Introdução às metodologias de pesquisa	15	1
Espaço urbano e policiamento	Modelos de Polícia em Sociedades Democráticas	30	2	Modelos de policiamento	30	2
	Sociedade, Estado e Políticas Públicas de Segurança	30	2	Espaço urbano e controle social	15	1
				Políticas públicas de segurança em perspectiva comparada	15	1
Prevenção ao crime	Gestão e Planejamento Estratégico em Segurança Pública	30	2	Prevenção do crime	15	1
				Vitimização (teoria e padrões)	30	2
				Política criminal e resolução de conflitos	30	2
Lei e controle social	Lei e Controle Social	30	2	Antropologia do direito	30	2
				Sociologia jurídica	15	1
	Tópicos Especiais (mini-cursos e/ou seminários)	15	1	Justiça juvenil	15	1
Sistema prisional	Direitos Humanos: Noções Teóricas e Práticas	30	2	A teoria sistêmica da Racionalidade Penal Moderna	15	1
				Consequências da política penal brasileira	15	1
				Dinâmicas da execução penal	15	1
			2	Políticas Públicas para egressos do sistema prisional e socioeducativo	15	1
	Total	375	25	Total	420	28

f) registrar o número de vagas, distribuídos entre as áreas de concentração, sefor o caso.

Na oferta prevista para março de 2023, a ideia é oferecer 60 vagas, sendo 54 específicas para profissionais de segurança pública e seis para a comunidade em geral, o que inclui a possibilidade de pessoas que não são servidores do estado entrarem como estudantes para essa turma.

4 – ESTRUTURA CURRICULAR

Módulo 1 – Teoria e métodos em criminologia: É uma unidade que visa formar o indivíduo em técnicas de investigação social voltadas para o entendimento do que é o crime, o “criminoso” e como os resultados de estudos quantitativos e qualitativos podem e devem ser interpretados. Para tanto, foram reservadas 150 horas aulas, com as seguintes disciplinas:

- Teoria criminológica
- Psicanálise e criminologia
- Fundamentos de Estatística e Ciência de Dados em Criminologia
- Métodos em criminologia
- Demografia do crime
- Introdução às metodologias de pesquisa

Módulo 2 - Espaço urbano e policiamento. Tem como eixo estruturador os conceitos relacionados à construção de mecanismos de controle no espaço urbano, os quais perpassam não apenas o policiamento previsto em políticas públicas estatais. Para talfim, foram reservadas 60 horas, com as seguintes disciplinas:

- Modelos de policiamento
- Espaço urbano e controle social
- Políticas públicas de segurança em perspectiva comparada

Módulo 3 - Prevenção ao crime - Consiste na apresentação de conceitos básicos relacionados às ações e intervenções manejadas para a prevenção do crime e da vitimização em distintos níveis (individuais, familiares e comunitários). Para tanto, foram reservadas 75 horas, com as seguintes disciplinas:

- Prevenção do crime
- Vitimização (teoria e padrões)
- Política criminal e resolução de conflitos

Módulo 4 - Lei e controle social - Tem como objetivo problematizar como funciona o sistema de justiça criminal e o sistema de justiça juvenil, desde uma perspectiva teórica (com a mobilização dos conceitos de Racionalidade Penal Moderna), mas também empírica por meio da discussão de pesquisas produzidas pela antropologia e do direito e sociologia jurídica. Para tanto, foram reservadas 75 horas, com as seguintes disciplinas:

- Antropologia do direito
- Sociologia jurídica
- Justiça juvenil
- A teoria sistêmica da Racionalidade Penal Moderna

Módulo 5 – Sistema prisional - Este conjunto de disciplinas visa apresentar aspectos legais e sociológicos da política penal, com ênfase nos efeitos do encarceramento e da internação em massa. Exatamente por isso, um dos pontos de estruturação deste módulo é a política destinada a egressos do cárcere e dos sistemas socioeducativos. Para tanto, foram reservadas 60 horas.

- Consequências da política penal brasileira
- Dinâmicas da execução penal
- Políticas Públicas para egressos do sistema prisional e socioeducativo
- Sistemas prisionais em perspectiva comparada

Módulo 6 – Trabalho de conclusão de curso – Esta última etapa tem como objetivo verificar em que medida os conteúdos absorvidos pelo aluno podem reverberar em mudanças concretas em sua prática como funcionário público. Assim sendo, mais do que um trabalho acadêmico a ser publicado em revistas da área, espera-se que o estudante desenvolva estratégias de análise de políticas públicas já em curso em seu setor ou venha a propor novas metodologias de intervenção. Para tanto, foram reservadas 60 horas para desenvolvimento desta proposta, que não são computadas na carga horária do curso.

QUADRO 3 – ESTRUTURA CURRICULAR – DISCIPLINAS PROPOSTAS – CARACTERÍSTICAS E DOCENTES ENVOLVIDOS

Nome da Disciplina	Classificação		Carga Horária		Créditos	Docente que irá ministrar a disciplina
	OB(*)	OP	Teórica	Prática		
Psicanálise e criminologia	X		15		1	Andréa Guerra
Antropologia do direito	X		30		2	Ludmila Ribeiro
Consequências da política penal brasileira	X		15		1	Thais Duarte
Demografia do crime	X		15		1	Bernardo Lanza
Dinâmicas da execução penal	X		15		1	Rennan Igor dePaula Nunes
Espaço urbano e controle social	X		15		1	Valéria Oliveira
Introdução às metodologias de pesquisa	X		15		1	Valéria Oliveira
Fundamentos de Estatística e Ciência de Dados em Criminologia	X		45		3	Marcos Prates
Justiça juvenil	X		15		1	Frederico Marinho
Métodos em criminologia	X		30		2	Bernardo Lanza
Modelos de policiamento	X		30		2	Cláudio Beato
Política criminal e resolução de conflitos	X		30		2	Andréa Silveira
Políticas Públicas para Egressos do Sistema Prisional e Sócio-educativo	X		15		2	Roseane Lisboa

Políticas públicas de segurança em perspectiva comparada	X		15		1	Claudio Beato
Prevenção do crime	X		15		1	Andréa Silveira
A teoria sistêmica da Racionalidade Penal Moderna	X		15		1	Carlos Frederico Braga
Sistemas prisionais emperspectiva comparada	X		15		1	Roseane Lisboa
Sociologia jurídica	X		15		1	Ludmila Ribeiro
Teoria criminológica	X		30		2	Cláudio Beato
Vitimização (teoria e padrões)	X		30		2	Bráulio Silva
Trabalho de Conclusão de Curso	X			60	4	Professoresdiversos

(*) Registrar se a disciplina é obrigatória para uma ou mais área de concentração do curso, se houver.

DISCIPLINAS

Nesta seção, apresentamos os programas de disciplinas do curso de pós-graduação em estudos de criminalidade e segurança pública, que será oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais no âmbito do projeto Erasmus. Aqui detalhamos a versão final de cada um desses programas após os workshops conduzidos pelas universidades europeias, em dezembro de 2021. A ideia é que o novo curso de pós-graduação, a ser oferecido no âmbito do consórcio Erasmus-Success tenha um grupo de disciplinas denominadas de formação básica e que, depois, se desdobrariam em quatro âmbitos de formação mais específica, quais sejam: espaço urbano e modelos de policiamento, prevenção do crime, lei e controle social e sistema prisional.

É importante salientar que todas as disciplinas serão oferecidas pelo Departamento de Sociologia. Sublinha-se que o curso não consta com nenhuma área de concentração, haja vista o entendimento de que estudos de criminalidade e segurança pública já é uma área de especialização.

Módulo 1 – Formação básica

A proposta é apresentar aos alunos os conceitos básicos da teoria criminológica, bem como os métodos principais a partir dos quais se estruturam a pesquisa e a produção de informação nesta seara. É, assim, uma unidade que visa formar o indivíduo em técnicas de investigação social voltadas para o entendimento do que é o crime, o “criminoso” e como os resultados de estudos quantitativos e qualitativos podem e devem ser interpretados. Para tanto, foram reservadas 150 horas aulas, as quais serão distribuídas em cinco disciplinas, quais sejam: Teoria criminológica, Fundamentos de Estatística e Ciência de Dados em Criminologia, Demografia do crime, Métodos em criminologia, Introdução às Metodologias de pesquisa e Psicanálise e Criminalogia. Os programas preparados pelos professores responsáveis seguem apresentados nas próximas páginas.

Disciplina: Teoria Criminológica

Professor: Braulio Silva

Ementa:

Este curso oferece uma visão geral das principais teorias sobre as causas do crime e do comportamento desviante. O curso inclui a consideração da construção da teoria, teste da teoria e integração teórica conforme se aplicam às teorias de causação do crime e ligações entre essas teorias e as políticas de justiça criminal. Haverá uma cobertura detalhada dos elementos e fundamentos da abordagem científica.

Objetivo:

O objetivo deste curso é promover uma compreensão da criminologia e métodos de pesquisa, com foco no desenvolvimento da sua pesquisa de dissertação ou de tese. Como um seminário avançado, não será abordado ou discutido um campo específico. Em vez disso, o curso estará organizado na exposição de uma ampla variedade de abordagens criminológicas e métodos de pesquisa de modo a permitir ao discente um direcionamento do eixo teóricocentral em sua pesquisa. Neste sentido, buscar-se-á vincular teoria com pesquisa (metodologia); isto é, usar a teoria para ajudar a desenvolver um projeto de pesquisa, que por sua vez pode ser usado como base para ação (políticas de justiça criminal; projeto de prevenção ao crime; ou recomendações sobre um problema específico do crime etc).

Conteúdo Programático

1. Criminologia como um campo de estudo

O que deve ser explicado

Significado geral do Desvio

O que é crime?

Violência como problema público

Violência como um problema sociológico

Construção teórica

2. Dados e métodos para mensurar a criminalidade

Tipos de dados e principais fontes

Implicações para política pública

3. Vítimas e vitimização

4. Criminologia Clássica

5. Estrutura social e crime

A normalidade do crime / Anomia e crime

Teoria da Tensão, Subcultura e oportunidades diferenciais

6. Associação Diferencial / Aprendizado Sociocultural do desvio / Técnicas de Neutralização

7. A construção social do crime: Interacionismo simbólico e teoria dos rótulos

8. Desorganização social e crime

9. Controle Social e Teorias do Auto-Controle

Bibliografia

WILSON, James Q. e HERRNSTEIN, Richard J. (1985): “Historical Trends in Crime”, In Crime and Human Nature: The Definitive Study of the Causes of Crime. Simon & Shuster, Inc

Mosher, Clayton J., Terance D. Miethe and Dretha M. Phillips. 2002. The Mismeasurement of

- Crime. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. (Capítulo 2)
- Bennett, Richard and James P. Lynch. 1990. "Does a difference make a difference? Comparing cross-national crime indicators" *Criminology* 28:153-182.
- Cequeira, Daniel. 2013. "Mapa dos Homicídios Ocultos no Brasil". IPEA.
- "An Essay on Crimes and Punishments" by Cesare Beccaria (Cullen pp. 27-30)
- "Crime as a Rational Choice" by Derek B. Cornish and Ronald V. Clarke (Cullen pp. 437-442)
- DURKHEIM, Emile (1960). "Regras Relativas à Distinção entre Normal e Patológico", in As Regras do método Sociológico, trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. Companhia Editora Nacional: pags. 45-73.
- COLLINS, Randall (1982). "The Normalcy of Crime", Cap. 5, In *Sociological Insight: An Introduction to Nonobvious Sociology*. Oxford University Press. New York/Oxford: pp. 86-118. (v. tradução)
- MERTON, Robert K. (1968). "Estrutura Social e Anomia", in *Sociologia: Teoria e Estrutura*. Ed. Mestre Jou. São Paulo: págs. 203-270.
- CLOWARD, Richard e OHLIN, Lloyd (1993). "Illegitimate Means and Delinquent Subcultures". In Ponte, Henry N. *Social Deviance*. Prentice Hall, Englewood Cliffs. New Jersey: págs. 58-63.
- SUTHERLAND, Edwin H. (1993). "Differential Association", In Pontell, Henry M. (1993) *Social Deviance: Reading in Theory and Research*. Prentice Hall. Englewood Cliffs, New Jersey. págs. 194-196.(1937).
- The professional Thief. Caps. I e IX. The University of Chicago Press. Chicago. págs. 3-27; 197-229.
- AKERS, Ronald (1996). "Is Differential Association/Social Learning Cultural Deviance Theory?" *Criminology*, v.34 (2):229-47.
- SYKES, Gresham e MATZA, David. 1993. "Techniques of Neutralization: A Theory of Delinquency" IN *Deviant Behavior: A Text-Reader in the Sociology of Deviance*, Kelly, Delos H., ed. New York: St. Martin's Press.
- MATSUEDA, Ross L. (1992). "Reflected Appraisals, Parental Labeling, and Delinquency: Specifying a Symbolic Interactionist Theory" . *American Journal of Sociology*, v.97, n.6 (May): 1577
- BECKER, Howard (1977). Caps. 3,4,5,6 de *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Ed. Zahar. São Paulo. págs. 53-121.
- LEMERT, Edwin. 2014. "Beyond Mead: The Societal Reaction to Deviance" IN *Understanding Deviance: Connecting Classical and Contemporary Perspectives*, Tammy L. Anderson, ed., New York: Routledge
- MISSE, Michel. 2010. "Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, 79, 15-38.
- Kubrin, Charis E. and Ronald Weitzer. 2003. "New Directions in Social Disorganization Theory" *Journal of Research in Crime and Delinquency* 40, 4:374-402.
- SHAW, Clifford e MCKAY, Henry. 2014. "Juvenile Delinquency and Urban Areas" IN *Understanding Deviance: Connecting Classical and Contemporary Perspectives*, Tammy L. Anderson, ed., New York: Routledge
- SAMPSON, Robert J. 2014. "Collective Efficacy Theory: Lessons Learned and Directions for Future Inquiry" IN *Understanding Deviance: Connecting Classical and Contemporary Perspectives*, Tammy L. Anderson, ed., New York: Routledge

GOTTFREDSON, Michael R. e HIRSCHI, Travis (1990). A General Theory of Crime. Stanford University Press. Stanford. Caps. 2, págs. 15-46, e caps. 5, 6, 7, 8, 9, 10, págs.123-216.

CALDEIRA, Teresa P. R. 2000. City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo, Berkeley, CA: University of California Press. Capítulos 7 e 9. (*)

CHAMBERLAIM J. (2015), Criminological Theory in Context WINTERS, R. et al, (2014), An Introduction to Crime and Causation

Oxford Handbook of Criminology. Liebling, Alison; Shadd, Maruna; Lesley, Mara (eds.) Oxford University Press.

Disciplina: Introdução às metodologias de pesquisa

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Valéria Cristina Oliveira

Ementa: Introdução à pesquisa em Ciências Humanas: Questões formais de comunicação científica (Plágio, Normalização de publicações técnico-científicas e revisão de literatura). As diferentes fases do desenvolvimento da pesquisa. O processo de construção de problemas e hipóteses de pesquisa.

OBJETIVOS:

- Promover o nivelamento dos estudantes em aspectos essenciais da ética na comunicação científica.
- Contribuir para o processo de letramento científico do estudante.
- Preparar as bases para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

DESCRIÇÃO DOS TEMAS

SEMANA I – A importância do conhecimento científico na pesquisa em criminologia

SEMANA II – Normalização técnico-científica e plágio

SEMANA III – Como elaborar boas perguntas e hipóteses de pesquisa?

SEMANA IV – Principais estratégias de verificação de hipóteses utilizadas na criminologia

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. O Nascimento do saber científico. In: **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 17-30

DINIZ, D.; TERRA, A. 2014. Plágio; Autoria. In.: Plágio: palavras escondidas. Brasília: LetrasLivres; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 17-29; 49-66

Manual Para Normalização de Publicações Técnico-científicas (FRANÇA, 2019)

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Problema e problemática. O Percurso Problema-Pergunta-Hipótese. In: **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 85-112

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Problema e problemática. As estratégias de verificação. In: **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 131-163

Disciplina: Fundamentos de Estatística e Ciência de Dados em Criminologia

Carga Horária: 45 horas

Obrigatória

Ementa: Marcos Prates

Introdução à Estatística e Ciência de Dados em Criminologia. Visualização de dados: tipos de variáveis, gráficos e tabelas, medidas de posição e variabilidade. Introdução ao cálculo de probabilidade. Variáveis aleatórias discretas e contínuas e distribuições de probabilidade. Teste de Associação Qui-Quadrado, correlação e Regressão. Prática computacional através do software R

Objetivo:

A proposta do curso é introduzir fundamentos Estatísticos para análise de dados de crimes. As técnicas apresentadas apresentam um primeiro passo para o entendimento dos tipos de dados existentes, visualização e apresentação dos mesmos, assim como, técnicas de probabilidade e inferência para análise quantitativa de dados.

Conteúdo Programático

Unidade I – Introdução a Linguagem R

Objetivos: introduzir os discentes a linguagem Estatística R para análise de dados. Criando umnívelamento mínimo entre os alunos

Unidade II – Introdução ao pensamento Estatístico

Objetivos: apresentar os tipos de variáveis mais comuns, visualização adequada para mesmas eintroduzir os conceitos de medidas de posição e variabilidade.

Unidade III – Introdução ao Cálculo de Probabilidade

Objetivos: definir os conceitos básicos de probabilidade no caso discreto e contínuo (probabilidade condicional, independencia, média e variância). Introduzir as distribuições Bernoulli, Binomial e Normal e ensinar como calcular probabilidades com a mesma.

Unidade IV – Teste de Hipótese e Regressão

Objetivo: introduzir o conceito de teste de hipótese. Ensinar teste de associação qui-quadrado para variáveis categóricas. Apresentar o conceito de correlação para variáveis contínuas e introdução a regressão simples.

Bibliografia

BARBETTA, Pedro A. – Estatística Aplicada às Ciências Sociais 6ed. Editora da UFSC, 2006.

SWEENEY, Dennis J.; ANDERSON, David R.; WILLIAMS, Thomas A. Estatística aplicada à administração eeconomia. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 692 p.

MCCLAVE, James T; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. Estatística para administração e

economia. 10.ed. Rio de Janeiro: Pearson, 2009. 871 p.
DOANE, David P.; SEWARD, Lori E. Estatística aplicada à administração e à economia. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. xxii, 840 p.
MONTGOMERY, Douglas C., RUNGER, George C., CALADO, Verônica. Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros. Grupo Gen-LTC, 2000.
WICKHAM, H., GROLEMUND G. R for Data Science. O'Reilly, 2017.
ALCOFORADO, L. F., LEVY, A. Visualização de Dados com Software R. LFA: Niterói, RJ, 2017. (e-book)
CRAWLEY, Michael J. The R Book. John Wiley & Sons, 2012.

Disciplina: Demografia do Crime

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Bernardo Lanza

Ementa

Base de dados em Demografia, Modelos de Crescimento Populacional, Medidas Básicas de Demografia (Mortalidade, Fecundidade e Migração), Tabela de Vida, Estrutura Etária da População, Padronização Direta e Indireta, demografia e saúde pública, análise espacial de dados demográficos.

Objetivos

Este curso vai se concentrar nos seguintes tópicos:

1. Principais conceitos e métodos em demografia, relacionados à fecundidade, mortalidade e migração.
2. Link entre alterações demográficas, resultados econômicos, sociais, de saúde pública e questões de política pública.
3. Acesso a dados secundários para avaliar as tendências demográficas gerais em todo o mundo, países e dentro dos países e região. Visão geral da demografia de pequenas áreas e da relação entre demografia e geografia.
4. Aplicações de métodos de análise demográfica para estudo da criminalidade

Conteúdo Programático

O que é Demografia? Campo de Estudo da Demografia e suas Aplicações (1hr)

- Grupo de Foz: Cap. Caps 1 e 2

Base de Dados em Demografia (2hr)

- Grupo de Foz: Caps. 4 e 5

Modelos de Crescimento Populacional (2 hr)

- Grupo de Foz: Cap. 7

- Wachter: Cap. 2

Medidas Básicas de Mortalidade e Fecundidade (3 hr)

- Grupo de Foz: Caps. 8 e 10
- Wachter: Caps. 3 e 4

A Tabela de Vida (3 hr)

- Grupo de Foz: Cap. 9
- Wachter: Cap. 7

Padronização e suas aplicações (2 hr)

A relação da Demografia com os estudos de saúde e geografia (2 hr)

Bibliografia

FOZ, Grupo de Métodos Demográficos Uma Visão Desde os Países de Língua Portuguesa. São Paulo: Blucher, 2021. (<https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9786555500837-504/list#undefined>)

WACHTER, Kenneth W. Essential demographic methods. Harvard University Press, 2014.

PRESTON, Samuel; HEUVELINE, Patrick; GUILLOT, Michael. Demography: Measuring and Modeling Population Processes. 2000. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000.

Disciplina: Métodos em Criminologia

Carga Horária: 30 horas **Obrigatória**

Professor: Bernardo Lanza

Ementa

Conteúdo conceitual de avaliação de políticas públicas inclui: discussão de conceitos e especificidades da avaliação; linguagem dos projetos; tipos de avaliação; modelos para a avaliação de impactos; metodologia da avaliação; estratégias para partir dos objetivos aos indicadores da avaliação; apresentação dos principais conceitos de indicadores sociais

Objetivo

Esse curso tem como principais objetivos: (1) discutir os principais conceitos de avaliação de políticas públicas; e (2) aplicar tal conhecimento, juntamente com técnicas econômicas e bancos de dados, na avaliação de políticas públicas relacionadas à criminalidade.

Conteúdo Programático

Avaliação: conceito e especificidade (1hrs)

Tipos de avaliação (2 hrs)

Modelos para a avaliação de impactos (2hrs)

Metodologia da avaliação (2 hrs)

Dos objetivos aos indicadores da avaliação (2 hr)

Causalidade (2hr)

Análise de causalidade. – Problema da avaliação de impacto

Avaliação utilizando experimentos (3 hr)

Aleatorização no desenho de pesquisa. – Análise descritiva das bases de dados. – Testes de igualdade das médias e das distribuições

Introdução aos métodos quase-experimentais (4hr)

Traduzir a diferença de médias para uma linguagem de regressão linear. – Aplicar esta linguagem de regressão linear para desenho com grupo de pré-teste e pós- teste, assim como para desenho com comparação de grupo estático. – Análise de impacto com regressão linear. – Estimando heterogeneidade do impacto. – Viés causado por seleção, dados em branco ("missing") e falha no controle de fatores não-observáveis.

Introdução Método de diferença em diferenças (2 hr)

Estimação do modelo de diferença em diferenças. – Estimação do modelo de diferença em diferenças transversal (cross-section).

Escore de propensão e método do escore de propensão de pareamento (2 hr)

Introdução ao Método das Variáveis Instrumentais (3 hr)

Métodos Qualitativas de Análise de Criminologia (4 hr)

Bibliografia

Cohen, Ernesto, e Rolando Franco. 1993. "Avaliação de projetos sociais." Petrópolis: Vozes.

Jannuzzi, Paulo de Martino. 2006. "Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações." 3^aed. Campinas: Editora Alínea.

Wooldridge, Jeffrey M. 2008. "Introdução à econometria: uma abordagem moderna." São Paulo: CengageLearning.

CUNNINGHAM, Scott. **Causal inference: The mixtape**. Yale University Press, 2021.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion**.Princeton university press, 2008.

Sampson, Robert J. *Shared beginnings, divergent lives*. Harvard University Press, 2009.

Copes, Heith, and J. Mitchell Miller, eds. *The Routledge handbook of qualitative criminology*. Routledge, 2015.

Artigos publicados em periódicos com aplicações empíricas de avaliação de políticas públicas (variável atualizado)

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves et al. Violência urbana e política pública de prevenção: avaliação do Programa Fica Vivo! no estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 2, 2018.

PEIXOTO, Betânia Totino et al. Avaliação do Programa Fica Vivo no município de Belo Horizonte. In: **Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 35th Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2007.

VOCHT, F.; CAMPBELL, R.; BRENNAN, A. C.; MOONEY, J.; ANGUS, C. H. M. Propensity score matching for selection of local areas as controls for evaluation of

- effects of alcohol policies in caseseries and quasi case-control designs. *Public Health*, v. 10, n. 1016, 2015
- Duflo, E., R. Glennerster, e M. Kremer. 2006. "Using Randomization in Development Economics Research: A Toolkit." Centre for Economic Policy Research Discussion Paper, n. 6059, p. 1-75.
- Altonji, J. G., T. E. Elder, C. R. Taber (2002). 'An Evaluation of Instrumental Variable Strategies for Estimating the Effects of Catholic Schooling,' Working Paper 9358, NBER, Cambridge MA. Published in *Journal of Human Resources* 40 (4): 791-821, 2005.
- Ravallion, M. (2001). 'The Mystery of the Vanishing Benefit: An Introduction to Impact Evaluation,' *World Bank Economic Review* 15 (1): 115-140.
- RODRIGUES, Hugo S. A Differences-in-differences Approach to the UPP Policy and Crime Displacement in the City Neighborhoods and Metropolitan Area of Rio De Janeiro. 2020. Tese de Doutorado. Baylor University.
- BUSHWAY, Shawn D.; APEL, Robert J. Instrumental variables in criminology and criminal justice. In: *Handbook of quantitative criminology*. Springer, New York, NY, 2010. p. 595-612.
- LIN, Ming-Jen. Does unemployment increase crime? Evidence from US data 1974–2000. *Journal of Human resources*, v. 43, n. 2, p. 413-436, 2008.
- Maruna, Shadd, and Marieke Liem. "Where is this story going? A critical analysis of the emerging field of narrative criminology." *Annual Review of Criminology* 4 (2021): 125-146.
- Maruna, Shadd. "Mixed method research in criminology: Why not go both ways?." *Handbook of quantitative criminology*. Springer, New York, NY, 2010. 123-140.
- Topalli, Volkan, Timothy Dickinson, and Scott Jacques. "Learning from criminals: Active offender research for criminology." *Annual Review of Criminology* 3 (2020): 189-215.

Disciplina: Psicanálise e Criminologia

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Andréa Máris Campos Guerra

Ementa

Sob a lente da Psicologia, em especial da Psicanálise, discutiremos a distinção entre Lei Simbólica e lei jurídica e a corolário marcação na doutrina da Filosofia do Direito do jusnaturalismo e do juspositivismo, buscando estabelecer o estatuto da Lei. Na sequência, tomaremos em foco a noção de força de lei e a violência para sua instauração e manutenção, trazendo a noção de superego para explicar sua injunção psíquica. Finalizaremos com a noção de crime e objeto criminológico em sua vertente simbólica, imaginária e real, a partir da noção de crimes do *ego*, do *superego* do *id*, cotejando a distinção entre culpa e responsabilidade, a partir da noção de assentimento subjetivo e de responsabilidades compartilhadas. Casos concretos serão trazidos para leitura analítica e formação crítica

Objetivo

A proposta do curso é pensar a lei e o crime na perspectiva psicológica, a partir dos marcadores clássicos da interface entre psicanalise e direito. Para isso, tomaremos em três tempos, numa lógica que vai do geral da estrutura universal da lei ao modo singular como o sujeito a ele assente, sua organização.

O objetivo do curso é instrumentalizar o operador de justiça de um arsenal teórico-conceitual que lhe permita ler e interpretar, de maneira mais ecológica, o crime, com destaque na perspectiva subjetiva. Também visamos a construção de competências de intervenção que permitam um enquadre do crime ampliado pelas relações de conflito e tensão entre indivíduo e Estado, sujeito e cidadão. Finalmente, através de estudo de caso, buscaremos oferecer recursos analíticos que permitam ao corpo discente compor recursos analíticos e operacionais para sua prática concreta. Para tanto, este curso será estruturado em três tempos, cada qual orientado por uma questão chave pensada a partir de um caso da literatura, que serão analisados e respondidos pelos alunos ao longo das discussões, tanto no contexto

Conteúdo Programático

Aula 1 – A criminologia sob a perspectiva da psicologia

Lei e norma

Jusnaturalismo e juspositivismo Subjetividade e Cidadania

Objetivos: Compreender a distinção entre a lei jurídica e a lei inconsciente, que governa o ato criminoso nem sempre conjunto com a decisão racional, verificando seu efeito no ordenamento prática da justiça e da segurança pública.

Aula 2 – Força de Lei e Superego

Força Instauradora e Força Mantenedora da Lei Superego e injunção normatizante

A lei do inconsciente e a lei dos homens

Objetivos: Distinguir o impulso psíquico interno do superego da força externa de lei, aparato jurisdicional e policial de gestão da morte e da vida como elementos de autoridade legitimados, extraíndo daí suas consequências para enquadre e gestão estatal do crime.

Aula 3 – Crime e Responsabilidade

Objetivos: Apresentar a noção de crime a partir da distinção de sua incidência e de seu agenciamento psíquico, seja pelo ego, pelo superego ou pelo id, buscando elucidar a distinção entre culpa e responsabilidade face às noções clássicas de prevenção, punição e reparação.

Bibliografia

- Cottet, Serge. Criminologia Lacaniana. Revista Assephalus. Acesso em:
- Derrida, Jacques. Força de Lei: o fundamento místico da autoridade. São Paulo, Martins Fontes, 2010.
- Freud, Sigmund. Tipos Psicopáticos no palco: criminosos pelo sentimento inconsciente de culpa. In: . Coleção Imago. Rio de Janeiro, Imago, 1976, vo. VII, p. 321-324.
- Gerez-Ambertín, Marta. As vozes do Supereu. Caxias do Sul, EDCS, 2003. Mbembe, Achiles. Necropolítica. São Paulo, N-1, 2018.
- Lacan, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: Escritos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998, p.127-150.
- Legendre, Pierre. O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática. Petrópolis, Forense, 1983.
- Guyomard, Patrick. A Lei e as leis. In: Altoé, Sônia. A lei e as leis: Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro, Revinter, 2007, p. 01-60.
- Mannheim, Hermann; Bernard, Thomas J. Major Concepts And Theories. Britannica,2021. Recuperado de: <https://www.britannica.com/biography/Gresham-M-Sykes>
- Schmidl, Fritz. Psychological and Psychiatric Concepts in Criminology. Journal of Criminal Law and Criminology, 37 (1), 1946-1947. Recuperado de:
<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3372&context=jclc>
http://www.isepol.com/asephallus/numero_08/traducao.html

Módulo 2 - Espaço urbano e policiamento

Nesta etapa do curso, serão discutidos conceitos relacionados à construção de mecanismos de controle no espaço urbano, os quais perpassam não apenas o policiamento previsto em políticas públicas estatais. Serão incluídas também questões relacionadas à provisão de serviços em diversos níveis (municipais, estaduais e federais) e por distintas organizações (públicas e privadas). Uma distinção importante neste caso é entre os modelos legais e ilegais (como é o caso das milícias) que tendem a ser particularmente visíveis na realidade latino-americana. Para tal fim, foram reservadas 60 horas, distribuídas nas seguintes disciplinas: Espaço urbano e controle social, Políticas públicas de segurança em perspectiva comparada e Modelos de policiamento. Os programas, tal como preparados pelos professores após os workshops de dezembro de 2021, seguem apresentados nesta ordem.

Disciplina: Espaço Urbano e Controle Social

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Valeria Cristina de Oliveira

Ementa

Percurso da sociologia e da criminologia até a consolidação da proposta dos estudos sobre efeitos de vizinhança. Teoria da Desorganização Social: ascensão, queda e retomada. Desdobramentos da teoria da desorganização social com ênfase nas abordagens que discutem o espaço defensivo, o controle social em uma perspectiva sistêmica e a eficácia coletiva. Pobreza, Criminalidade e marginalidade nas periferias brasileiras e latino-americanas como um desafio às abordagens do controle do espaço urbano. Criminalização da pobreza e uso dos mecanismos de vigilância como uma consequência de estratégias de controle do uso e ocupação do espaço público. Desafios para os estudos sobre vizinhança e controle do espaço com o aprimoramento das tecnologias de vigilância e controle.

Objetivo

- Analisar as bases para o desenvolvimento do tema dos efeitos de vizinhança na sociologia e na criminologia.
- Investigar os principais grupos de trabalhos que se orientaram para a investigação do tema das vizinhanças ou comunidades e sua relação com a sociologia do crime, do conflito e da punição e o modo como seus resultados desafiam as premissas das abordagens do controle por meio dos efeitos de vizinhança.
- Discutir os efeitos das políticas públicas baseadas no controle do acesso e circulação a espaços públicos a partir de demandas da população por segurança (ex.: encarceramento e

violência policial).

Conteúdo Programático

SEMANA I - Criminologia e espaço urbano: a questão sempre foi o controle social Revisão dos fundamentos das principais abordagens da criminologia associadas ao espaço urbano e a sua relação com o controle social. Na mesma oportunidade, o próprio conceito de controle social será objeto de discussão a partir da revisão da literatura sociológica sobre o tema. Finalmente, por meio do percurso dos estudos sobre efeitos de vizinhança (neighborhood effects), a disciplina problematizará a identificação e os termos utilizados para definir “vizinhanças”.

SEMANA II - Quem controla o quê e quem?

Debate sobre as evidências empíricas que apoiam/refutam os argumentos das abordagens ecológicas em sua aplicação do conceito de controle social. Será concedida ênfase ao temidos percalços à replicação de modelos teóricos como o da desorganização social e da eficácia coletiva em contextos distintos do norte-americano, cultura onde as teorias foram concebidas e, especialmente, em espaços periféricos, onde o medo da violência dificultam o exercício de controle social informal.

SEMANA III - Para onde tem ido essa discussão?

Reflexão sobre o futuro da discussão sobre espaço urbano e controle social, considerando as possibilidades e os riscos da implantação de políticas públicas baseadas em seus principais argumentos. Nesse sentido, serão debatidos textos relacionados aos efeitos adversos de estratégias de controle do acesso e circulação em espaços públicos e o modo como tais medidas culminaram na criminalização de condutas e sujeitos em diferentes sociedades.

SEMANA IV - Tecnologia e outras formas de controle.

Discussão sobre os efeitos de novas tecnologias (privatização de espaços públicos, tecnologias de reconhecimento facial ou vigilância eletrônica) para o controle dos espaços urbanos e das condutas criminais.

Bibliografia

- BEATO, Claudio. 20102 Urbanização e violência. In Crime e Cidades. Ed. UFMG.
- ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. São Paulo em Perspectiva. 2004, v. 18, n. 1, pp. 168-176. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100020>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhood and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. Science, [s. l.], v. 277, n. 5328, p. 918–924, 1997.
- SAMPSON, Robert J. (2012) Neighborhood Effects: The Evolution of an Idea. In: SAMPSON, Robert J. Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect. University of Chicago Press, p 31-49.
- COHEN, Lawrence; Felson, Marcus; Land, Kenneth C. 1980. Property Crime Rates in the United States: A macrodynamic Analysis, 1947-1977". American Journal of Sociology, v.86,n.1:90-119.
- CROWE, Timothy D. Crime prevention through environmental design: Applications of

architectural design and space management concepts. Butterworth-Heinemann, 2000. p. 13-63

BROWNING, C. R.; DIETZ, R. D.; FEINBERG, S. L. The Paradox of Social Organization: Networks, Collective Efficacy, and Violent Crime in Urban Neighborhoods. *Social Forces*, [s. l.], 2004.

CERDÁ, M. et al. The limits of collective efficacy: Investigating the influence of neighborhood context on levels of violence. In: AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION ANNUAL MEETING, BOSTON, MA. AVAILABLE ONLINE FROM. HTTP://CITATION.ALLACADEMIC.COM/META/P241636_INDEX.HTML 2008, Anais... [s.l: s.n.]

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos - CEBRAP*, [s. l.], n. 84, p. 175–196, 2009.

BLOKLAND, Talja; NOORDHOFF, Floris. The weakness of weak ties: Social capital to get ahead among the urban poor in Rotterdam and Amsterdam. In: BLOKLAND, Talja; SAVAGE, Michael (Eds.). *Networked Urbanism: Social Capital in the City*. [s.l.] : Routledge, 2008. p. 105–126.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Manter a ordem nas periferias de São Paulo: Coexistência de dispositivos normativos na ‘era PCC’. *Ilegalismos, cidade e política*, p. 100-125, 2012.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 545–591, 2007.

TELLES, VERA DA SILVA; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas : nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, [s. l.], 2007.

LACOE, J. SHARKEY, P. 2016. “Life in a Crime Scene: Stop, Question, and Frisk Activity in New York City Neighborhoods in the Aftermath of Homicides.” *Sociological Science* 3:116-134.

SHARKEY, P.; FABER, J.. 2014. “Where, When, Why, and For Whom Do Residential Contexts Matter? Moving away from the Dichotomous Understanding of Neighborhood Effects.” *Annual Review of Sociology* 40:559-579.

MELGAÇO, L. A cidade de poucos: condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 1, p. 81-106, 2012.

PERON, A. E. R.; ALVAREZ, M. C. . Governing the City: The Detecta Surveillance System in São Paulo and the Role of Private Vigilantism in the Public Security. *Sciences & Actions Sociales*, v. N° 12, p. 33-68, 2019.

Disciplina: Modelos de Policiamento

Carga Horária: 30 horas **Obrigatória**

Professor: Cláudio Chaves Beato Filho

Ementa

Ciclo de políticas públicas. Avaliação de políticas públicas. O que funciona, o que não funciona e o que parece promissor. Caminhos para políticas públicas de segurança mais eficientes.

Objetivo

O objetivo maior deste curso é compreender como se estrutura uma política pública, quais são os elementos que condicionam a avaliação de uma política pública, os principais dilemas na implementação de políticas públicas por evidência no Brasil.

Conteúdo Programático

Tema 1 - As origens do policiamento numa perspetiva comparada

Tema 2 – Dilemas do controle das polícias

Tema 3 – Efetividade e gestão de processos das organizações policiais

Tema 4 – A letalidade policial

REFERÊNCIAS

- Bayley, David. (2001). “O controle da polícia”. Em *Padrões de Policiamento*. Edusp. (Pp.173-201)
- Beato Filho, C., & Ribeiro, L. (2016). Discutindo a reforma das polícias no Brasil. Civitas-Revista de Ciências Sociais, 16(4), 174-204.
- Beato, Claudio C.; Silva, Braulio, Tavares, Ricardo. 2008. Crimee Estratégias de policiamento. Dados (Rio de Janeiro). , v.51, p.51 - , 2008.
- Braga, Anthony. 2015. “Crime and Policing Revisited”. *New Perspectives in Policing*. Harvard Kennedy School. NIJ.
- Cruz, J. M. (2016). State and criminal violence in Latin America. *Crime, Law and Social Change*, 66(4), 375-396.
- Daniels, R. (2000). The crisis of police brutality and misconductin America. Police brutality: an anthology. New York: WW Norton & Company, (pp. 240-260).
- Eck, J. E., & Maguire, E. R. (2000). Have changes in policing reduced violent crime? An assessment of the evidence.The crime drop in America, 207, 228.
- Frühling, H. (2009). Research on LatinAmerican police: Where do we go from here?. *Police Practice and Research: An International Journal*, 10(5-6), 465-481.
- Gabaldon, L. G. (1993). Police violence and uncertainty in Latin America: linking the macro- and micro-levels of analysis. *International Criminal Justice Review*, 3(1), 44- 59.
- Ianni, Elizabeth Reuss e Ianni, Francis A.J. 1983. “Street Cops and management Cops: The Two Cultures of Policing. In Punch, Maurice (org.) 1983. *Control in the PoliceOrganization*. The MIT Press. Cambridge/ Massachusetts, London/England: 251-276.
- Lane, Roger. 1992. “Urban Police and Crime in Nineteenth- Century America”. In Tonry, Michael e Morris, Norval (eds.) *Modern Policing. Crime and Justice*, vol. 15. The University of Chicago Press, Chicago/London: 1-50. Estados Unidos
- Lemgruber, J., Musumeci, L., Cano, I., Miranda, A. P., & Travassos, S. (2003). Quem vigia os vigias?: umestudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record. (capítulo 2 – Pp.35-71)
- Monet, Jean Claude. 2001.Caps., 2 e 3, “Nascimento das políciasmodernas” e “Os modelos de polícia na Europa”. In Monet, J.C. *Policías e Sociedades na Europa*. EDUSP. SP. América Latina Neto, Paulo Mesquita (1999). Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, p. 129-148, 1999.
- Reiner, Robert. 1992. *The Politics of the Police*. Cap. 1 pp.11-56. University of Toronto Press. Toronto/Buffalo
- Reiner, Robert. 2013. Who Governs? Democracy, plutocracy, Science and prophecy in policing. In Criminology andCriminal Justice 13(2) 161-180
- Rico, José Maria e Chinchilla, Laura. Cap. 1. Algunas Leccionesde la Historia. P.34-45. Inglaterra Skolnick, Jerome H. e Fyfe, James J. 1993. *Above the Law: Policeand the Excessive Use of Force*. The Free Press. A Division of Mcmillan Inc. N.York/ Toronto/ Oxford/ Singapore/ Sydney. Cap. 5. Pp.89-113
- Steinberg, A. (1989). “The rise of state prosecution”. The transformation of criminal justice, Philadelphia, 1800- 1880. Univ of North Carolina Press. (Pp. 119 a 171)
- Waddington, P.A.J. 1999. “Police (canteen) sub-culture”. In British Journal Criminology, v.39,

n.2.

Weisburd, David e Neyround, Peter. 2011. "Police Science: toward a new paradigm". *New Perspectives in Policing*.Harvard Kennedy School. NIJ.

Disciplina: Políticas Públicas de Segurança Pública em Perspectiva Comparada

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Cláudio Chaves Beato Filho

Ementa

História da polícia. Modelo profissional, policiamento comunitário e policiamento orientado para a solução de problemas

Objetivo

O objetivo maior deste curso é compreender como as agências policiais são um produto de seu ambiente histórico, social, econômico, político e legal. Dentro desta estrutura, o curso fará um levantamento do desenvolvimento histórico da aplicação da lei, da estrutura e organização do policiamento, da socialização e das personalidades de trabalho dos policiais, do papel da discrição na tomada de decisões, da corrupção policial, da aplicação da lei de drogas, do policiamento em relação à questões de raça e gênero, da brutalidade policial e uso de força letal, das políticas de aplicação da lei e controle e prevenção do crime, do policiamento comunitário, do policiamento orientado para problemas, do legado de e perspetivas de reforma.

Conteúdo Programático

Tema 1 – O ciclo de políticas públicas

Tema 2 – Avaliação de políticas públicas

Tema 3 – Políticas públicas de segurança no Brasil

Tema 4 – A polícia em ação: dilemas da consolidação democrática

Tema 5 – Para onde vamos?

REFERÊNCIAS

AROCENA, Felipe; AGUIAR, Sebastian. Tres leyes innovadoras en Uruguay. Aborto, matrimonio homosexual y regulación de la marijuana. Revista de Ciencias Sociales, vol.

BEATO FILHO, Claudio Chaves. Crime e cidades. Belo Horizonte: UFMG, 2012. KOPITTKE, Alberto Liebling. Segurança pública baseada em evidências: a revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no mundo. Tese de Doutorado.

BEATO, Claudio. Comprendendo e avaliando: projetos de segurança pública. Editora UFMG, 2008.

CORTEZ ZAMBRANO, Sonia. Derechos Humanos en las políticas de paz y posconflicto en Colombia. Via Inveniendi et Iudicandi, ISSN-e 1909-0528, Vol. 11, N°. 1, 2016 ESTRADA, Fernando et al. Políticas de seguridad contra el narcotráfico: México, Brasil y Colombia. Revista

- Análisis Político nº 86, Bogotá, enero-abril, 2016: págs. 3-34. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/anpol/v29n86/v29n86a01.pdf>
- GUSFIELD, Joseph R. Constructing the ownership of social problems: Fun and profit in the welfare state. Social problems, v. 36, n. 5, p. 431-441, 1989.
- KOPITTKE, Alberto LW; RAMOS, Marília Patta. O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: uma revisão sistemática. Revista de Administração Pública, v. 55, p. 414-437, 2021.
- Mingardi, G. (1992). Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na polícia civil. Scritta Editorial, 1991. (p. 21-69)
- Paixão, A. L. (1982). A organização policial numa área metropolitana. Dados, 25(1), 63-85.
- Paixão, L. A. (1988). Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Vértice (PP. 168-199)
- RAEDER, Savio Túlio Oseleri. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. Perspectivas em políticas públicas, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014.
- Saporì, L. F. (2007). Os desafios da polícia brasileira na implementação da ‘ordem sob a lei’. RATTON, José Luiz; BARROS, Marcelo (coords.). Polícia, democracia e sociedade. Rio de Janeiro: Lumen Juris. (Pp. 97-137)
- SHERMAN, Lawrence W. et al. Preventing crime: What works, what doesn't, what's promising: A report to the United States Congress. Washington, DC: National Institute of Justice, 1997.
- SHERMAN, Lawrence W. Reducing gun violence: what works, what doesn't, what's promising. Persp. on Crime & Just., v. 4, p. 69, 1999.

Módulo 3 - Prevenção ao crime

Consiste na apresentação de conceitos básicos relacionados às ações e intervenções manejadas para a prevenção do crime e da vitimização em distintos níveis (individuais, familiares e comunitários). Problematiza também os limites e possibilidades de políticas de prevenção já implementadas no Brasil, com destaque para aquelas que tiveram lugar no estado de Minas Gerais. Para tanto, foram reservadas 75 horas, distribuídas nas seguintes disciplinas: Prevenção do crime, Política criminal e resolução de conflitos e Vitimização (teoria e padrões). Os programas dos cursos seguem apresentados nesta ordem.

Disciplina: Prevenção do crime

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Andrea Maria Silveira

Ementa

Este curso apresenta os contornos gerais e introdutórios de programas de prevenção ao crime e a violência e será centrado na apresentação do conceito de prevenção ao crime, dos fatores de risco que favorecem a inserção em ações criminosas, nos fundamentos teóricos de programas prevenção e das práticas prevenção ao crime baseadas em contextos e estratégias específicas: comunidades, ambiente, policiamento e desenvolvimento social de crianças e adolescentes.

Objetivo

- Apresentar o conceito de prevenção ao crime
- Discutir fatores de risco ao crime (pessoais, familiares, comunitários e ambientais)
- Identificar e distinguir os níveis de prevenção ao crime baseados no modelo de prevenção da saúde pública
- Conhecer a prevenção do crime através do design ambiental e outras intervenções no ambiente
- Conhecer a prevenção do crime por meio das intervenções na comunidade
- Conhecer a prevenção do crime por meio de modelos de policiamento
- Conhecer a prevenção do crime baseados no desenvolvimento social de crianças e adolescentes
- Compreender a importância da avaliação dos programas de prevenção ao crime

Conteúdo Programático e Bibliografia

Aula 1 – Introdução a Prevenção do Crime

Objetivos: Compreender o conceito de prevenção ao Crime, os níveis de prevenção ao crime baseados no modelo de prevenção da saúde pública e os fatores de risco ao crime. Conhecer os princípios da política de prevenção ao crime baseada em evidências.

Aula 2- Estratégias de prevenção ao crime

Objetivos

- Conhecer a prevenção do crime através do design ambiental e outras intervenções no ambiente
- Conhecer a prevenção do crime por meio das intervenções na comunidade
- Conhecer a prevenção do crime por meio de modelos de policiamento

Aula 3 - Estratégias de prevenção ao crime 2

Objetivos:

- Conhecer a prevenção do crime baseados no desenvolvimento social de crianças e adolescentes
- Compreender a importância da avaliação dos programas e projetos de prevenção a violência

Bibliografia Básica:

Armitage R. Exploring the Theoretical Links between Design and Crime in. Armitage R. Crime Prevention through Housing Design Policy and Practice. Crime Prevention and Security Management Series. London:Palgrave Macmillan, 2013 p. 9-27.

Banco Mundial. Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em Áreas Urbanas da América Latina – Um Guia de Recursos para Municípios, 2003

Farrington DF, Ttofi MM., Lösel FA. Developmental and Social Prevention. In: What Works in Crime Prevention and Rehabilitation Lessons from Systematic Reviews. Springer Series on Evidence-Based Crime Policy. New York:Springer, 2016, p.16-76.

Gill C. Community Interventions. In: What Works in Crime Prevention Springer Series on Evidence-Based Crime Policy. New York:Springer, 2016, p78-110

Lab, S.P. (2016). *Crime Prevention: Approaches, Practices, and Evaluations* (9th Edition). Chapter 4 “The Physical Environment and Crime Prevention,” p. 60-86. Routledge: New York.

Lab, S.P. (2016). Crime Prevention: Approaches, Practices, and Evaluations (9th Edition). Chapter 2 “Crime Prevention” p. 33-44. Routledge: New York.

Nações Unidas: Escritório contra drogas e crime. Promovendo a prevenção ao crime: diretrizes e projetos selecionados. 2004. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/Ipo-brazil//Topics_crime/Publicacoes/Promovendo_final.pdf

Pinheiro MMS. Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBES): delimitando o problema conceitual Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.-Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9915/1/td_2554.pdf

Silveira AM, Peixoto B. Manual de Avaliação de Programas de Prevenção da Violência. Brasília:

:Organização Panamericana de Saúde, 2010. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_avaliacao_programas_violencia.pdf

Silveira, A. M.. A prevenção do crime e a segurança comunitária. In: Renato Sérgio de Lima;José Luiz Ratton; Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. (Org.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 1, p. 539-546.

Silveira, A. M.. A prevenção do crime e a segurança comunitária. In: Renato Sérgio de Lima;José Luiz Ratton; Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. (Org.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 1, p. 539-546.

Weisburd D., Farrington DP., Gill C. Introduction: What Works in Crime Prevention. In: What Works in Crime Prevention and Rehabilitation Lessons from Systematic Reviews. Springer Series on Evidence-Based Crime Policy. New York:Springer, 2016, p.1-14.

Disciplina: Política Criminal e Resolução de Conflitos

Carga Horária: 30 horas **Obrigatória**

Professor: Andréa Silveira

Ementa

Ao se debruçar sobre os conflitos, litígios e disputas em perspectiva comparada, a disciplina pretende trabalhar a dimensão cultural da resolução de conflitos. Objetiva, igualmente, apresentar os fundamentos dos principais processos de tratamento de conflitos, tais como adjudicação, arbitragem, conciliação, mediação, negociação e justiça restaurativa. A formação busca inscrever tais processos em uma abordagem de complementaridade, subsidiariedade ou alternatividade, enfatizando a necessidade de adequação ao caso concreto e a contribuição eventual de cada um à formulação de uma política criminal atenta aos direitos e garantias fundamentais.

Conteúdo Programático

Unidade I – Dimensão cultural da resolução de conflitos

- 1.1 A natureza sociológica dos conflitos
- 1.2 A dimensão simbólica dos conflitos
- 1.3 As culturas e a resolução de conflitos

Unidade II – A administração de conflitos e suas arenas

- 2.1 A jurisdição e o império da lei oficial
- 2.2 Negociação, conciliação, mediação e o primado do contrato
- 2.3 Justiça restaurativa e abertura à interculturalidade

Unidade III: A política criminal frente à diversidade dos meios de resolução de conflitos

- 3.1. A questão da adequação dos meios de resolução
- 3.2. Resolução de conflitos e sensibilidades jurídicas
- 3.3. No campo, dilemas e impasses frente aos casos concretos

Bibliografia

- AZEVEDO Rodrigo Ghiringhelli; SOUZA, Guilherme Augusto Dornelles de. Que "Paz" é essa? Os significados do conflito na cultura jurídica brasileira e a justiça restaurativa no Brasil. In: *Crime e Interdisciplinaridade - Estudos em homenagem a Ruth Maria Chittó*
- CAMPOS, Adriana P.; FRANCO, João Vítor S. A conciliação no Brasil e a sua importância como tratamento adequado de conflitos. *Revista de Direito Brasileiro* | São Paulo, SP | v. 18 | n. 7 p. 263 - 281 |Set./Dez. 2017
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *Rev. bras. C. Soc.*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008.
- CARDOSO DE OLIVERIA, Luís R. A
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Razão e Sentimento em Disputas Normativas. *Revista Brasileira de Sociologia das Emoções-RBSE*, v. 19, n. 57, pp. 31-41,
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Sensibilidade Cívica e Cidadania no Brasil. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 44, Niterói, p. 34-63, 2018.
- CHASE, Oscar G. Direito Cultura e Ritual: Sistemas de Resolução de conflitos no contexto da cultura comparada. 1. ed. Tradução de Sérgio Arenhart, Gustavo Osna. São Paulo: 2014.
- dezembro, 2020.
- dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. *Revista de Antropologia*, v 53, n. 2, p. 451-473, 2011.
- Gauer. EDIPUCRS, 2013.
- JACCOUD, M. Princípios, tendências e procedimentos que cercam a justiça restaurativa. In: *Justiça Restaurativa*. Brasília: Ministério da Justiça / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005. p. 163- 188
- LIMA, Roberto Kant de. «Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada», *Anuário Antropológico* [Online],
- LIMA, Roberto Kant de. Polícia, justiça esociedade no Brasil: uma abordagemcomparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 1999, n. 13[Acessado 29 Junho 2021], pp. 23-38.
- LOPES, J. R. de L. (1994). Justiça e poder Judiciário ou a virtude confronta a instituição. *Revista USP*, (21), 22-33.
- LUCAS, Douglas C. A jurisdição entre crises e desafios. *Direito e Debate*. Ano X II nº 21, jan./jun. 2004, p.9- 43.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de, CORREA, Roberta de Mello, PINTO, Vinicius C. (2017), “Conciliação No Papel: O Tratamento Dado aos Casos de Intolerância Religiosa em Juizados Especiais Criminais no Rio de Janeiro”. *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v.18: 21 – 43, 2017.
- NADER, Laura. *Harmonia coerciva: a economiapolítica dos modelos jurídicos*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 26, ano 9, 1994, pp. 18-
- NICÁCIO, C. S. Desafios e impasses aos meios consensuais de tratamento de conflitos. *Conciliação, um caminho para a paz social*. 1ed.Curitiba: Jurua Editora, 2013, v. 1, p. 25-46
- NICÁCIO, C. S. Direito e mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Impresso)*, v. 59, p. 11-56, 2011
- NICÁCIO, C. S. Intolerância religiosa no Estado de Minas Gerais: considerações a partir de uma pesquisa com boletins de ocorrências. *REVISTADIREITO GV (ONLINE)*, v. 17, p. 1-25, 2021
- NICÁCIO, Camila Silva, “Mediação para a autonomia, alteridades em diálogo”, in Maria Tereza

- Fonseca Dias (org.), Mediação, cidadania e emancipação social, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2010, p. 151-168.
- PARIZOTTO, Natália Regina. Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 287-305, maio/ago. 2018.
- SIMMEL, Georg 1983 “A natureza sociológica do conflito”, in Simmel. Organizado por Evaristo Moraes Filho (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, pp. 122-134.
- SLAKMON, C.; OXHORN, P. Micro-justiça, desigualdade e cidadania democrática: a construção da sociedade civil através da justiça restaurativa no Brasil. In: SLAKMON, C. et al (Org.). *Justiça Restaurativa*. Brasília: Ministério da Justiça/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2005, p. 189-211.
- SPENGLER, Fabiana Marion. A crise do estatismo e a crise da jurisdição: (in)eficiência face à conflituosidade social. Revista Brasileira de Direito, IMED, Vol. 7, nº 1, jan-jun 2011. v.35 n.2 | 2010
- ZEHR, H. Avaliação e princípios da Justiça Restaurativa. In: *Novas direções na governança da justiça e da segurança*. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. p. 411-417.

Disciplina: Vitimização (teoria e padrões)

Carga Horária: 30 horas **Obrigatória**

Professor: Bráulio Silva

Ementa

Apresentar e discutir o conceito de vitimologia como um evento ou série de eventos que envolve não somente uma pessoa ou uma “coisa”, mas que requer um reconhecimento ou acordo societário de que algum dano foi feito. Nem toda vitimização é criminalizada e nem toda ação criminal tem uma vítima, diante disso, justifica-se a necessidade de definir vitimologia e vitimização e sobre como as forças sociais (política, mídia e normativa) moldam nossos pensamentos sobre quem é e quem não é vítima, por que algumas vítimas “contam mais” que outras e como o Sistema de Justiça deve responder à essas questões. Ao focar na vítima, ao invés do ofensor, busca-se compreender os motivos pelos quais alguns não reportam crimes às organizações policiais, como algumas vítimas podem compartilhar responsabilidades e como podem ser reparadas as perdas. O curso ainda pretende discutir os aspectos relativos à mensuração das taxas de vitimização e cálculo de prevalência por grupos.

Objetivos

A proposta do curso proporcionar aos discentes: (1) familiaridade com termos básicos, conceitos e ideias acerca de vitimologia; (2) Compreensão das principais explicações teóricas da vitimização criminal, acesso a literatura e análises empíricas sobre vitimologia e fatores de risco; (3) Compreensão dos métodos e medidas de vitimização;

(4) Desenvolver uma compreensão sobre a relação entre vítimas e ofensores, vítimas e justiça criminal, e vitimização em diferentes contextos e culturas; (5) compreensão sobre natureza, tipo e prevalência de vitimização em distintos ambientes (casa e rua).

Conteúdo Programático

Unidade I – Introdução à Vitimologia e Vitimização Criminal, padrões e tendências

Objetivos: Proporcionar conhecimento capaz de responder as seguintes questões: Como definir Vitimização? O que já sabemos? Como vitimização é distribuída no espaço, tempo e indivíduos? Como medir vitimização?

Unidade II – Introdução à teoria de vitimologia e vitimização: alcances e limitações

Objetivos: apresentar as principais abordagens teóricas sobre vitimização e debates atuais sobre o que não é explicado pelas teorias.

Unidade III – Externalidades decorrente da vitimização: Mídia, medo do crime e consequências

Objetivos: discutir como a mídia molda a nossa compreensão de risco e vitimização criminal e como se busca calcular o risco de forma acurada. Debater como os eventos raros afetam a lei. Discutir como o medo do crime afeta os indivíduos, famílias, comportamentos, comunidades, escolas e trabalho.

Unidade IV – Vítimas e Sistema de Justiça Criminal - Justiça restaurativa e prevenção

Objetivo: Discutir quem são as principais vítimas de crimes, aceitabilidade de riscos e como se dá a relação entre as vítimas e o sistema de justiça criminal. Compreender as diversas abordagens sobre justiça restaurativa no âmbito da relação entre vítima e ofensores, bem como políticas de prevenção criminal

Unidade V – Abordagens temáticas de vitimização

Objetivo: apresentar e debater as distintas formas de vitimização e contextos relacionados à: Violência doméstica de gênero; maus-tratos de crianças e adolescentes, agressão sexual e psicológica

Bibliografia

- KARMEN, A. Crime victims. An introduction to victimology. Cengage. 2016. WOLHUTER, L.; OLLEY, N. DENHAM, D. Victimology. Victimization and Victim's Right. Routledge. 2009
DAIGLE, L. E. Victimology. A text/Reader. 2a Edition. 2018
GOODEY. Victims and Victimology. Research, Policy and Practice. Longman Criminology Series. 2005

Módulo 4 - Lei e controle social

Este módulo como objetivo problematizar como funciona o sistema de justiça criminal e o sistema de justiça juvenil, desde uma perspectiva teórica (com a mobilização dos conceitos de Racionalidade Penal Moderna), mas também empírica por meio da discussão de pesquisas produzidas pela antropologia e sociologia jurídica. Para tanto, foram reservadas 75 horas, distribuídas entre as seguintes disciplinas: Sociologia jurídica, Antropologia do direito, Justiça juvenil, e A teoria sistêmica da Racionalidade Penal Moderna. Os programas de curso seguem apresentados nesta ordem.

Disciplina: Antropologia do direito

Carga Horária: 30 horas **Obrigatória**

Professor: Ludmila Ribeiro

Ementa: Reflexão sobre contribuições da Antropologia do direito para a compreensão de uma perspectiva jurídica plural e para fundamentação do direito em uma sociedade multicultural.

OBJETIVOS:

Sensibilização das e dos estudantes para a potencialidade do debate interdisciplinar que envolve Antropologia e Direito, especialmente através de questões pertinentes ao tema dos direitos humanos. Análise de estudos brasileiros recentes relativos a questões tanto de impacto jurídico quanto de relevância antropológica, a exemplo da produção normativa, da resolução de conflitos, da reivindicação de direitos por minorias e da atuação das instituições e dos profissionais do direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: O curso se divide em três unidades programáticas, como segue.

Unidade I – Para conhecer o objeto disciplinar: conceitos, histórico e abordagens

1.1. Histórico de desenvolvimento da disciplina aqui e alhures.

1.2 Instrumentos de campo e importância/aporte da etnografia.

1.3 Conceitos fundamentais: cultura, civilização, sociedade, progresso, Ocidente...

Unidade II – Constituição de campos de estudo da antropologia do direito.

2.1 Justiça, lei e costume: o problema da “juridicidade” na antropologia do direito.

2.2 Cultura e resolução de conflitos.

2.3 Relativismo e etnocentrismo, os “usos da diversidade”.

2.4 - Dívida ou dádiva: apontamentos entre moral e direito.

Unidade III: Desafios emergentes: algumas discussões contemporâneas

3.1. Direito, gênero e sexualidade

3.2. Mineração, direito e resistências

3.3. Direito e religião

Referências

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Olhar, ouvir e escrever: o trabalho do antropólogo. *Revista de Antropologia*. São Paulo. USP. 1996. V. 39. Nº 1. P.13-37;
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. Porto: Afrontamento, 1979. Cap. XI. A sociedade contra o Estado, p. 183-211
- DAVIS, Shelton H. (org.) - "Introdução". In: *Antropologia do Direito*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 9-24;
- DEBERT, Guita Grin e GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2008, v. 23, n. 66, pp. 165-185.
- GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 13, nº 38.
- KANT DE LIMA, Roberto. “Por uma antropologia do direito no Brasil”, *Ensaios de antropologia e de direito*. Rio de Janeiro, Lumen Iuris, 2009, p. 1-38.
- LABURTHE-TOLRA, Phillippe e WARNIER, Jean-Pierre. *Etnologia e Antropologia*. Petrópolis, Editora Vozes, 1997, p. 11-44
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. Paris, Unesco, 1952; Cf. “Raça e cultura”, p. 1-24;
- MALINOWSKI, Bronislaw, Objeto, Método e alcance desta pesquisa. In: Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Malinowski, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil, Novos Estudos, Cebrap, 74, março 2006.
- NADER, Laura. *Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 26, ano 9, 1994, pp. 18-29.
- NEMO, Philippe. O que é Ocidente? São Paulo: Martins Fontes. Introdução, p. 7-15.
- NICÁCIO, C. S. Intolerância religiosa no Estado de Minas Gerais: considerações a partir de uma pesquisa com boletins de ocorrências. *REVISTA DIREITO GV (ONLINE)*, v. 17, p. 1-25, 2021.
- NICÁCIO, Camila Silva, “Mediação para a autonomia, alteridades em diálogo”, in Maria Tereza Fonseca Dias (org.), Mediação, cidadania e emancipação social, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2010, p. 151- 168.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso, “A dimensão simbólica dos direitos e análise dos conflitos”, *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2010, v.53, nº 2
- ROULAND, Norbert. Nos confins do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Cap. IV. O direito no plural, p. 162-178;
- SANTOS, Boaventura de S., "Por uma concepção multicultural de direitos humanos". In: BALDI, César Augusto - Direitos humanos na sociedade cosmopolita. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 239-277
- SCHWITZMEYER, Ana Lúcia Pastore, “O ensino da antropologia jurídica e a pesquisa em direitos humanos” In Nalini, José Renato e Carlini, Angélica Luciá (coord.). *Direitos Humanos e Formação Jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2010 (p.137-153).
- SEGATO, Rita Laura, "Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento dos direitos universais". Mana, n.1, vol. 12, abr/2006, p. 207-236
- SHIMIZU, B. O homicídio e a dádiva: um exemplo de distanciamento entre antropologia e direito. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 77, p. 203-218, 2009.
- SUPIOT, Alain. *Homo Juridicus*. Ensaio sobre a função antropológica do direito. São Paulo: Martins Fontes. Cap. 6. Unir a humanidade: do uso correto dos direitos do homem, p. 231-255) + vídeo sobre os “bolinhos de jesus”
- VIDAL, Julia. *Com sedas matei, com ferros morri*: sobre homicídios, inquéritos policiais e criminalização de travestis. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019, pp. 29-47.
- VILLAS-BOAS FILHO, Orlando, Juridicidade: uma abordagem crítica à monolatria jurídica

enquanto obstáculo epistemológico, Revista Fac. Dir. Univ. São Paulo, v. 109 p. 281 - 325 jan./dez. 2014

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O Desastre do rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In ZHOURI, A. (Org.) *Mineração, Violências e Resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.* 1 ed. Marabá: Editorial Iguana, 2018, pp. 29-65.

Disciplina: Sociologia Jurídica

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Ludmila Ribeiro

Ementa: Reflexão sobre contribuições da Antropologia do direito para a compreensão de uma perspectiva jurídica plural e para fundamentação do direito em uma sociedade multicultural.

OBJETIVOS:

Sensibilização das e dos estudantes para a potencialidade do debate interdisciplinar que envolve Antropologia e Direito, especialmente através de questões pertinentes ao tema dos direitos humanos. Análise de estudos brasileiros recentes relativos a questões tanto de impacto jurídico quanto de relevância antropológica, a exemplo da produção normativa, da resolução de conflitos, da reivindicação de direitos por minorias e da atuação das instituições e dos profissionais do direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: O curso se divide em quatro unidades programáticas. A primeira discute os processos de formação do Estado no Brasil e o papel do sistema de justiça nesta equação. A segunda problematiza a formação jurídica brasileira, sublinhando como os bacharéis em direito forjaram a própria formação do Estado. A terceira analisa o funcionamento do sistema de justiça criminal, com destaque para a maneira como ocorre o processo de tomada de decisão. Por fim, são apresentadas algumas reflexões sobre os caminhos da sociologia jurídica no Brasil.

Unidade 1 – Os processos de formação do Estado: o papel do sistema de justiça

Objetivo: Apresentar como a formação do Estado no Brasil foi forjada como parte do empreendimento colonial, tendo como um dos eixos de sustentação o funcionamento do sistema de justiça criminal.

Unidade 2 – A formação jurídica nacional: profissões imperiais e elites jurídicas

Objetivo: Discutir a formação jurídica no Brasil, com destaque para as análises relacionadas ao papel das elites jurídicas na construção do mundo político.

Unidade 3 – Metodologias de análise para a tomada de decisão

Objetivo: compreender as diversas abordagens sobre o processo relacionado à produção da decisão jurídica

em geral, com destaque para as pesquisas sobre Supremo Tribunal Federal e Justiça Criminal.

Unidade 4 – A sociologia jurídica no Brasil

Objetivos: Identificar quais são as contribuições do conhecimento sociológico para o estudo do direito no Brasil e a importância de um conhecimento que valorize o pluralismo jurídico.

Referências

- ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: EDUSP, 2019. (capítulo 1 – pp. 37-87; capítulo 3 – pp. 105-175)
- ALMEIDA, Frederico de. As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 52, p. 77-95, 2014.
- ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ministrocracia: o Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, v. 37, n. 1, p. 13-32, 2018.
- BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. A crença no princípio (ou mito) da imparcialidade judicial. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 7, n. 2, p. 203-223, 2020.
- BONELLI, Maria da Gloria. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 39, p. 61-81, 1999.
- COELHO, Edmundo Campos. As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. 1999. (Prólogo – Pp. 19-70)
- DAHL, Robert A. Tomada de Decisões em uma democracia: a Suprema Corte como uma entidade formuladora de políticas nacionais. *Revista de Direito Administrativo*, v. 252, p. 25-43, 2009.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador 2: formação do Estado e civilização*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.
- FARIA, José Eduardo E., & CAMPILONGO, Celso Faria. *Sociologia jurídica no Brasil*. SA Fabris, 1991.
- MATTOS, Paulo Todescan Lessa. A formação do estado regulador. *Novos estudos CEBRAP*, p. 139-156, 2006.
- MENDONÇA, Ludmila; DUARTE, Thais Lemos. Do processo penal colonial à reforma processual penal de 2008: análise sócio-histórica do sistema de justiça criminal brasileiro. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 13, n. 1, 2011.
- MIGUEL, Luis Felipe; BOGÉA, Daniel. O juiz constitucional me representa? O Supremo Tribunal Federal e a representação argumentativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, 2020.
- OLIVEIRA, Luciano. Sua excelência o comissário: e outros ensaios de Sociologia Jurídica. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004 (Direito, sociologia jurídica, sociologismo: notas de uma discussão – pp. 55-74; Não fale do Código de Hamurábi. p. 137-167)
- OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. Mecanismos sociais de decisões judiciais: um desenho misto explicativo sobre a aplicação da medida socioeducativa de internação. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS*, v. 5, n. 10, 2018.
- OSZLAK, Oscar. The historical formation of the State in Latin America: some theoretical and methodological guidelines for its study. *Latin American Research Review*, v. 16, n. 2, p. 3-32, 1981.
- RAMOS, Marcelo Maciel; CASTRO, Felipe Araújo. Aristocracia judicial brasileira: privilégios, habitus e cumplicidade estrutural. *Revista Direito GV*, v. 15, n. 2, 2019.
- RAUPP, Mariana. As pesquisas sobre o “sentencing”: disparidade, punição e vocabulários de motivos. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 2, n. 2, 2015.
- RIBEIRO, Leandro Molhano; ARGUELHES, Diego Werneck. Contextos da judicialização da política: novos elementos para um mapa teórico. *Revista Direito GV*, v. 15, 2019.
- SANTOS, André Marenco dos; DA ROS, Luciano. Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006). *Revista de sociologia e política*, v. 16, n. 30, p. 131-149, 2008.
- SAPORI, Luís Flávio. A administração da justiça criminal numa área metropolitana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 143-157, 1995.
- SILVEIRA, Daniel Barile da. Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. CONPEDI-Conselho Nacional de Pós-graduação em Direito, v. 1, p. 203-223, 2006.
- WOLKMER AC, MALDONADO Bravo EE. Pluralismo jurídico diante do constitucionalismo latino-

americano: dominação e colonialidade. *Cahiers des Amériques latines*. 2020 Dec 31;1(94).
WOLKMER, Antônio Carlos. Para uma sociologia jurídica no Brasil: desde uma perspectiva descolonial. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 4, n. 3, 2017.

Disciplina: A teoria sistêmica da Racionalidade Penal Moderna

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Carlos Frederico Braga

Ementa: Reflexão sobre contribuições da Antropologia do direito para a compreensão de uma perspectiva jurídica plural e para fundamentação do direito em uma sociedade multicultural.

OBJETIVOS:

Sensibilização das e dos estudantes para a potencialidade do debate interdisciplinar que envolve Antropologia e Direito, especialmente através de questões pertinentes ao tema dos direitos humanos. Análise de estudos brasileiros recentes relativos a questões tanto de impacto jurídico quanto de relevância antropológica, a exemplo da produção normativa, da resolução de conflitos, da reivindicação de direitos por minorias e da atuação das instituições e dos profissionais do direito.

EMENTA: Apresentação da teoria da Racionalidade Penal Moderna (doravante RPM), desenvolvida com base em pesquisas históricas e contemporâneas sobre a influência de sistemas de ideias na justiça criminal no Ocidente. A teoria descreve como o Direito Penal, no momento em que se distingue dos demais ramos (Civil, Administrativo, etc), fundou o atual programa autônomo regente das sanções penais no Ocidente.

OBJETIVOS

A proposta do curso é introduzir aos interessados os conceitos, princípios e os fundamentos da RPM, elaborada e desenvolvida há mais de duas décadas pelo grupo de pesquisa liderado pelo Professor Álvaro Pires, da Cátedra Canadense de Tradições Jurídicas e Racionalidade Penal, da Universidade de Ottawa, CA. (veja <https://www.chairs-chaires.gc.ca/-chairholders-titulaires/profile-eng.aspx?profileID=588>).

A atividade acadêmica objetiva que os participantes possam compreender o processo sócio-histórico e de surgimento da RPM no Ocidente, bem como identificar, sob um viés sociojurídico, os principais sistemas de ideias a justificar a punição no direito penal ocidental moderno: retribuição, dissuasão, prevenção geral, especial, e reabilitação na prisão.

No curso, estruturado em cinco encontros, abordaremos a descrição sistêmica das ideias utilizadas para os raciocínios discursivamente institucionalizados e reconhecidos pelo Direito Penal. Essas práticas sociais da linguagem jurídica incorporam uma certa realidade de um sistema de pensamento punitivo e são usadas para fundamentar especialmente o processo de penalizar.

A disciplina pretende explicar a hipótese norteadora da RPM: após a sua institucionalização pelo Direito,

os sistemas de ideias representam obstáculos cognitivos ao recebimento de sanções não-prisionais. As ideias a serem estudadas não favorecem, para dizer o mínimo, a redução do uso do encarceramento (duração e frequência), muito menos facilitam a aplicação de sanções alternativas à restrição de liberdade mais consistentes ao estado atual de desenvolvimento do Direito Constitucional do Brasil e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Os conteúdos devem ser organizados por unidades, tópicos ou por módulos que, por sua vez, devem apresentar os objetivos, as estratégias didáticas e a bibliografia recomendada.

Unidade I – O contexto intelectual e cognitivo de surgimento da Teoria Sistêmica da Racionalidade Penal Moderna (RPM) - Introduzir aos participantes a origem e os conceitos básicos da teoria, para a compreensão da sua concepção num peculiar contexto espaço-temporal.

Unidade II – As principais linhas da teoria e as características da RPM - Discutir, à luz da RPM, a interação existente entre as demandas de punição e a aplicação das penas previstas pelo legislador.

Unidade III – A RPM , o papel da opinião pública, e a questão da determinação da pena - Apresentar, à luz da RPM, a interação existente entre as demandas de punição e a rigidez na imposição das sanções penais.

Unidade IV – A influência da RPM no sistema de ideias regente das sanções juvenis. - Indicar a prevalência do raciocínio da RPM nas operações dos profissionais do Direito, tanto no momento da elaboração das sanções socioeducativas quanto nos debates parlamentares.

Unidade V – Saindo da caixa? A RPM e os princípios constitucionais da individualização e da proporcionalidade da sanção penal - Problematizar, sob o ângulo de observação da RPM, a relação entre as punições mínimas fixadas por lei e a atividade judiciária de dosimetria da sanção criminal, em relação aos princípios constitucionais de individualização e proporcionalidade da pena.

REFERÊNCIAS

BRAGA DA SILVA, Carlos Frederico. A teoria da Racionalidade Penal Moderna e os seus impactos nas operações da Justiça Juvenil: uma análise sobre os cenários do Canadá e do Brasil. Revista Brasileira de Ciências Criminais RBCCrim, ano 27, n. 158, Agosto de 2019. Dossiê Especial: “Sistema de justiça juvenil em perspectiva comparada: discussões teóricas para o desenvolvimento de uma doutrina especializada”.

BRAGA DA SILVA, Carlos Frederico. Decifra-me ou te devoro! A prevalência da racionalidade penal moderna entre os sistemas de ideias da Justiça Juvenil. In A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas Desde o Sul / organização Carmen Fullin, Maíra Rocha Machado, José Roberto Franco Xavier; São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 205-225)

CAPPI, Riccardo. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioridade penal (1993 – 2010). In: *Revista de Estudos Empíricos em Direito. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies*, vol. 1, n. 1, jan 2014, p. 10-27.

DUBÉ, Richard. Os ângulos de observação da racionalidade penal moderna e a pesquisa empírica. In A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 295-328)

GARCIA, Margarida. A teoria da racionalidade penal moderna: um quadro de observação, organização e descrição das ideias. In A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 43-77)

GONÇALVES, Guilherme Leite; BACHUR, João Paulo. O Direito na Sociologia de Niklas Luhmann, in Manual de Sociologia Jurídica, coordenação de Felipe Gonçalves Silva e José Rodrigo Rodrigues. São Paulo: Saraiva, 2013 (pp. 111-131)

GONÇALVES, Guilherme Leite, VILAS BÔAS FILHO, Orlando. Teoria dos sistemas sociais: direito e sociedade na obra de Niklas Luhmann. São Paulo: Saraiva, 2013.

HÉRNANDEZ, Camilo Eduardo Umaña. A racionalidade penal moderna como ferramenta para entender a impunidade. In *A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas Desde o Sul* / organização Carmen Fullin, Maíra Rocha Machado, José Roberto Franco Xavier; São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 81-105)

LUHMANN, Niklas. O Direito da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes (2016).

MACHADO, Maíra Rocha, e PIRES, Álvaro. Intervenção política na sentença do direito? Os fundamentos culturais da pena mínima. Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica, 21(3), 1042-1083.

MOELLER, Hans-Georg. Luhmann Explained. In: *From Souls to Systems*. Chicago: Open Court Publishing, 2006.

PERUCHIN, Marcelo Caetano Guazzelli. O princípio da proporcionalidade como ferramenta eficaz para a aferição da ilegitimidade da indevida restrição a direitos fundamentais a direitos fundamentais, no âmbito do processo penal. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. pp. 218-219.

PIÑERO, Veronica. As invasões bárbaras e a racionalidade penal moderna no sistema canadense de justiça para menores. In A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 199-228)

PIRES, Álvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. In: *Novos Estudos* n.º 68, março de 2004. pp. 39-60

PIRES, Álvaro. Posfácio. Nascimento e desenvolvimento de uma teoria e seus problemas de pesquisa. In A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 295-32)

RAUPP, Mariana. Por que é tão difícil reduzir o uso da prisão como pena? Obstáculos cognitivos na reforma penal de 1985. In A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas Desde o Sul / organização Carmen Fullin, Maíra Rocha Machado, José Roberto Franco Xavier; São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 53-79)

TULKENS, Françoise. Prefácio. In A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 13-16)

XAVIER, José Roberto Franco. Público, opinião pública e determinação da pena, tais como vistos pela ciência: algumas notas críticas. In A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 121-146)

Disciplina: Justiça Juvenil

Carga Horária: 15 horas

Obrigatória

Professor: Frederico Marinho

Ementa: Apresentação do percurso da construção histórica e sociológica do campo sociojudiciário da criminalidade juvenil.

OBJETIVOS

A proposta do curso é colocar em perspectiva histórica e sociológica o campo socio judiciário da criminalidade juvenil como problema social, como problema público e como problema teórico.

Conteúdo programático

Unidade I – O Campo Socio Judiciário da Criminalidade Juvenil em Perspectiva Internacional - A resposta institucional a criminalidade juvenil se realiza no interior de um campo específico, o campo socio judiciário da criminalidade juvenil. Vamos identificar o surgimento e desenvolvimento de diferentes modelos no contexto internacional ao longo do século XX. A análise se dará em duas etapas: exposição do quadro legal e do quadro institucional (políticas públicas) destinados ao controle da criminalidade juvenil.

Unidade II – O Campo Socio Judiciário da Criminalidade Juvenil no Brasil - analisar os diferentes modelos do campo socio judiciário da criminalidade juvenil no Brasil e suas continuidades e rupturas.

Unidade III – O Estatuto da Criança e do Adolescente e Campo Socio Judiciário da Criminalidade Juvenil - Identificar as práticas, fluxos e conflitos entre as organizações e operadores do campo socio judiciário da criminalidade juvenil e seus impasses na execução do ECA.

Unidade IV –Registros oficiais sobre Criminalidade Juvenil: Alcances e Potencialidades - Apresentar e problematizar a mensuração oficial da criminalidade juvenil e seus desdobramentos no Sistema de Justiça Juvenil e Socioeducativo. As principais fontes de dados para mensuração e pesquisa sobre a criminalidade juvenil.

Unidade V – Surveys de Vitimização e Auto reportagem sobre Criminalidade Juvenil: Alcances e Potencialidades - Apresentar a mensuração independente da criminalidade juvenil, analisando não apenas suas aplicações e potencialidades, como também os limites e principais problemas inerentes as fontes de mensuração mais utilizadas para dimensionar o problema da criminalidade juvenil.

Unidade VI – A Construção Social do Crime (Teoria dos Rótulos): Seletividade Penal na Justiça Juvenil – Discussão do problema sociológico em torno da Seletividade Penal é entender quando o Estado acusa os indivíduos por suas infrações à legislação criminal, o devido processo legal é respeitado (especialmente dos grupos sociais vulneráveis)? Há preferências por tratar certos tipos de crimes? A Construção Social do Crime problematiza como o crime é produzido pela interação entre aqueles que tem legitimidade para acusar (policiais militares e civis, Promotoria, Juizado da Infância, Sistema Socioeducativo) e grupos sociais que não possuem recursos institucionais para se proteger de tal acusação.

Unidade VII – Criminologia do Curso de Vida (As Múltiplas Trajetórias dos Adolescentes Infratores) - A abordagem teórica e metodológica da criminologia do curso de vida explica os fatores que influenciam o início, a persistência e a interrupção da trajetória infracional ao longo do curso de vida dos indivíduos. Têm como pressupostos: i) as mudanças com a idade na infração apresentam sequências e padrões estruturados; ii) a dependência do desenvolvimento da infração em relação ao desenvolvimento da trajetória biográfica, familiar, comunitária, escolar e institucional ao longo do curso de vida dos adolescentes. Ela foca os fatores determinantes da entrada, da continuidade e da desistência da atividade infracional e permite analisar as mudanças e as continuidades na

atividade infracional ao longo do tempo, pois considera o ordenamento temporal e as mudanças nos fatores determinantes com a idade.

Unidade VIII – Políticas Públicas de Prevenção a Criminalidade Juvenil - Apresentação e discussão através de exemplos do escopo e metodologia das abordagens da prevenção da criminalidade juvenil. Elas se assentam em diagnósticos robustos dos fatores de risco e de proteção e como eles afetam a chance de vitimização e de envolvimento dos jovens na criminalidade, no desenho e implementação de projetos customizados e na avaliação de impacto dos projetos (O que Funciona, O que Não funciona e O que Promete).

REFERÊNCIAS

- Bazon, Marina Rezende; Komatsu, André Vilela; Panosso, Ivana Regina; Estevão, Ruth. Adolescentes em conflito com a lei, padrões de comportamento infracional e trajetória da conduta delituosa: um modelo explicativo na perspectiva desenvolvimental. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2011 (5): 59-87.
- Becker, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963].
- Cifali, Ana Claudia; Chies-Santos, Mariana e Alvarez, Marcos César. Justiça juvenil no Brasil: continuidades e rupturas, pp. 197-228. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 32, n. 3
- Ferreira, P. M. Infração e censura, percursos da sociologia do desvio. *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2-3.º), 635-667.
- FJP. 1988. Indicadores, Sociais de Criminalidade. Trabalho elaborado de acordo com o convênio SG nº 033/86 e o Termo de Renovação SG-003/87, celebrados entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ministério da Justiça - Programa Ruas em Paz.
- Hagan, J. e Palloni, A. Crimes as social events in the life course: reconceiving a criminological controversy. *Criminology*, 26, 87-100, 1988.
- Hindelang, M. Hirschi, T and Weiss, Joseph. *The Accuracy of Official and Self-Report Measures of Delinquency*. Pp. 39-48. In: *Juvenile Delinquency: Readings*. Org. Weis, Joseph, Crutchfield, R and Bridges, G. Pine Forge Press, California, USA, 2001.
- Kahn, Túlio. Medindo a criminalidade: Um Panorama dos Principais Métodos e Projetos Existentes. In: Fórum de Debates: Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil. Org. Cerqueira, Daniel; Lemgruber, Julita e Musumeci, Leonarda, IPEA, 2000.
- Maguire, Mike. “Crime Statistics: The Data Explosion and its Implications”, pp. 322-375. In: *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford University Press, NY, 2002.
- Mendez, E. e Carranza J. A justiça penal da infância e da adolescência na América Latina: sistema legal, garantias de procedimentos e direitos humanos. Unicef, 1990.
- Paula, Liana e Lima, Renato S. *Violência e Juventude: o sistema brasileiro de atendimento socioeducativo*. Cadernos Adenauer IX, n. 4. RJ. 2009. pg. 71-82.
- Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências 2015. Núcleo de Estudos da Violência 2016.
- Rizzini, Irene. *A criança e a Lei no Brasil: Revisitando a História (1822-2000)*. Brasília, DF: Unicef; Ed. Universitária, RJ, 2000.

Rolim M. Capítulo 3: Prevenção e Fatores de Risco. In: Rolim M. A síndrome da rainha vermelha, Policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

Sampson, R. J. & Laub, J. H. Crime and deviance over the life course: The salience of adult social bonds. *American Sociological Review*, 55, 609-627. 1990.

Sinhoretto, Jacqueline. Seletividade penal e acesso à justiça. In: Lima, Renato S. de; Ratton, José L.; Azevedo, Rodrigo G. (Org.). *Crime, segurança e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

Tonry, Michael e Doob, Anthony. “Varieties of Youth Justice” In: *Youth Crime and Youth Justice. Comparative and Cross-National Perspectives. Crime and Justice. A Review of Research*, Vol. 31, The University of Chicago Press, 2004. pg. 1 - 20.

Universidade Federal da Bahia; Ministério da Justiça. “Responsabilidade e garantias ao adolescente autor de ato infracional: uma proposta de revisão do ECA em seus 18 anos de vigência. 2010.

Módulo 5 – Sistema prisional

Este conjunto de disciplinas visa apresentar aspectos legais e sociológicos da política penal, com ênfase nos efeitos do encarceramento e da internação em massa. Exatamente por isso, um dos pontos de estruturação deste módulo é a política destinada a egressos do cárcere e dos sistemas socioeducativos. Para tanto, foram reservadas 60 horas, distribuídas entre as seguintes disciplinas: Dinâmicas da Execução Penal; Consequências da política penal, Políticas Públicas para Egressos do Sistema Prisional e Sócio-educativo e Sistemas prisionais em perspectiva comparada. Os programas de curso seguem apresentados nesta ordem

Disciplina: Dinâmicas da Execução Penal

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Rennan Paula

EMENTA - Lei de Execuções Penais. Mudanças recentes ocasionadas no pacote anticrime. Cálculo de pena (problemas comuns e erros de contagem). Importância do sistema progressivo de privação de liberdade.

OBJETIVOS

A proposta do curso é apresentar a Lei de Execuções Penais para os alunos, problematizando os seus limites e potencialidades e destacando as mudanças ocasionadas pelo pacote anticrime, que restringiu algumas medidas de aproximação do preso com a comunidade durante o cumprimento da pena privativa de liberdade, além de aumentar substantivamente o tempo de encarceramento. O curso apresentará cálculos reais de pena e discussão de problemas práticas relativos à reincidência considerando as mudanças legais que levam à substituição do sistema de progressão de pena pelo confinamento estrito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tópico 1: – Lei de Execuções Penais

Objetivo: apresentar a Lei de Execuções Penais, destacando os direitos e deveres do preso.

Tópico 2: Mudanças recentes ocasionadas no pacote anticrime

Objetivo: Detalhar as mudanças ocasionadas pelo Pacote Anticrime no tempo de condenação, progressão de regime e, ainda, reinserção do preso após o cumprimento da pena privativa de liberdade.

Tópico 3: Importância do sistema progressivo de privação de liberdade.

Objetivo: introduzir o cálculo de pena e problematizar a necessidade de os marcos temporais serem observados para a progressão de regime, de forma a garantir a reinserção do preso na sociedade. BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

KRAUSER, Bruna Oliveira et al. Os impactos do pacote anticrime (lei 13.964/19) no processo de execução de penas privativas de liberdade no Brasil. Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, n. 26, p. 218-239, 2020.

MACHADO, Robson Aparecido. A realidade do egresso: plano normativo da lei de execução penal versus reintegração social. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE), v. 3, n. 1, p. 168-194, 2015.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nascimento. Execução penal. Gen, Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Tarsis Barreto; CARVALHO, André Ricardo Fonseca. PRINCIPAIS REFLEXOS DA LEI Nº. 13.964/2019 (PACOTE ANTICRIME) NA EXECUÇÃO PENAL DO BRASIL. Juris Poiesis-Qualis B1, v. 24, n. 34, p. 517-541, 2021.

TAKAYANAGI, Fabiano Yuji. A realidade controversa e aspectos relevantes da lei de execução penal. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 105, p. 1065-1119, 2010.

Disciplina: Consequências da política penal brasileira

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Thais Lemos Duarte

EMENTA: Política criminal, encarceramento em massa, familiares de presos, organizações criminais, violações de direitos, tortura.

OBJETIVOS: A proposta deste curso é discutir alguns dos principais efeitos sociais da política penal estabelecida nas últimas décadas no Brasil. Para isso, será fornecido não só um contexto geral a respeito das ações públicas tradicionalmente implementadas no campo, como serão também apontadas suas decorrências principais, como o aumento nos níveis de encarceramento, a consolidação e o reforço de organizações criminais, a criminalização de grupos sociais indiretamente relacionados ao ambiente prisional, como as famílias de presos, assim como a banalização da tortura em espaços de privação de liberdade. Espera-se que, com base no curso, o/a aluno/a observe que, a despeito de estarem forjadas na ideia de que buscam reduzir a criminalidade, as ações penais executadas aguçam as dinâmicas ilícitas e, sobretudo, aprofundam o contexto de desigualdades históricas do país.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: O curso se divide em cinco módulos, cada um envolvendo temas relacionados a alguns dos efeitos da política penal no Brasil.

Módulo 1: Política criminal brasileira nas últimas décadas - Oferecer um panorama sobre o sistema prisional nacional, com foco na política penal empregada nas últimas décadas no Brasil

Módulo 2: Encarceramento em massa no Brasil e seus efeitos - Desenvolver uma análise crítica da política de encarceramento brasileiro, pautada no aprisionamento massivo de pessoas vulneráveis do ponto de vista social e econômico

Módulo 3: Prisão e gênero - Debater aspectos de gênero no âmbito prisional

Módulo 4: Porosidades carcerárias e famílias de presos - Compreender em que medida o cárcere gera efeitos para além de seus muros, afetando atores externos, como familiares de presos

Módulo 5: Grupos criminais - Analisar como a política de encarceramento em massa ajudar a fundar e a legitimar a ação de grupos criminais no Brasil

REFERÊNCIAS

- BRASIL. (2015). *Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão*. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, IPEA. Capítulo 4, Eixos 2 e 3.
- CALDEIRA, Teresa. (1991). Direitos Humanos ou “privilégios dos bandidos”? Desventuras da democratização no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 30, p. 162-174.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (2020) A ambiguidade das escolhas: política criminal no Brasil de 1989 e 2016. *Revista de Sociologia e Política*. 28 (73), p. 1-19.
- GODOI, Rafael. (2015). Vasos comunicantes, fluxos carcerários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1 (46), p. 131-142.
- MANZO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. (2018). *A guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. Todavia: São Paulo. Capítulo 4.
- RIBEIRO, Ludmila; MARTINO, Natalia; DUARTE, Thais. (2021). Antes das grades: perfis e dinâmicas criminais de mulheres presas em Minas Gerais. *Sociedade e Estado*, 36 (2).
- SILVESTRE, Giane. (2011). *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina*. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Capítulo 5.
- ZACKSESKI, Cristina; MACHADO, Bruno Amaral; AZEVEDO, Gabriela. (2017). O encarceramento em massa no Brasil: uma proposta metodológica de análise. *Revista Crítica Penal y Poder*. (12), p. 269-289.

Disciplina: Sistemas Prisionais em Perspectiva Comparada

Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Roseane de Aguiar Lisboa Narciso

EMENTA

Humanização no cumprimento de pena. Assistência e Interseccionalidade no sistema prisional. Modelos prisionais. Abolicionismo penal.

OBJETIVOS

A proposta da disciplina é identificar e discutir serviços realizados no interior das prisões e práticas de gestão prisional que buscam assegurar a humanização no cumprimento de pena e preparar os custodiados para a liberdade e possível inclusão social. Nessa disciplina, busca-se uma perspectiva comparada entre modelo prisional comum e modelo APAC e, ainda, alguns dados de outros contextos prisionais na Europa. A disciplina está estruturada em 1 unidade, subdividida em tópicos que abrangem os temas principais que envolvem esse debate.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Objetivos: conhecer políticas, práticas e serviços para pessoas privadas de liberdade articulando diferentes atores, órgãos e instituições com vistas a garantir o cumprimento da Lei e preparação do sujeito para o retorno ao convívio em liberdade.

Tópico 1: Práticas educativas, trabalho e geração e renda, tratamento humanitário e respeito às diversidades - identificar dispositivos legais e práticas de humanização no cumprimento de pena.

Tópico 2: Modelo APAC: perspectiva comparada com o sistema prisional comum - conhecer o modelo APAC e discuti-lo em comparação com o sistema prisional comum.

Tópico 3: Abolicionismo penal e desencarceramento - introduzir o abolicionismo penal como perspectiva de desencarceramento.

REFERÊNCIAS

- BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Tradução: Paulo M. Oliveira; prefácio de Evaristo Moraes. – 2.ed. – São Paulo: Edipro, 2015.
- BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.
- DAVIS, Ângela. Estarão as prisões obsoletas? Tradução: Marina Vargas. 5^a ed., Rio de Janeiro: Difel, 2020.
- DEMBOGURSKI, Lucas Sena de Souza; OLIVEIRA, Dijaci David de; DURAES, Telma Ferreira Nascimento. Análise do processo de ressocialização. O método da Associação de Proteção e Assistência a Condenados. *Rev. Cien. Soc.*, Montevideo , v. 34, n. 48, p. 131-154, jun. 2021 . Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382021000100131&lng=es&nrm=iso>. acessado em 29 jun. 2021.
- Wacquant, L. (1999). Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Zahar.

Disciplina: Políticas Públicas para Egressos do Sistema Prisional e Socio-educativo
Carga Horária: 15 horas **Obrigatória**

Professor: Roseane de Aguiar Lisboa Narciso

EMENTA

Quem é o egresso do sistema prisional e socioeducativo. Redes de atendimento ao egresso, movimentos sociais, políticas públicas para o egresso. Riscos, vulnerabilidades e demandas. Inclusão social do egresso.

OBJETIVOS

A proposta da disciplina é refletir sobre questões que envolvem o egresso do sistema prisional e do sistema socioeducativo e que perpassam por políticas públicas e pela rede de atendimento à esse público. Durante nossos estudos vamos conhecer o Plano Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional desenvolvido e incentivado pelo Conselho Nacional de Justiça e os fluxos e métodos de articulação entre os estabelecimentos prisionais, equipamentos de atenção às pessoas egressas e as políticas públicas e sociais. Também vamos abordar os movimentos sociais que atuam junto a egressos e familiares, numa legítima apropriação de pautas não atendidas pelo estado e que se mostram emergentes no processo de inclusão. A disciplina está estruturada em 2 unidades, orientadas pelos temas principais que envolvem esse debate.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – O egresso do sistema prisional e socioeducativo: vulnerabilidades e demandas - Identificar quem é o egresso do sistema prisional e socioeducativo a partir de sua trajetória de encarceramento, estigmas produzidos e demandas relacionadas à inclusão social.

Unidade II – Políticas Públicas, redes de atenção à pessoa egressa e movimentos sociais - discutir o Plano Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais. Conhecer os movimentos sociais que atuam junto à inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional e socioeducativo.

REFERENCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Política Nacional de Pessoas Egressas do Sistema Prisional. - Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020.
- BRASIL. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília, DF: CONANDA, 2006.
- COMISSÃO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PRESP. O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social: Instituto Elo, 2013. 280p.
- FILHO, Milton Júlio de Carvalho. “Te prepara pra sair”: síntese analítica sobre a situação dos egressos do sistema penitenciário brasileiro. São Paulo, 2004. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2008.
- MENICUCCI, C. G.; CARNEIRO, C. B. L. Entre monstros e vítimas: a coerção e a socialização no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.107, p. 535-556, jul/set., 2011.

- **Caso o curso seja oferecido na modalidade de Educação a Distância**, deverá dispor de material didático apropriado às disciplinas a serem ministradas. Registrar informações referentes ao material didático e equipamentos a serem utilizados e a metodologia de trabalho (Tutoria, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso).

Metodologia de trabalho

O curso de especialização será semipresencial, com atividades presenciais no campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais e com as aulas sendo realizadas em formato à distância, com encontros síncronos e atividades assíncronas.

Os conteúdos presenciais são as palestras, que serão ministradas por professores da casa no primeiro sábado de cada semestre letivo. As monografias, sempre que possível, serão defendidas de forma presencial na UFMG por meio de sessão pública.

As disciplinas serão ministradas à distância, com aulas síncronas, além de conteúdos assíncronos, especificados pelos professores. Ou seja, o conteúdo será discutido pelos professores de forma síncrona no teams, sendo acompanhando por exercícios assíncronos sob responsabilidade dos tutores no moodle.

Todos os textos básicos serão disponibilizados pelos professores com antecedência na plataforma moodle, para que os tutores possam se inteirar dos assuntos e acompanhar o desenvolvimento dos alunos. Da mesma maneira, os power points mostrados na sala de aula virtual serão deixados neste mesmo ambiente virtual, assim como o link para acesso às aulas gravadas, que estarão disponíveis aos estudantes pelo prazo de 15 dias.

As provas também serão realizadas à distância, mas para garantir a integridade (evitando, assim, as fraudes), as questões serão preferencialmente abertas (posto que se torna mais fácil verificar más condutas). Neste ponto, inclusive, a maior parte das avaliações das disciplinas será composta de atividades escritas, passíveis de verificação de plágio parcial ou completo com uso de softwares específicos, como o CopySpider (<https://copyspider.com.br/>). Além disso, algumas provas serão preferencialmente realizadas de forma síncrona, com as câmeras abertas, com prazo máximo para completar a atividade. Por fim, alguns professores pretendem realizar arguição por sorteio e prova oral para verificar de que maneira os alunos estão aprendendo o conteúdo.

Material didático

Em termos de recursos didáticos, todas as disciplinas contarão ainda com fóruns e “chats” e vídeos relacionados ao conteúdo pelo qual o professor está responsável. Além disso, os professores irão **elaborar também apostilas com os conteúdos específicos**, que serão desenvolvidos antes do começo da disciplina propriamente dita. Com isso, será possível encaminhar algumas questões para reflexão e outras dimensões que poderiam ser aprofundadas com os trabalhos de conclusão de curso. Nesse caso, esperamos contar com a ajuda do CAED e também do GIZ para desenvolvimento deste material especificamente.

Tutoria

A proposta é que o curso tenha três tutores, que devem ter mestrado em linhas correlatas à criminologia, recebendo para tanto uma bolsa de monitoria. Com isso, a proporção será de um tutor para cada 20 vagas.

As atividades de tutoria serão realizadas pelos alunos da pós-graduação (preferencialmente doutorado) das áreas que compõem cada um dos módulos. Elas também serão disponibilizadas, sempre que possível, presencialmente. Da mesma maneira, as atividades de orientação e defesa de trabalho de conclusão de curso serão preferencialmente realizadas à distância, mas sempre numa lógica de síncrona para acolher o estudante e direcioná-lo à atividades de pesquisa.

Equipamentos disponíveis

Para a gravação das aulas síncronas, os docentes usarão seus próprios recursos (em virtude do aprendizado dado pela pandemia). Para a gravação das áreas assíncronas, esperamos usar o estúdio do CAED e também o estúdio da estatística, que foi criado para essa finalidade.

Para além dessa estrutura, todos os discentes que demandarem algum atendimento ou assistência presencial, podem ser recebidos dentro da estrutura física constituída pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais, qual seja:

- 1 (uma) sala de pesquisa na Unidade Administrativa III com dez computadores;
- 1 Laboratório de Informática na FAFICH: com 40 computadores conectados em rede, tela de projeção, data-show, laptop e quadro branco.
- 5 (cinco) gabinetes individuais para professores, equipados com computadores, impressoras, além de armários e estações de trabalho;
- 1 (uma) sala para a coordenação de cursos;
- 1 (uma) secretaria equipada com computador, impressora multifuncional e telefone.

- 1 (uma) sala de reuniões com capacidade para até 20 pessoas;
- 1 (uma) Biblioteca Especializada do Crisp, na Unidade Administrativa III, com mais de 5.000 títulos entre livros, revistas, periódicos, teses, monografias, relatórios de pesquisa etc.
- 1 (uma) sala de pesquisas na FAFICH com oito computadores, organizados em estações individuais, com programas de análise de dados quantitativos e qualitativos instalados.

5 – Corpo Docente

A presente proposta conta com 13 professores, sendo nove do quadro permanente da UFMG e três externos à universidade, sendo uma do Centro de Formação Tecnológica (CEFET) e dois servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Desses três, dois são residentes de pós-doutorado no departamento de sociologia. Somente um não possui o título de doutorado, contando com formação de especialista.

A ideia é que os professores se dediquem uma média de quatro horas semanais ao desenvolvimento do curso (o que seria equivalente a ministrar uma disciplina), para que nos períodos em que o docente não estiver alocado com carga horária dentro de sala, ele possa colaborar com a orientação de trabalho de conclusão de curso.

- COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO:

O curso de especialização em estudos de criminalidade e segurança pública oferecerá 60 vagas e conta com 13 docentes, sendo nove do corpo permanente da UFMG, um substituto e três externos. Logo, a média é de 5 orientandos para cada docente do curso, e uma média de 6 orientandos para cada professor com vínculo com a UFMG.

Entre os nove professores do quadro da UFMG que compõem a proposta, cinco são bolsistas de produtividade do CNPq, indicando a excelência do corpo docente para a realização desta especialização. Além disso, boa parte dos docentes listados no quadro anterior participou das atividades de mobilidade para formação de professores em criminologia, o que os torna ainda mais capacitados para o exercício desta atividade no âmbito da UFMG.

Durante os meses de junho e julho, os docentes Ludmila Ribeiro, Frederico Marinho, Roseane Lisboa e Valéria Oliveira participaram de uma formação nas universidades de Granada, Castilla La Mancha e Minho; enquanto Cláudio Beato, Andréa Silveira e Bráulio Silva vão participar

dessas atividades de formação nas universidades de Elche, Católica Portuguesa e Porto. Com isso, acredita-se não apenas que o corpo docente possa oferecer a especialização como sempre realizou, como também possa brindar os alunos com as discussões que estão sendo realizadas na Europa neste momento.

- QUALIFICAÇÃO: em relação à titulação formal e à experiência na área.

A maioria dos docentes possui certificação na área de estudos sobre criminalidade e segurança pública, seja por meio de formação em nível de pós-doutorado, seja em razão do treinamento realizado ao longo do ano de 2022 na Espanha e Portugal, seja em razão de outros cursos realizados por eles na carreira. Demais informações podem ser vislumbradas nos currículos lattes e nos quadros sobre o corpo docente a seguir.

- DIMENSÃO: em relação ao número de vagas e disciplinas oferecidas.

O curso tem 20 disciplinas, além do Trabalho de Conclusão de Curso. Todas as disciplinas previstas serão oferecidas para todos os alunos, de maneira que eles possam seguir no curso sequencialmente. Como são 420 horas, estima-se o período de 24 meses para a conclusão de todo o percurso, com uma média de 20 horas semanais em atividades síncronas e assíncronas.

- REGIME de TRABALHO na UFMG, carga horária semanal disponível para o Curso e a distribuição das atividades de orientação e pesquisa.

Preenchimento da tabela a seguir

Tabela I – Perfil do corpo docente

Docente	Titulação Instituição/País/ Ano	Área Básica Correspondente ao Título	Dept. Unid.	Regime de trabalho	Carga Horária de Dedicação ao Curso	Bolsa CNPq
Andréa Máris Campos Guerra	Doutora, UFRJ (2007)	Teoria Psicanalítica	Psicologia	20 horas semanais	2 horas	Sim, nível 2
Andréa Maria Silveira	Doutora, UFMG (2007)	Sociologia	Medicina Preventiva e Social	Dedicação Exclusiva	4 horas	Não
Bernardo Lanza Queiroz	Doutor, Berkeley (2005)	Demografia	FACE	Dedicação Exclusiva	4 horas	Sim, nível 1D
Bráulio Figueiredo Alves da Silva	Doutor, UFMG (2012)	Sociologia	Sociologia	Dedicação Exclusiva	4 horas	Não
Cláudio Chaves Beato Filho	Doutor, IUPERJ (1992)	Sociologia	Sociologia	Aposentado, colaborador	2 horas	Sim, nível 1B
Frederico Couto Marinho	Doutor, UFMG (2012)	Sociologia	IGC	Dedicação Exclusiva	4 horas	Não
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	Doutora, IUPERJ (2009)	Sociologia	Sociologia	Dedicação Exclusiva	4 horas	Sim, nível 2
Marcos Oliveira Prates	Doutor, Connecticut (2011)	Estatística	Estatística	Dedicação Exclusiva	4 horas	Sim, nível 1D
Valéria Cristina Oliveira	Doutor, UFMG (2015)	Sociologia	FAE	Dedicação Exclusiva	4 horas	Não

Thais Lemos Duarte	Doutora, UFRJ (2015)	Sociologia	Sociologia	Substituta	2 horas	Não
Rennan Igor de Paula Nunes	Graduado, UFMG	Sociologia	Externo	Externo	4 horas	Não
Carlos Frederico Braga	Doutor, UFMG (2018)	Sociologia	Externo	Externo	4 horas	Não
Roseane de Aguiar Lisboa Narciso	Doutora, PUC (2012)	Ciências Sociais	Externo	Externo	4 horas	Não

Tabela II - Corpo docente - produção intelectual nos últimos 3 anos (2022 a 2020)

Docente	Livros		Capítulos de Livro		Artigos completos em Periódicos (sem Qualis, em razão das mudanças operadas na CAPES)		Artigos Completos em Anais		Trabalhos Técnicos
	Nac.	Int.	Nac.	Int.	Nac.	Int.	Nac.	Int.	
Andréa Maria Silveira	0	0	2	0	2	1	0	0	0
Andréa Máris Campos Guerra	2	0	22	0	15	0	0	10	0
Bernardo Lanza Queiroz	0	0	3	3	24	3	0	0	6
Bráulio Figueiredo Alves da Silva	2	0	1	0	11	6	0	0	0
Carlos Frederico Braga	0	0	0	2	1	1	0	0	0
Cláudio Chaves Beato Filho	0	0	0	0	6	2	0	0	0
Frederico Couto Marinho	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	2	0	3	0	17	8	0	0	56
Marcos Oliveira Prates	1	0	1	0	0	22	0	0	0
Rennan Igor de Paula Nunes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roseane de Aguiar Lisboa									
Narciso	1	0	2	0	0	0	0	0	0
Thais Lemos Duarte	1	0	2	0	20	3	0	0	
Valéria Cristina Oliveira	1	0	6	0	2	2	1	0	1

Tabela III – Distribuição do Corpo Docente por Áreas Temáticas, Disciplinas e Orientação do Curso

Áreas temáticas	Docentes	Disciplinas	Orientação	
			Sim	Não
Teoria e métodos em criminologia	Bráulio Silva	Teoria criminológica	3	
	Marcos Prates	Fundamentos de Estatística e Ciência de Dados em Criminologia	6	
	Bernardo Lanza	Demografia do crime	3	
		Métodos em criminologia	3	
	Andréa Guerra	Psicanálise e Criminologia	6	
Espaço urbano e policiamento	Valéria Oliveira	Introdução às metodologias de pesquisa	3	
	Valéria Oliveira	Espaço urbano e controle social	3	
	Claudio Beato	Políticas públicas de segurança em perspectiva comparada	3	
Prevenção ao crime	Andréa Silveira	Modelos de policiamento	3	
		Prevenção do crime	3	
		Política criminal e resolução de conflitos	3	

	Bráulio Silva	Vitimização (teoria e padrões)	3	
Lei e controlesocial	Ludmila Ribeiro	Sociologia jurídica	3	
		Antropologia do direito	3	
	Frederico Marinho	Justiça juvenil	3	
	Carlos Frederico Braga	A teoria sistêmica da Racionalidade Penal Moderna	3	
Sistema prisional	Thais Duarte	Consequências da política penal	4	
	Roseane Lisboa	Políticas Públicas para Egressos do Sistema Prisional e Sócio-educativo	3	
		Sistemas prisionais em perspectiva comparada	3	
	Rennan Igor de Paula Nunes	Dinâmicas da execução penal		X

6 - REGULAMENTO DO CURSO:

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

REGULAMENTO DO CURSO

TÍTULO I Da Natureza, Finalidade e Objetivos Do Curso

Art. 1º O Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública é constituído em seguimentos aos de graduação da área de Direito, Ciências Sociais ou áreas afins e funcionará em nível de Pós-Graduação Lato Sensu.

Art. 2º O Curso tem por finalidade proporcionar o aprofundamento de estudos nas áreas de criminalidade e segurança pública, visando, por um lado, maior conhecimento da realidade e, por outro, oferecer ambiente e recursos adequados para o desenvolvimento de recursos humanos voltados para a atividade prática, ensino e pesquisa na área.

Art. 3º Os objetivos específicos do Curso são os seguintes:

- I- formar massa crítica de pesquisadores e “policy-makers” em criminalidade e segurança pública
- II- desenvolver profissionais capazes de trabalhar modelos teóricos e estatísticos apropriados à realização de análises de dados de criminalidade e ocorrências policiais.
- III- criar condições para o trabalho interdisciplinar em áreas de interesse comum da segurança pública e justiça criminal.

Art. 4º A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) fornecerá à/ao estudante que cumprir todas as exigências constantes desse Regulamento o Certificado de Especialista em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública.

Art. 5º O Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública é semipresencial, com atividades presenciais, síncronos e assíncronas.

Art. 6º. O curso é ministrado com a carga de 420 (quatrocentos e vinte) horas, equivalente a 28 créditos, compreendendo 04 (quatro) período letivos.

TÍTULO II Do Funcionamento do Curso de Pós-Graduação

CAPÍTULO I Da Coordenação

Art. 7º A Coordenação será exercida por uma Comissão Coordenadora composta por quatro membros. Dois representantes do Departamento de Sociologia; um professor do curso de qualquer área e um discente, de conformidade com o Regime Geral e as Normas Gerais da Pós-Graduação da UFMG.

Parágrafo único. Os representantes de docentes devem pertencer ao quadro permanente

ativo da UFMG, e possuírem título de Especialista, Mestre ou Doutor e que exerçam atividades no Curso.

§ 1º Os docentes representantes dos Departamentos serão eleitos entre os docentes com exercício de atividade permanente no curso.

§ 2º A participação discente será eleita pelos alunos do curso, observando o disposto no regimento Geral da UFMG.

§ 3º Os representantes docentes terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução. O representante discente tem mandato de 1 ano, permitida uma recondução.

Art. 5º O Coordenador e o Sub-Coodenador serão escolhidos pela Comissão Coordenadora.

§ 1º O Coordenador e o Sub-Coodenador terão mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.

§ 2º O Sub-Coodenador substituirá automaticamente o Coordenador em suas faltas e impedimentos.

Art. 8º Compete à Comissão de Coordenação do Curso:

I- escolher o Coordenador e o Sub-Coodenador;

II- orientar e coordenar as atividades do curso;

III- elaborar o currículo do curso com indicação dos pré-requisitos e dos créditos das atividades acadêmicas que o compõem para aprovação pela Câmara de Pós- Graduação;

IV- fixar diretrizes dos programas das atividades acadêmicas e recomendar modificações;

V- decidir as questões referentes à matrícula, reopção e dispensa de atividades acadêmicas, transferência , aproveitamento de créditos, bem como as representações e recursos que lhe forem dirigidos;

VI- representar ao órgão competente, no caso de infração disciplinar;

VII- propor à Câmara de Pós-Graduação a criação, transformação, exclusão e extinção de disciplinas do curso;

VIII- aprovar, mediante análise dos currículos vitae, os nomes dos professores que integram o corpo docente do curso;

IX- estabelecer as normas do curso ou sua alteração, submetendo-as à aprovação da Câmara de Pós-Graduação;

X- submeter à aprovação da Câmara de Pós-Graduação o número de vagas para abertura de seleção;

XI- estabelecer critérios para admissão ao curso;

XII- estabelecer critérios para o preenchimento de vagas em atividades acadêmicas isoladas;

XIII- estabelecer procedimentos que assegurem ao estudante efetivo acompanhamento e orientação acadêmica;

XIV- estabelecer critérios para alocação de bolsas e acompanhamento dos trabalhos dos bolsistas;

XV- fazer o planejamento orçamentário do curso e estabelecer critérios para alocação dos recursos;

XVI- reunir-se ordinariamente de acordo com o estabelecido pelo Regulamento do Curso;

XVII- exercer outras atribuições estabelecidas no Regulamento do Curso.

Art. 9º A Comissão Coordenadora reunir-se-á:

I- por convocação do Coordenador;

II- por vontade, expressa por escrito, de 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo único. De cada reunião será lavrada ata em livro próprio.

Art. 10º As reuniões funcionam com a presença da maioria de seus membros.

Art. 11º As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples de seus membros presentes à reunião.

Parágrafo Único. O Coordenador, além do voto comum, terá o voto de qualidade, nos casos de empate.

CAPÍTULO II Do Coordenador

Art. 12. Compete ao Coordenador do Curso:

- I- convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora;
- II- coordenar a execução do Curso de acordo com as deliberações da Comissão Coordenadora;
- III- remeter à Câmara de Pós-Graduação relatórios e informações concernentes às atividades do Curso, de acordo com as instruções desse órgão;
- IV- fornecer informações e documentos solicitados pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), conforme as instruções e prazos indicados por esse Órgão;
- V- Elaborar a proposta orçamentária e o cronograma das atividades do curso;
- VI- Aplicar as normas estabelecidas pela Comissão Coordenadora.
- VII- exercer as demais atribuições da função, estabelecidas no Regulamento do Curso.

CAPÍTULO III Dos Docentes e da Orientação

Art. 13. O corpo docente do Curso de Especialização é constituído por docentes com o Título de Especialista ou de Mestre ou de Doutor, respeitada a legislação vigente.

Parágrafo único. Por solicitação da Comissão Coordenadora e a juízo da CPG poderão, excepcionalmente, ser admitidos docentes sem Título de Pós-Graduação, mas de reconhecida capacidade técnico-profissional, comprovada por meio de *curriculum vitae*.

Art. 14. O corpo docente do Curso de Especialização poderá ser constituído por, no máximo, 1/3 (um terço) de profissionais externos à UFMG.

Parágrafo único. Para efeito do cômputo da parcela de profissionais do corpo docente interno, admite-se a participação de docentes aposentados da própria Instituição, desde que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos docentes do Curso estejam, ainda, em atividade efetiva na UFMG.

Art. 15. Todo discente em fase de elaboração de trabalho final de Curso deverá ter um docente orientador aprovado pela respectiva Comissão Coordenadora.

Art. 16. O docente orientador poderá assistir, no máximo 10 (dez) alunos simultaneamente.

TÍTULO III Da Admissão ao Curso

CAPÍTULO I

Da Oferta de Vagas

Art. 17. A abertura de vagas e a divulgação de Edital de Curso de Especialização deverão ser solicitadas pela Comissão Coordenadora à PRPG, no período previsto no Calendário Acadêmico da UFMG.

Art. 18. Para o estabelecimento do número de vagas a ser divulgado em Edital concernente ao Exame de Seleção, a Comissão Coordenadora deverá levar em consideração, entre outros, os seguintes itens:

- I- a capacidade de orientação do Curso, considerando a relação de, no máximo, 10 (dez) discentes por docente orientador, contabilizados os discentes de outros Cursos de Especialização e remanescentes de períodos anteriores;
- II- o fluxo de entrada e saída de alunos;
- III- a infraestrutura física;
- IV- o plano de execução orçamentária, quando cabível.

CAPÍTULO II

Da Admissão ao Curso

Art. 19. O processo seletivo do Cursos de Especialização será regido por Edital elaborado pela Comissão Coordenadora e aprovado pela PRPG, no qual constarão:

- I - o número de vagas ofertadas;
- II - a modalidade (semipresencial) do Exame de Seleção;
- III - o período de inscrição;
- IV - a data de realização do Exame de Seleção;
- V - as etapas e os critérios de seleção;
- VI - o período letivo de ingresso;
- VII - a relação de documentos exigidos para inscrição e para registro.

§ 1º No caso de entrevista constituir-se etapa do Exame de Seleção, essa não terá caráter eliminatório.

§ 2º É vedada a divulgação de Edital concernente ao respectivo Exame de Seleção antes da aprovação pela PRPG.

Art. 20. A Comissão Coordenadora, ou outra por ela indicada, estabelecerá os critérios para aceitação de inscrição baseando-se no exame dos seguintes documentos, que deverão ser apresentados pelos candidatos no ato da inscrição:

- I- formulário de inscrição, a ser fornecido pela coordenação do curso, devidamente preenchido.
- II- certidão de nascimento ou de casamento;
- III- documento de Identidade com validade nacional (RG, Carteira emitida por órgão de classe com validade nacional, Carteira de Trabalho (página de identificação) ou CNH dentro da validade ou Identidade expedida por Ministério Militar, Identidade Policial Militar);
- IV- CPF;
- V- certidão de quitação eleitoral;
- VI- documento militar válido (apenas candidato do sexo masculino), com informação de cumprimento das obrigações correspondentes e atualizado nos casos aplicáveis;
- VII- comprovante de residência (em nome próprio ou de outrem);
- VIII- comprovante de conclusão de curso de graduação reconhecido pelo MEC (diploma registrado, certificado ou declaração informando que o aluno concluiu o curso).
- IX- histórico escolar de graduação;

X- curriculum vitae;

XI- plano de trabalho com justificativa consubstanciada sobre os motivos da escolha do curso.

Art. 21. Para ser admitido como estudante regular em curso de pós-graduação, o candidato deverá satisfazer as seguintes exigências:

a) ter concluído curso de graduação de que constem atividades acadêmicas consideradas afins à área de estudo pretendida, a critério da Comissão Coordenadora;

b) ser selecionado mediante teste de conhecimento ou outro processo previstono Regulamento do Curso e no Edital de seleção. Assim, serão realizadas:

- análise dos documentos exigidos;
- entrevista e/ou prova, a cargo de uma comissão de seleção, formada por professores designados pela Comissão Coordenadora;
- a critério da comissão de seleção, poderá ser exigida tradução de texto em inglês para português;

Parágrafo Único. Caberá à Comissão Coordenadora estabelecer a natureza dos instrumentos de avaliação a serem utilizadas, bem como os critérios de julgamento.

CAPÍTULO III

Da Matrícula

Art. 22. Para ser admitido como discente em Curso de Especialização, o candidato deverá satisfazer às seguintes exigências:

I- ter concluído curso de Graduação;

II- ser aprovado em Exame de Seleção específico, descrito no Capítulo II.

Art. 23. O aluno admitido em Curso de Pós-Graduação deverá, no prazo estabelecido no Calendário Escolar da UFMG, requerer matrícula nas atividades acadêmicas de seu interesse.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria do Curso de Especialização registrar no Sistema Acadêmico a relação dos candidatos classificados na seleção.

Art. 24. O discente poderá solicitar à Comissão Coordenadora o trancamento parcial da sua matrícula efetivada, em uma ou mais disciplinas, no âmbito do primeiro 1/3 (um terço) da carga horária total prevista.

§ 1º Ao autorizar o trancamento, a Comissão Coordenadora deverá assegurar que o discente possa concluir as atividades dentro do prazo de duração do Curso.

§ 2º Durante o Curso, o trancamento parcial de matrícula será concedido apenas uma vez numa mesma atividade acadêmica.

§ 3º A coordenação do curso, ao autorizar o trancamento, deverá assegurar que o/a discente possa concluir as atividades dentro do prazo de duração do curso.

Art. 25. À vista de motivos relevantes, a Comissão Coordenadora poderá conceder trancamento total da matrícula, caso em que o correspondente período de trancamento não será computado para efeito de integralização do tempo máximo do aluno no Curso.

§ 1º Ao autorizar o trancamento total, a Comissão Coordenadora deverá assegurar que o discente possa concluir as atividades dentro do prazo de oferecimento do Curso.

Art. 26. Será excluído do curso o aluno que deixar de renovar, a cada semestre, sua matrícula em atividades acadêmicas.

Art. 27. O aluno poderá matricular-se simultaneamente em atividades acadêmicas de Graduação e de Pós-Graduação não integrantes do currículo regular desse Curso, que serão consideradas eletivas, desde que com a aprovação da Comissão Coordenadora.

Art. 28. A juízo da Comissão Coordenadora, desde que haja vagas remanescentes, graduados não inscritos em cursos regulares da UFMG poderão matricular-se em atividades acadêmicas de Pós-Graduação, que serão consideradas isoladas.

TÍTULO IV **Do Regime Didático**

CAPÍTULO I **Do Currículo**

Art. 29. A estrutura curricular poderá ser composta por dois tipos de atividades acadêmicas: Obrigatórias e Optativas.

§1º O conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias visa dar ao estudante um conhecimento, abrangente, teórico e prático, da criminalidade e da segurança pública.

§2º As atividades acadêmicas optativas podem ser oferecidas para possibilitar ao aluno um espaço no currículo para o aprofundamento de conhecimento. O elenco das atividades acadêmicas optativas reflete a combinação entre a temática de concentração do curso (a criminologia) e os temas geradores da problemática nos campos da criminalidade e da segurança pública. Podem incluir desde palestras até visitas de campo a atividades e órgãos de interesse do discente.

Art. 30. Havendo a criação de atividades acadêmicas optativas, essas deverão ser propostas pelos professores à Comissão Coordenadora que encaminhará pedido de aprovação à Câmara de Pós-Graduação, dentro dos prazos regulamentares.

Art. 31. As atividades acadêmicas serão desenvolvidas preferencialmente sob a forma de preleção, seminários e trabalhos de pesquisa de natureza semipresencial, em que se assegura ao estudante liberdade de iniciativa e participação ativa.

CAPÍTULO II **Do Rendimento Escolar**

Art. 32. O rendimento escolar de cada estudante será expresso em notas e conceitos, de acordo com a seguinte escala:

- De 90 a 100 - A
- De 80 a 89 - B
- De 70 a 79 - C
- De 60 a 69 - D
- De 40 a 59 - E
- De 0 a 39 - F

Art. 33. O discente que obtiver conceito E ou F mais de uma vez na mesma ou em diferentes disciplinas será automaticamente excluído do Curso.

CAPÍTULO III **Do Sistema de Créditos**

Art. 34. Cada disciplina terá um valor expresso em créditos, observada a relação de 1(um) crédito por 15 (quinze) horas de aula do Curso.

Art. 35. Os créditos relativos a cada disciplina só serão conferidos ao aluno que obtiver, no mínimo, o conceito D e que comprovar efetiva frequência a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades em que estiver matriculado, vedado o abono de faltas.

Art. 36. Mediante proposta do docente orientador e a juízo da Comissão Coordenadora, o aluno regularmente matriculado poderá ter aproveitados créditos obtidos em disciplinas isoladas.

Parágrafo único. O aluno regularmente matriculado que tiver aproveitamento de créditos obtidos em disciplinas isoladas será obrigado a obter, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do total dos créditos a serem integralizados, conforme determinado no Regulamento do Curso.

Art. 37. Nenhum aluno será admitido à defesa de trabalho final de Curso de Especialização, antes de cumprir o total dos créditos requeridos para obtenção do respectivo Certificado ou Diploma ou de atender às exigências previstas no Regulamento do Curso.

Art. 38. Durante a fase de elaboração de trabalho final de Curso de Especialização, e até seu julgamento, o estudante, independentemente de estar, ou não, matriculado em atividades acadêmicas curriculares, deverá matricular-se em “Elaboração de Trabalho Final”.

Art. 39. A Comissão Coordenadora fixará normas concernentes à forma de apresentação de trabalho final de curso de Especialização.

Art. 40. O trabalho final de curso de Especialização deverá ser apresentado, sob forma presencial, em sessão pública e avaliado por Comissão Examinadora, indicada pelo Colegiado ou Comissão Coordenadora, composta por, pelo menos, 2 (dois) membros com titulação mínima de Especialista.

Art. 41. Será considerado aprovado na apresentação do trabalho final de curso de Especialização, o candidato que obtiver a aprovação unânime de todos os membros da Comissão Examinadora.

Art. 42. No caso de insucesso na apresentação de trabalho final de curso de Especialização, mediante proposta justificada da Comissão Examinadora, poderá o Colegiado, ou Comissão Coordenadora, dar oportunidade ao aluno de, no prazo máximo de 2 (dois) meses, apresentar nova versão do trabalho.

Art. 43. O trabalho final de Curso de Especialização, depois de aprovado pelo docente orientador e pela Comissão Coordenadora, deverá ser registrado na Secretaria do Curso.

CAPÍTULO IV **Das Condições para Obtenção dos Certificados**

Art. 44. Para obter o Certificado de Especialista, o aluno deverá satisfazer às seguintes exigências:

- I- completar, em atividades acadêmicas de Pós-Graduação, o número mínimo de créditos correspondente a 420 (quatrocentos e vinte) horas de aula, equivalente a 28 créditos, como exigido no Regulamento do Curso;
- II- ser aprovado na apresentação de trabalho final, de autoria individual, como definido no Regulamento do Curso;
- III- apresentar à Comissão Coordenadora, no prazo que lhe for determinado, a versão final do trabalho, em conformidade com as indicações da Comissão Examinadora.

Art. 45. São condições para expedição do Certificado de Especialista:

- I- a comprovação de que o aluno cumpriu todas as exigências regulamentares;
- II- o envio, pela Secretaria do Curso, à PRPG de:
 - a) histórico escolar do concluinte;
 - b) comprovante de entrega à Biblioteca Universitária de 1 (um) exemplar do trabalho final de Curso de Especialização, acompanhado de Formulário de Autorização de Disponibilização do material, no todo ou em parte, pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG;
- III- a comprovação de quitação de obrigações para com a Biblioteca Universitária.

Art. 46. O histórico escolar deverá conter os dados completos sobre a vida acadêmica do aluno e deverá ser devidamente assinado pela Comissão Coordenadora.

Art. 47. O Certificado de Especialista será expedido pela PRPG e registrados no DRCA.

TÍTULO VI **Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 48. Compete à Comissão Coordenadora decidir sobre os casos omissos neste regulamento.

Art. 49. Revogadas as disposições em contrário, este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Câmara de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais.

7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:

Infraestrutura de Biblioteca:

– Caracterizar o acervo, apresentando os dados gerais e específicos sobre a sua composição (nº de livros, de periódicos e áreas nas quais eles se concentram.

1. Acervo da Biblioteca Geral da FAFICH: 52.000 Títulos; 92.000 Exemplares e 2.374 Periódicos.
2. Acervo de Biblioteca Especializada do Crisp, na Unidade Administrativa III, com mais de 5.000 títulos entre livros, revistas, periódicos, teses, monografias, relatórios de pesquisa, etc. (As monografias já produzidas pelo Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública são hoje 300).
3. Posição Central no Campus com grande proximidade geográfica ao Centro de Convivência Geral da UFMG, à Biblioteca Central, à Reitoria e inúmeras outras Unidades Universitárias (Letras, Educação, Ciências da Informação, Ciências Econômicas, Geociências, Matemática, Física, Química, Computação, Estatística, Biologia, Farmácia, Veterinária, Odontologia, Ed. Física, Belas Artes, Engenharia).

Infraestrutura de pesquisa:

– Informar quantos e quais os laboratórios disponíveis e as características e condições básicas de cada um deles.

1. 1 (uma) sala de pesquisas com oito computadores;
2. 1 (uma) sala de pesquisa com dez computadores;
3. 1 Laboratório de Informática do CRISP: com 40 computadores conectados em rede, tela de projeção, data-show, laptop e quadro branco.

Infraestrutura Administrativa

– Informar a infraestrutura disponível para a secretaria do curso, salas de aulas, salas equipadas com computadores, reservadas o corpo docente e discente.

1. 8 (oito) gabinetes para professores;
2. 1 sala para a coordenação de cursos;
3. Uma secretaria equipada com computador, impressora multifuncional e telefone.
4. 1 (uma) sala de reuniões com capacidade para até 20 pessoas;
5. 2 (duas) salas de aulas;

Infraestrutura financeira - Financiamentos e condições de manutenção do curso:

- Informar se alguma entidade externa à UFMG (órgãos ou agências nacionais e estrangeiras, fundações públicas ou privadas, empresas...) financia as atividades do curso.

O curso será custeado por meio da cobrança de taxa de inscrição, para que possa ser realizada, inicialmente, a seleção dos alunos. Depois, serão cobradas mensalidades para custear as disciplinas e, ainda, a orientação de monografia.

- Planilha orçamentária detalhada, conforme instruções da Pró-Reitoria de Planejamento da UFMG – PROPLAN.

Considerando os valores de apenas um ano do curso (2023) foi pensado o orçamento abaixo detalhado. Assim sendo, caso o curso seja autorizado para mais um ano, os valores devem ser duplicados.

Quadro 4 - SÍNTESE DOS VALORES DO PROJETO

Natureza	Descrição	Valor
Receita própria	Inscrições	R\$ 6.000,00
	Mensalidades	R\$ 379.031,40
Outras receitas	(especificar)	R\$ -
TOTAL RECEITAS		R\$ 385.031,40
Custeio	Pessoa física - Bolsas	R\$ 190.200,00
	Pessoa física - Pessoal Especializado (CLT e autônomo)	R\$ -
	Pessoa física - Estágio e Bolsa a estudantes de Graduação ou Pós-Graduação	R\$ 101.400,00
	Material de consumo	R\$ 18.000,00
	Passagens	R\$ -
	Diárias	R\$ -
	Pessoa jurídica	R\$ 6.000,00
Capital	Mobiliários/Equipamentos/Obras e instalações	R\$ -
Reserva	Reserva técnica	R\$ -
Taxas institucionais	Resolução 10/95	R\$ 37.872,00
Fundação de apoio	Gestão Administrativo-Financeira	R\$ 31.560,00
TOTAL DESPESAS		R\$ 385.032,00

Online Webinar

Erasmus -Success

Quintas-feiras de
outubro e
novembro

CERTIFICADO PARA
PARTICIPANTES

Inscrições:
<https://forms.gle/aHvt9XSmWXgXEGGT8>

Debatedor	Professor Convidado	Temática	Data
Frederico Marinho (UFMG)	Esther Fernandes Molina - Universidad Castilla La Mancha	Percepciones de los jóvenes infractores sobre la justicia de menores	20/10 às 10h
Ludmila Ribeiro (UFMG)	Pilar Tarancón Gómez - Universidad Castilla La Mancha	Análisis de la legislación con perspectiva de género	27/10 às 10h
Valéria Oliveira (UFMG)	Raquel Bartolomé - Universidad Castilla La Mancha	Apoyo social y autopercpción de los roles de bullying	03/11 às 10h
Débora Bossa (UEMG)	Gabriela Borges - Universidade do Minho	Vitimologia e sexualização da cultura popular. Questões e debates	24/11 às 10h
Roseane Lisboa (CEFET)	Manuela Cunha - Universidade do Minho	Punitividade e encarceramento	01/12 às 10h

Erasmus-Success

Online Webinar

20 de outubro
Quinta-Feira
10h

"Percepciones de los jóvenes infractores sobre la justicia de menores"

Esther Fernandes Molina
Universidad Castilla La Mancha (Espanha)



Debatedor: Prof. Frederico Marinho
Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)



CERTIFICADO PARA
PARTICIPANTES

Inscrições:
<https://forms.gle/aHvt9XSmWXgXEGGT8>



SuCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

Erasmus-Success

Online Webinar

27 de outubro
Quinta-Feira
10h

Análisis de la legislación con perspectiva de género

Pilar Tarancón Gómez
Universidad Castilla La Mancha (Espanha)



Debatedora: Ludmila Ribeiro
Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)

CERTIFICADO PARA
PARTICIPANTES

Inscrições:
<https://forms.gle/aHvt9XSmWXgXEGGT8>



SuCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

Erasmus-Success

Online Webinar

03 de novembro
Quinta-Feira
10h

Apoyo social y autopercepción de los roles de bullying

Raquel Bartolomé

Universidad Castilla La Mancha (Espanha)



Debatedora: Valéria Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)

CERTIFICADO PARA
PARTICIPANTES

Inscrições:

<https://forms.gle/aHvt9XSmWXgXEGGT8>



SuCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

Erasmus-Success

Online Webinar

24 de novembro
Quinta-Feira
10h

Vitimologia e sexualização da cultura

Gabriela Borges
Universidade do Minho (Portugal)



Debatedora: Débora Bossa
Universidade Estadual de Minas Gerais (Brasil)



CERTIFICADO PARA
PARTICIPANTES

Inscrições:

<https://forms.gle/aHvt9XSmWXgXEGGT8>



Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

Erasmus-Success

Online Webinar

01 de dezembro
Quinta-Feira
10h

Punitividade e encarceramento: uma discussão sobre as mulheres privadas de liberdade

Manuela Cunha
Universidade do Minho (Portugal)



Debatedora: Roseane Lisboa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CERTIFICADO PARA
PARTICIPANTES

Inscrições:
<https://forms.gle/aHvt9XSmWXgXEGGT8>



Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

24 de Maio de 2023

Auditório Carangola (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Cláudio Beato
Coordenador do CRISP



Marina Bazón
Coordenadora do projeto
ERASMUS-SUCESS



**Bruno
Wanderley Reis**
Diretor da FAFICH



**Estevam
Las Casas**
Diretor do IEAT/UFMG



Hugo Morales
Coordenador da Rede
Euro-Sudamericana
de Criminologia



9h - Mesa de Abertura

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>

Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

24 de Maio de 2023

Auditório Carangola (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Cláudio Beato

Universidade Federal
de Minas Gerais



Fernando

Conde Monteiro

Universidade do Minho



Alejandro Gómez

Universidad
Santo Tomás



Mariana Barbosa

Universidade Católica
Portuguesa



10h - Mesa-redonda:
Novas versões da criminologia

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>



Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

24 de Maio de 2023

Auditório Carangola (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Débora Bossa
UEMG e UFMG



Valéria Cristina de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais



Renato Carpio
Universidad Católica San Pablo



Cristian Solano Melo
Universidade Nacional Maior de São Marcos



Lupe Garcia Ampudia
Universidade Nacional Maior de São Marcos



Sonia Pasian
Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto



14h - Mesa-redonda: Violência envolvendo crianças, adolescentes e jovens

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>

Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

24 de Maio de 2023

Auditório Baesse (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Rosane Lisboa
CEFET-MG,
CRISP/UFMG



Raquel Matos
Universidade Católica
Portuguesa



**Juan Danielli
Rocca**
Universidade Nacional
Maior de São Marcos



**Clarissa Mendonça
Corradi Webster**
Universidade de São
Paulo – Ribeirão Preto



14h - Grupo de Trabalho: Engajamento
no crime e encarceramento de mulheres

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>

Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

24 de Maio de 2023

Auditório Baesse (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Roseane Lisboa

CEFET-MG,
CRISP/UFMG



Maria José Jimenez Diaz

Universidad de Granada



Paula Delgado Cuzzi

Universidad Católica
San Pablo



Rocío Martínez Almanza

Universidad Miguel Hernández de Elche



Pilar Tarancón

Universidad Castilla
La Mancha



19h - Mesa redonda: Vitimização de mulheres e percepções sociais de gênero

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>



Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

25 de Maio de 2023

Auditório Bicalho (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Débora Bossa

UEMG e UFMG



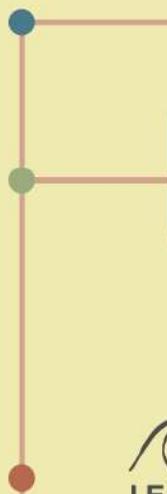
Miguel Botella

Universidad de Granada



10h - Minicurso: Antropologia
Forense e identificação humana

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>



Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

25 de Maio de 2023

Auditório Baesse (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Andréa Silveira
Universidade Federal
de Minas Gerais



Raúl Santacruz
Universidad Antonio
Nariño



**Carlos Frederico
Braga Silva**
Universidade Federal
de Minas Gerais



Sérgio Nojiri
Universidade de São
Paulo – Ribeirão Preto



**Esther
Sígenes Macía**
Universidad Miguel
Hernández de Elche



Carla Cardoso
Universidade do Porto



10h - Mesa redonda:
Novos campos da criminologia?

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>



Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

25 de Maio de 2023

Auditório Bicalho (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Bernardo Lanza
Universidade Federal
de Minas Gerais



Rodrigo Fernandes
Universidade Federal
de Minas Gerais



Marlene Matos
Universidade do Minho



**Ana Paula
Vasconcelos**
Universidade Federal
de Minas Gerais



Cleber Lopes
Universidade Estadual
de Londrina



14h - Mesa Redonda: Vitimização e sentimento
de insegurança em campus universitários

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>

Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

25 de Maio de 2023

Auditório Baesse (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Cláudio Beato

Universidade Federal
de Minas Gerais



Fernando Miró

Universidad Miguel
Hernández de Elche



Hugo Morales

Universidade do Porto



Andréa Silveira

Universidade Federal
de Minas Gerais



14h - Mesa Redonda:
Novos métodos criminológicos

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>



Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

25 de Maio de 2023

Auditório Bicalho (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Frederico Marinho
Universidade Federal
de Minas Gerais



**Miguel Ángel
Cano Paños**
Universidad de Granada



Gabriela Gomes
Universidade Federal
de Minas Gerais



Lucas Caetano
Universidade Federal
de Minas Gerais



19h - Mesa Redonda: Trajetórias criminais
e as dinâmicas sociais de grupos juvenis

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>



Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

26 de Maio de 2023

Auditório Carongola (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Cláudio Beato

Universidade Federal
de Minas Gerais



Miguel

Olmedo Cardenete
Universidad de Granada



Flávia Loureiro

Universidade do Míño



Guilherme Godoy

Universidade do Porto



**10h - Mesa Redonda:
Crimes econômicos e cibernéticos**

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>



Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

26 de Maio de 2023

Auditório Baesse (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Rodrigo Fernandes
Universidade Federal
de Minas Gerais



Catarina Ribeiro
Universidade Católica
Portuguesa



Verónica Jimeno
Universidad Castilla
La Mancha



**Yeni Cruz
Manrique**
Universidade Nacional
Maior de São Marcos



10h - Mesa Redonda: Vitimização infanto juvenil:
consequências na vida adulta e desafios

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>

Seminário Erasmus-SuCESS

Por uma criminologia Euro e Sul-Americana

26 de Maio de 2023

Auditório Carangola (FAFICH)
Universidade Federal de Minas Gerais

Valéria Oliveira
Universidade Federal
de Minas Gerais



**Elisa Yanac
Reynoso**
Universidade Nacional
Maior de São Marcos



Frederico Marinho
Universidade Federal
de Minas Gerais



**Marina
Rezende Bazon**
Universidade de São
Paulo - Ribeirão Preto



Luis Flávio Saporì
Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais



14h - Mesa redonda:
Sistema de Justiça Juvenil

Programação completa e inscrições:
<http://criminologia.successproject.eu/>





Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



SUCCESS

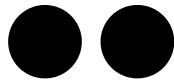
Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

Reunião Administrativa

Universidade Federal de Minas Gerais
Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
Unidade Administrativa III

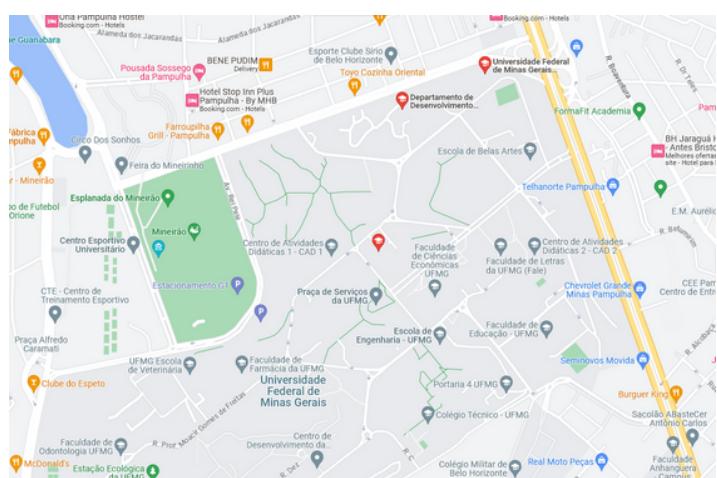
22 e 23 Maio de 2023





O Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG) é herdeiro de uma vasta tradição de mais de trinta anos de estudo em violência e criminalidade no Departamento de Sociologia da UFMG. Fundado em 1996, o CRISP/UFMG é composto por um grupo de pesquisadores da UFMG e por especialistas internos e externos com diferentes backgrounds: sociologia, estatística, ciência da computação, administração, direito, economia, filosofia, pedagogia, engenharia de produção, medicina preventiva e saúde pública. Hoje o CRISP/UFMG é composto por professores doutores de distintos departamentos que estão juntas com o objetivo de (i) produzir conhecimento acadêmico sobre os problemas da violência e da criminalidade; (ii) auxiliar na formulação, implementação e avaliação de políticas de Segurança Pública em Minas Gerais e no Brasil.

crisp



Resumo da agenda

HOUR	22/05/2023	PARTNER
08.30-09.30	Participants Arrival	ALL
09.30-10.00	<p>Welcome to Participants (UFMG)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Review/Balance about decision-making at the Granada Meeting - Practical Information Regarding the actual meeting - Overview of the agenda 	UFMG USP
10.00-12.30	<ul style="list-style-type: none"> - WP4 – Consolidation of the activity plans involving the mobility of Europeans (in South American institutions) <p>The aim of this session will be to advance/consolidate the mobilities plan in terms of dates and activities that will be organised/performed by South Americans and that will involve European teachers during mobilities.</p> <p>Each South American institution will be able to make a presentation of the activity proposal and receive suggestions and make changes according to the information offered by the Europeans.</p>	ALL
12:30-14:00	Lunch	

Resumo da agenda

HOUR	22/05/2023	PARTNER
14.00–16:00	<ul style="list-style-type: none">WP4 – Consolidation of the activity plans involving the mobility of Europeans (in South American institutions) <p>The aim of this session will be to advance/consolidate the mobilities plan in terms of dates and activities that will be organised/performed by South Americans and that will involve European teachers during mobilities.</p> <p>Each South American institution will be able to make a presentation of the activity proposal and receive suggestions and make changes according to the information offered by the Europeans.</p>	USP / ALL
16:00–16:30	Coffee break	

Resumo da agenda

HOUR	22/05/2023	PARTNER
16:30-17:30	<p>WP 5 – Dissemination Activities</p> <p>Planned vs Executed Activities – based in the last report</p> <p>Products: South American Mobilities short reports and Newsletters (presentation and comments/suggestions)</p> <p>Next and lasts actions – Recommendations to partners to increase the visibility of the project at their institutions and outside</p> <p>Final Conference – Agenda structure – 2 days of Academic Meetings.</p> <p>How can we close the SuCESS project?</p> <p>Which activities? Content and format</p>	INOVA+/ USP ALL
17:30-18:30	WP7/WP3 – Finalising the drafting of a cooperation agreement between the partners of the SuCESS project	UM/USP/ All

Resumo da agenda

HOUR	23/05/2023	PARTNER
09.00-09.30	Participants Arrival	ALL
09.30- 10:30	<p>WP 6 – Evaluation Activities</p> <p>Presenting the key findings and recommendations from the last report</p> <p>Establishing strategy to evaluate the workshops implemented so far</p>	INOVA+
10.30-10.45	Coffee Break	N/A
10:45-12:30	<p>WP 3 – Network</p> <p>1. Registration of Thematic Groups on the NETWORK Platform (explaining the logic and doing it together).</p> <p>2. Next steps ...</p> <p>a) Implementation of the open virtual training course in Criminology: timetable, responsibilities, indicators of achievement and proposal of contents based on the mobilities.</p>	UP
12:30-14:00	Lunch	

Resumo da agenda

HOUR	23/05/2023	PARTNER
14.00–16.00	<p>WP 7 – Project Management Activities</p> <ul style="list-style-type: none">· Summary of decision-making at the BH meeting <p>Notes on spending and financial reporting – explanations</p> <p>News about the demand for external evaluation by ISC and AICLP</p> <p>Guidelines for the next Project Report – financial execution – comments</p>	USP



SuCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

crisp
Centro de Estudos
de Criminalidade
e Segurança Pública
UFMG

Reunião Presencial Mista



BELO HORIZONTE
MINAS GERAIS
BRASIL

22 A 26 DE MAIO DE 2023

ONDE ESTÁ A CIDADE DE BELO HORIZONTE?

Belo Horizonte (BH) é a capital de Minas Gerais (MG), um dos maiores estados do Brasil.

Estamos na região sudeste do país. Portanto, quem desejar fazer uma visita ao litoral, as opções mais próximas são as praias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

A capital do país, Brasília, no Distrito Federal (DF), está bem mais distante daqui.



ONDE SERÃO REALIZADAS AS ATIVIDADES DA REUNIÃO?

As atividades da reunião acontecerão no campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o endereço é:

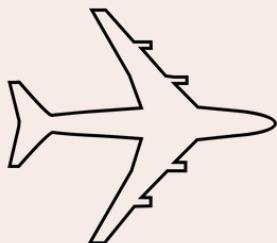
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901

As reuniões acontecerão nas dependências do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública ([CRISP](#)) ou no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas ([FAFICH](#)).

Dentro do campus UFMG, o CRISP fica na Unidade Administrativa III, um pouco mais distante da FAFICH.



COMO CHEGAR A BELO HORIZONTE?



O aeroporto de Belo Horizonte, fica em um município vizinho **CONFINS (CNF)**, portanto, é importante escolher uma forma de se deslocar até o hotel.



TÁXI: É uma opção mais cara que o ônibus, mas há taxistas credenciados no local. De Confins até o centro da cidade o preço médio do Táxi é R\$ 120,00.

UBER: Funciona como em qualquer outro município. Às vezes, não há carros o suficiente. Outras vezes, está sobrando Uber no aeroporto. Em geral, o preço é 30% inferior ao do táxi.

ÔNIBUS: Esta é a opção mais barata para sair do Aeroporto. Os ônibus são de uma empresa chamada Conexão Aeroporto.



Há trajetos diferentes, mas todos levam os passageiros até o centro, com paradas em pontos específicos, como o aeroporto da Pampulha (próximo à UFMG). Portanto, o local de desembarque vai depender da localização do hotel. Podemos ajudar com isso!

Por ora, é importante saber que são 03 tipos de ônibus (em termos de conforto) e os valores de passagem variam entre R\$ 18,30 e R\$39,75.

ONDE SE HOSPEDAR?



O campus UFMG está localizado na região da Pampulha (foto).

O bairro é ótimo, mas está longe do centro da cidade (em torno de 20 min de carro, sem trânsito).

Portanto, ao pensar em hospedagens, há indicações próximas ao campus (no Bairro da Pampulha) e próximas à região centro-sul (Preferência pelo bairro da Savassi), que está mais perto dos pontos de diversão (como bares e mais opções de restaurantes).

PAMPULHA

A região é muito agradável, menos verticalizada que o centro e abriga o Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha. Uma das principais atrações turísticas da cidade.

O campus da UFMG é vizinho da Lagoa da Pampulha. Para os amantes do futebol, ao lado do campus também está o estádio do Mineirão. Conhecido pelo 7x 1 sofrido pelo Brasil na Copa da Alemanha.

A desvantagem da Pampulha é a vida social mais restrita. Há ótimos restaurantes e bares, mas em menor quantidade que no centro.



CENTRO - SUL (SAVASSI)

Caso desejem ficar mais perto da vida social da cidade, a melhor sugestão é se hospedar na Savassi.

De lá, é possível ter fácil acesso a pontos turísticos importantes, como o Mercado Municipal, a praça da liberdade, a praça do Papa/Mirante do Bairro Mangabeiras e aos inúmeros bares e restaurantes da cidade.



A desvantagem da Savassi é apenas a distância da UFMG. Com isso, é importante considerar que no final do dia, horário de encerramento das atividades, haverá trânsito mais intenso de veículos saindo da Pampulha para o centro. O melhor é sair antes do horário de rush (18h), ou depois das 20h. O táxi também é uma boa opção pois circula em pista exclusiva.

ONDE SE HOSPEDAR NA PAMPULHA

Na Pampulha, temos estes hotéis que atendem bem à demanda do público do nosso encontro:

Quality Hotel Pampulha

<https://qualityhotelpampulha.com-hotel.com/pt/>

Nobile Inn Pampulha

<https://www.nobilehoteis.com.br/minas-gerais/belo-horizonte/nobile-inn-pampulha/>

Bristol Jaraguá Hotel

<https://www.bristoljaraguahotel.com.br/>

Pousada Sossego da Pampulha

<https://sossegodapampulha.com.br/>

Hotel Minas Pampulha

<https://hotel-minas-pampulha.sudeste-do-brasil-hoteis.com/pt/>

Hotel Stop Inn Pampulha

<https://www.hotelstopinnpampulha.com.br/>

ONDE SE HOSPEDAR NA SAVASSI

Na Savassi, temos muitas opções de hotéis.
Abaixo, uma lista com algumas delas:

Savassi Hotel

<https://www.savassihotel.com.br/>

Hotel ibis Belo Horizonte Savassi

<http://ibis-savassi.minas-gerais-hotels.com/pt/>

Holiday Inn Belo Horizonte Savassi

<https://holiday-inn-savassi.sudeste-do-brasil-hoteis.com/pt/>

Hotel Ibis Belo Horizonte Liberdade

<http://ibis-liberdade.minas-gerais-hotels.com/pt/>



Seminário Erasmus-Success
Por uma criminologia Euro e Sul Americana
24 a 26 de maio
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

Apresentação

Entre os dias 24 e 26 de maio, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais será realizado o seminário do projeto Erasmus-Success. O evento tem como objetivo o compartilhamento entre as instituições que compõem o consórcio de suas experiências de pesquisa e ensino. Espera-se, também, fortalecer a rede de cooperação entre as universidades e, ainda, os cursos de especialização e mestrado que foram criados como parte do investimento da União Europeia nesta temática.

A programação final está dividida em três dias, incluindo uma série de debates sobre temas cadentes na criminologia europeia e latino-americana, como a questão dos crimes cibernéticos, a violência no contexto escolar e, ainda, o aprisionamento de populações vulneráveis. Todos os envolvidos na exposição dessas temáticas são professores com larga experiência no assunto, o que fará deste momento uma oportunidade única para o fortalecimento de perspectivas teóricas e metodológicas da criminologia.

Todos os participantes que assinarem a lista de presença poderão, ao final, requerer certificado de participação nas atividades, o qual será emitido pela Universidade Federal de Minas Gerais. As palestras serão realizadas em português e espanhol, sendo que nesta etapa não será oferecido o serviço de tradução simultânea.

Programação oficial disponível em: <http://criminologia.successproject.eu/2023/05/05/seminario-por-uma-criminologia-euro-sul-americana-24-26-maio-ufmg/>

Inscrições podem ser realizadas aqui: <https://forms.gle/kao5ba2eMoVdPZmC9>

Para maiores informações, acesse o site do projeto ou nos escreva:
crisp.eventos.ufmg@gmail.com

Dia 1 – 24 de maio de 2023

Horário	Local de realização	Programação
Manhã (9h 10h)	Auditório Carangola (FAFICH)	Mesa de boas vindas Diretor da FAFICH: Bruno Wanderley Reis Coordenador do CRISP: Cláudio Beato Diretor do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares: Estevam Las Casas Coordenadora do projeto ERASMUS-SUCESS: Marina Bazón Coordenador da Rede Euro-Sudamericana de Criminology - Hugo Morales
Manhã (10h 12h)	Auditório Carangola (FAFICH)	Mesa Redonda: Novas versões da criminologia Mediação: Cláudio Beato (Universidade Federal de Minas Gerais) Fernando Conde Monteiro (Universidade do Minho): A criminologia no plano epistemológico Alejandro Gómez (Universidad Santo Tomás): Criminología Crítica Mariana Barbosa (Universidade Católica Portuguesa): Criminologia e refugiados
Tarde (14h 17h)	Auditório Carangola (FAFICH)	Mesa Redonda: Violência envolvendo crianças, adolescentes e jovens Mediação: Débora Bossa (UEMG e UFMG) Valéria Cristina de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais) – Violência escolar Renato Carpio (Universidad Católica San Pablo): Delinquência Juvenil e Maltrato infantil Cristian Solano Melo (Universidade Nacional Maior de São Marcos): Delinquência juvenil Lupe Garcia Ampudia (Universidade Nacional Maior de São Marcos): Violências escolares Sonia Pasian (Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto): Vitimização de jovens
Tarde (14h 17h)	Auditório Baesse (FAFICH)	Grupo de Trabalho: Engajamento no crime e encarceramento de mulheres Mediação: Roseane Lisboa (CEFET-MG, CRISP/UFMG) Raquel Matos (Universidade Católica Portuguesa): Gênero, crime e reclusão Juan Danielli Rocca (Universidade Nacional Maior de São Marcos): Criminalidade feminina, perfis criminais Clarissa Mendonça Corradi Webster (Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto): Vitimização de mulheres e percepções sociais de gênero
Noite (19h 21h)	Auditório Baesse (FAFICH)	Mesa redonda: Vitimização de mulheres e percepções sociais de gênero Mediação: Roseane Lisboa (CEFET-MG, CRISP/UFMG) Maria José Jimenez Diaz (Universidad de Granada): Mudanças sociais e igualdade para as mulheres Paula Delgado Cuzzi (Universidad Católica San Pablo): Trauma e violência por parceiro íntimo Rocío Martinez Almanza (Universidad Miguel Hernández de Elche): Percepções sociais da prostituição Pilar Tarancón (Universidad Castilla La Mancha): Feminicídio sexual na Espanha: entre o uso conceitual e a regulação penal

Dia 2 – 25 de maio de 2023

Horário	Local de realização	Programação
Manhã (10h – 12h)	Auditório Bicalho (FAFICH)	Minicurso: Antropologia Forense e identificação humana Coordenação: Débora Bossa (UEMG e UFMG) Miguel Botella (Universidad de Granada)
Manhã (10h – 12h)	Auditório Baesse (FAFICH)	Mesa redonda: Novos campos da criminologia? Mediação: Andréa Silveira (Universidade Federal de Minas Gerais) Raúl Santacruz (Universidad Antonio Nariño): Criminologia Verde do Sul Sérgio Nojiri (Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto): Justiça Distributiva Esther Sitges Macia (Universidad Miguel Hernández de Elche) Prevenção da cibervitimização em idosos Carla Cardoso (Universidade do Porto): Criminologia Biosocial Carlos Frederico Braga Silva (Universidade Federal de Minas Gerais): Justiça restaurativa em crimes econômicos
Tarde (14h – 17h)	Auditório Bicalho (FAFICH)	Mesa redonda: Vitimização e sentimento de insegurança em campus universitários Mediação: Bernardo Lanza (Universidade Federal de Minas Gerais) Rodrigo Fernandes (Universidade Federal de Minas Gerais): Surveys de vitimização no Brasil Ana Paula Vasconcelos (Universidade Federal de Minas Gerais): Notas metodológicas sobre surveys de vitimização em universidades Marlene Matos (Universidade do Minho): Assédio nos campi universitários: Prevalência, desafios e necessidades Cléber Lopes (Universidade Estadual de Londrina): Lições aprendidas com as pesquisas de vitimização em espaços universitários
Tarde (14h – 17h)	Auditório Baesse (FAFICH)	Mesa redonda: Novos métodos criminológicos Mediação: Cláudio Beato (Universidade Federal de Minas Gerais) Fernando Miró (Universidad Miguel Hernández de Elche): O crime e a revolução digital Hugo Morales (Universidade do Porto): Criminologia Desenvolvimental Andréa Silveira (Universidade Federal de Minas Gerais): Criminologia e prevenção à violência
Noite (19h – 21h)	Auditório Bicalho (FAFICH)	Mesa Redonda: Trajetórias criminais e as dinâmicas sociais de grupos juvenis Mediação: Frederico Marinho (Universidade Federal de Minas Gerais) Miguel Ángel Cano Paños (Universidad de Granada): Gangues étnicas Gabriela Gomes (Universidade Federal de Minas Gerais): Dinâmicas homicidas e organização criminal em Belo Horizonte Lucas Caetano (Universidade Federal de Minas Gerais): Trajetórias criminais e pertencimento a grupos criminais

Dia 3 – 26 de maio de 2023

Horário	Local de realização	Programação
Manhã (10h 12h)	Auditório Carangola (FAFICH)	<p>Mesa Redonda: Crimes econômicos e cibernéticos Mediação: Cláudio Beato (Universidade Federal de Minas Gerais) Miguel Olmedo Cardenete (Universidad de Granada): Fenomenologia do cibercrime Flávia Loureiro (Universidade do Minho): O agente do crime econômico: possibilidade de caracterização criminológica? Guilherme Godói (Universidade do Porto): A Justiça Restaurativa para reparação de danos sociais e econômicos causados na proibição das drogas</p>
Manhã (10h 12h)	Auditório Baesse (FAFICH)	<p>Mesa redonda: Vitimização infanto juvenil: consequências na vida adulta e desafios Mediação: Rodrigo Fernandes (Universidade Federal de Minas Gerais) Catarina Ribeiro (Universidade Católica Portuguesa): Experiências de Elevada Adversidade na Infância: vitimação e trauma Verónica Jimeno (Universidad Castilla La Mancha): Vitimologia do desenvolvimento Yeni Cruz Manrique (Universidade Nacional Maior de São Marcos): Vitimização de crianças e adolescentes</p>
Tarde (14h 17h)	Auditório Carangola (FAFICH)	<p>Mesa Redonda: Sistema de Justiça Juvenil Mediação: Valéria Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais) Elisa Yanac Reynoso (Universidade Nacional Maior de São Marcos): Desenvolvimento integral e prevenção da violência juvenil Frederico Marinho (Universidade Federal de Minas Gerais): Funcionamento da justiça Juvenil Marina Rezende Bazon (Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto): Delinquência Juvenil Luis Flávio Saporì (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais): A reentrada de adolescentes no sistema de justiça juvenil</p>



CONSORTIUM



Universidade de São Paulo
Brasil



Universidad Nacional Mayor de
San Marcos Perú



Universidad Católica San
Pablo
Perú



Universidade Federal de
Minas Gerais
Brasil



Universidad Santo Tomás
Colombia



Universidad Antonio Nariño
Colombia



Universidad de Granada
España



Universidad Miguel
Hernández de Elche
España



Universidad de Castilla-La
Mancha
España



Universidade Católica
Portuguesa
Portugal



Universidade do Minho



Universidade do Minho
Portugal



INOVA+
Portugal



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents, which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein. Project Nº.: 609676-EPP-1-2019-1-PE-EPPKA2-CBHE-JP

PLANO DE ENSINO

Departamento(s) Acadêmico(s) ou estrutura equivalente:	Sociologia		
Código:	DSO813	Título da atividade acadêmica curricular (AAC)/Assunto: SEA	Seminário de Estudos Avançados – Sociologia do crime, do desvio e do conflito
Cursos:	Mestrado e doutorado em sociologia	Natureza:	(X) Obrigatória () Optativa

Formato de oferta: () IR () RP () IP	Carga Horária (CH) total: 120	CH Remota		CH Presencial		Número de vagas: 20
		Teórica	Prática	Teórica	Prática	

Professor(a):	Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro
Ementa:	
<i>Teorias sobre as causas do crime e seus efeitos na administração das políticas de segurança pública e justiça criminal</i>	
Objetivos:	
A proposta deste curso é apresentar aos estudantes de mestrado e doutorado em sociologia as teorias que foram elaboradas ao longo dos anos sobre causas do crime, bem como as suas limitações em termos de (i) contexto, (ii) variáveis; (iii) poder explicativo, (iv) efeitos nocivos na administração das políticas de segurança pública.	
A oferta desta edição do Seminário de Estudos Avançados em Sociologia do Crime, do Desvio e do Conflito reflete a bagagem de experiências da professora responsável, construída no âmbito do projeto Erasmus-Success. Logo, esse seminário é um desdobramento direto dos objetivos do projeto, que busca fortalecer o ensino da criminologia na América do Sul. A professora incorporou diversas perspectivas e conhecimentos adquiridos durante sua participação no projeto Erasmus-Success, utilizando textos elaborados por membros ativos da iniciativa. Além disso, o caráter internacional do projeto é ressaltado pela participação de dois professores da Universidade do Minho como docentes das unidades III e VIII, evidenciando o compromisso com a colaboração global na promoção do estudo das questões criminológicas na região sul-americana.	
Conteúdo programático/cronograma:	
Unidade I – As teorias criminológicas são necessárias?	
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARRINGTON, Kerry; HOGG, Russell; SOZZO, Máximo. Southern criminology. <i>The British Journal of Criminology</i>, v. 56, n. 1, p. 1-20, 2016. 2. BRAGA, Anthony A.; APEL, Robert. And we wonder why criminology is sometimes considered irrelevant in real-world policy conversations. <i>Criminology & Pub. Pol'y</i>, v. 15, p. 813, 2016. 3. HAUHART, Robert C. Toward a sociology of criminological theory. <i>The American Sociologist</i>, v. 43, p. 153-171, 2012. 	

Unidade II – Teorias da dissuasão

1. BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999 (livro todo)
2. APEL, Robert. Sanctions, perceptions, and crime. Annual Review of Criminology, v. 5, p. 205-227, 2022.
3. SHERMAN, Lawrence W. Defiance, deterrence, and irrelevance: A theory of the criminal sanction. Journal of research in Crime and Delinquency, v. 30, n. 4, p. 445-473, 1993.

Unidade III – Status epistemológico da teoria criminológica

1. MONTEIRO, Fernando. A denominada ciência jurídico-penal sob o ponto de vista do ideologismo crítico: reflexões sobre o seu estatuto epistemológico. 784ESTUDOS EM HOMENAGEM AO CONSELHEIRO PRESIDENTE DOUTOR COSTA ANDRADE.
2. FERRELL, Jeff. Criminologia cultural. Tradução de Thiago Pádua. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, vol. 2, n. 3, 2020, p. 25-30.
3. MONTEIRO, Fernando. A criminologia enquanto ciência (mimeo)

Unidade IV – Desorganização social

1. PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. The city. University of Chicago Press, 2019. (chapter 1)
2. SHAW, Clifford R.; MCKAY, Henry D. Are broken homes a causative factor in juvenile delinquency?. Social Forces, v. 10, n. 4, p. 514-524, 1932.
3. SAMPSON, Robert J. Urban black violence: The effect of male joblessness and family disruption. American journal of Sociology, v. 93, n. 2, p. 348-382, 1987.

Unidade V – Anomia e Tensão

1. MERTON, Robert K. Estrutura social e anomia. MERTON, RK Sociologia: teoria e estrutura. São, 2017.
2. AGNEW, Robert. Building on the foundation of general strain theory: Specifying the types of strain most likely to lead to crime and delinquency. Journal of research in crime and delinquency, v. 38, n. 4, p. 319-361, 2001.
3. DOLLIVER, Matthew J.; ROCKER, Dixie L. Addressing a divide in the conceptualization of the gender-crime relationship: A comparative test of gender and sex using general strain theory. Deviant Behavior, v. 39, n. 12, p. 1552-1565, 2018.

Unidade VI – Aprendizado social

1. SUTHERLAND, Edwin. Crime de colarinho branco. Rio de Janeiro: Revan, 2015. (capítulos 1 e 15)
2. SYKES, Gresham M.; MATZA, David. Techniques of neutralization: A theory of delinquency. American sociological review, v. 22, n. 6, p. 664-670, 1957.
3. BRADY, William J. et al. How social learning amplifies moral outrage expression in online social networks. Science Advances, v. 7, n. 33, p. eabe5641, 2021.

Unidade VII - Subcultura

1. MATZA, David; SYKES, Gresham M. Juvenile delinquency and subterranean values. American sociological review, p. 712-719, 1961.
2. COHEN, Albert K. Delinquent boys; The culture of the gang. 1955. Chapter 3 (pp.49-73)
3. ANDERSON, Elijah. Code of the street: Decency, violence, and the moral life of the inner city. WW Norton & Company, 2000. Chapters 1 (Decent and Street Families), 2 (Campaigning for Respect) & 3 (Drugs, Violence and Street Crime), pp. 9-12 & 35-141

Unidade VIII – Criminologia e gênero

1. MATIAS, Andreia et al. Intimate partner homicide: A meta-analysis of risk factors. Aggression and violent behavior, v. 50, p. 101358, 2020.
2. FERNANDES, Ângela; GONÇALVES, Mariana; MATOS, Marlene. "Who are the victims, who are the traffickers?" University students' portrayals on human trafficking. Victims & Offenders, v. 15, n. 2, p. 243-266, 2020.
3. MATOS, Marlene et al. Stalking victimization in Portugal: Prevalence, characteristics, and impact. International journal of law, crime and justice, v. 57, p. 103-115, 2019.

Unidade IX – Teorias do controle

1. HIRSCHI, Travis. Causes of delinquency. Transaction publishers, 2002. (pp.03-65)
2. BURT, Callie H. Self-control and crime: beyond Gottfredson & Hirschi's theory. Annual Review of Criminology, v. 3, p. 43-73, 2020.
3. GOTTFREDSON, Michael R.; HIRSCHI, Travis. The criminal career perspective as an explanation of crime and a guide to crime control policy: the view from general theories of crime. Journal of Research in Crime and Delinquency, v. 53, n. 3, p. 406-419, 2016.

Unidade X – Atividades de rotina e desenho ambiental

1. COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: A routine activity approach. American sociological review, p. 588-608, 1979.

2. SHERMAN, Lawrence W.; GARTIN, Patrick R.; BUERGER, Michael E. Hot spots of predatory crime: Routine activities and the criminology of place. *Criminology*, v. 27, n. 1, p. 27-56, 1989.
3. WILCOX, Pamela; CULLEN, Francis T. Situational opportunity theories of crime. *Annual Review of Criminology*, v. 1, p. 123-148, 2018.

Unidade XI – Teoria do curso de vida

1. TERRIE, E. Moffitt. Adolescence-limited and life-course-persistent offending: A complementary pair of developmental theories. In: *Developmental theories of crime and delinquency*. Routledge, 2018. p. 11-54.
2. SAMPSON, Robert J.; LAUB, John H. A general age-graded theory of crime: Lessons learned and the future of life-course criminology. In: *Integrated developmental and life-course theories of offending*. Routledge, 2017. p. 165-182.
3. MURRAY, Joseph; FARRINGTON, David P. Evidence-based programs for children of prisoners. *Criminology & Pub. Pol'y*, v. 5, p. 721, 2006.

Unidade XII – Teorias da rotulação

1. BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008. (capítulos 1, 2 e 10)
2. LEMERT, E. F. Secondary Deviance. *Criminology Theory: Selected Classic Readings*, v. 199, 2010.
3. RAMAKERS, Anke. Secrecy as best policy? Stigma management and employment outcomes after release from prison. *The British Journal of Criminology*, 2021.

Unidade XIII – Criminologia crítica

1. QUINNEY, Richard. The production of a Marxist criminology. *Crime, Law and Social Change*, v. 2, n. 3, p. 277, 1978.
2. CHAMBLISS, William J. On trashing Marxist criminology. *Criminology*, v. 27, p. 231, 1989.
3. OLIVEIRA, Luciano. *E se o crime existir? Teoria da rotulação, abolicionismo penal e criminologia crítica*. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

Unidade XIV – Unidade XIV – Criminologia feminista e interseccional

1. CRENSHAW, Kimberlé Williams. Intersectionality, identity politics and violence against women of color. *Kvinder, kön & forskning*, n. 2-3, 2006.
2. Texto para apresentação: CHESNEY-LIND, Meda. Patriarchy, crime, and justice: Feminist criminology in an era of backlash. *Feminist criminology*, v. 1, n. 1, p. 6-26, 2006.

Unidade XV - Debates raciais na criminologia

1. NEIL, Roland; WINSHIP, Christopher. Methodological challenges and opportunities in testing for racial discrimination in policing. *Annual Review of Criminology*, v. 2, p. 73-98, 2019.
2. JACOBS, David; CARMICHAEL, Jason T.; KENT, Stephanie L. Vigilantism, current racial threat, and death sentences. *American Sociological Review*, v. 70, n. 4, p. 656-677, 2005.
3. HINTON, Elizabeth; COOK, DeAnza. The mass criminalization of Black Americans: A historical overview. *Annual Review of Criminology*, v. 4, p. 261-286, 2021.

Unidade XVI – Entrega do trabalho final

Metodologia:

As estratégias de ensino-aprendizagem incluem aulas expositivas presenciais, além de atividades assíncronas, que incluem leituras de textos obrigatórios, redação de quatro ensaios e preparação do texto para apresentação em sala de aula. Todas as aulas serão presenciais com lista de presença para aferição da assiduidade do estudante.

Cronograma

Data	Tema
28/08/2023	As teorias criminológicas são necessárias?
04/09/2023	As teorias da dissusão
11/09/2023	As teorias biológicas do crime
18/09/2023	Desorganização social
25/09/2023	Anomia e Tensão
02/10/2023	Aprendizado social
09/10/2023	Subcultura
16/10/2023	Cancelada
23/10/2023	Criminologia e gênero
30/10/2023	Teorias do controle
06/11/2023	Atividades de rotina e desenho ambiental
13/11/2023	Teoria do curso de vida
20/11/2023	Teorias da rotulação
27/11/2023	Criminologia crítica
04/12/2023	Criminologia feminista e interseccional
11/12/2023	Debates raciais na criminologia

Estratégias e procedimentos de avaliação:

Os alunos serão avaliados a partir de três estratégias principais:

Resenhas críticas de cinco páginas, contemplando os três textos obrigatórios: 5 pontos cada, totalizando 70 pontos
Tratam-se de ensaios que têm como objetivo guiar a leitura dos textos que serão discutidos em sala de aula. Assim, devem ser submetidas antes do horário da aula contemplando a resposta às seguintes perguntas:

- (1) Quais são os princípios centrais, pressupostos e proposições da teoria?
- (2) Quais são as contribuições da teoria/perspectiva para a literatura criminológica?
- (3) Como essa perspectiva se relaciona com outros pontos de vista que discutimos? De que maneiras ela é similar e de que maneiras é distinta?
- (4) Quais reações críticas você tem em relação à teoria? Quais são os problemas/limitações da teoria/perspectiva?
- (5) Como a teoria/perspectiva poderia ser modificada para melhor aproveitar seus pontos fortes e abordar algumas de suas limitações?

Participação, por meio da demonstração de leitura dos textos escolhidos como referências obrigatórias em sala de aula: 10 pontos

Trabalho final: 30 pontos.

Consiste no aproveitamento de uma das teorias para a formulação de um projeto de pesquisa, com a apresentação da pergunta, formulação de hipóteses e métodos que serão empregados para desenvolvimento do projeto.

Para facilitar o aproveitamento dos alunos, a proposta é que seja realizada uma soma saturada das pontuações desses trabalhos. Ou seja, serão distribuídos 110 pontos, mas será somado o total de 100 pontos. Para os alunos que não alcançarem o mínimo de 60 pontos com todas as atividades previstas, será oferecida uma avaliação substitutiva no valor de 100 pontos, cobrindo o conteúdo de todo o semestre.

Tecnologias digitais utilizadas:

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle: com a organização dos textos e tarefas a serem entregues;
- Sala de aula: para apresentação das aulas expositivas que serão gravadas;
- Ambiente virtual zoom: para seminários com expositores internacionais.

Referendado em ____/____/2023 pelo Colegiado do curso de Pós-Graduação em _____



PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

TÍTULO/ASSUNTO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR: Tópicos em Direitos Humanos – Perspectivas Contemporâneas B: Crime, justiça criminal e prisões numa perspectiva comparada	CÓDIGO: UNI111
ANO/SEMESTRE DE OFERTA: 2023 - 2	
DEPARTAMENTO(S) OFERTANTE(S) / UNIDADE ACADÊMICA: Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 horas	CRÉDITOS: 4
NATUREZA: (<input type="checkbox"/>) OBRIGATÓRIA	(<input checked="" type="checkbox"/>) OPTATIVA
NOME DO PROFESSOR(A): Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	

EMENTA:
A disciplina propõe uma revisão dos conceitos, correntes interpretativas e explicativas relacionados às causas do crime, incluindo a dimensão estatal. Além disso, são explorados os desdobramentos dessas questões dentro das agências que compõem o sistema de justiça criminal, como as Guardas Municipais, as Polícias (Militar, Civil e Penal), o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Judiciário e as prisões.



OBJETIVO GERAL:

O curso tem como objetivo reconstituir a trajetória das teorias formuladas para explicar o crime e seus desdobramentos institucionais no âmbito do sistema de justiça criminal. Além disso, busca revelar novos conceitos que foram desenvolvidos com a intenção de desconstruir concepções ultrapassadas sobre o tema. O objetivo é trazer uma nova perspectiva para compreender o que ocorre em uma sociedade com uma sociabilidade predominantemente violenta, incluindo a maneira como o Estado atua nos processos de contenção da criminalidade.

Ao longo do curso, serão analisadas as teorias existentes e seu desenvolvimento, considerando tanto o aspecto do crime em si quanto as implicações institucionais no sistema de justiça criminal. Serão explorados conceitos inovadores que desafiam antigas ideias preconcebidas, com o propósito de fornecer uma compreensão mais abrangente do que ocorre em uma sociedade com alta incidência de violência. Por fim, serão abordadas as dinâmicas e funcionamento da violência do Estado sob a justificativa de enfrentamento da criminalidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

Um aspecto importante abordado é a perspectiva comparada, com ênfase nos contextos do Brasil, Portugal e Espanha. Dessa forma, serão analisadas as peculiaridades de cada país, levando em consideração as diferenças históricas, culturais e estruturais, visando uma compreensão mais ampla das questões relacionadas ao crime, à justiça criminal e ao sistema prisional nessas realidades.

METODOLOGIA:

Ao longo do curso, serão abordados os avanços e as limitações do conhecimento existente sobre crime, justiça criminal e sistema prisional. Através da participação ativa dos alunos nos seminários desenvolvidos pela professora e convidados, bem como na elaboração de workshops, serão promovidos debates e reflexões críticas sobre as lacunas, os desafios e as possibilidades de aplicação desse conhecimento na formulação de políticas públicas. O curso busca, assim, contribuir para o aprimoramento do campo e para a formação de profissionais capazes de utilizar o conhecimento científico para embasar ações governamentais mais eficazes na prevenção do crime e na promoção da justiça e no repensar do sistema prisional.

AVALIAÇÃO:

A avaliação do curso será composta por três elementos: resenhas, workshop e vídeo final, com seus respectivos pesos e critérios de avaliação.

As resenhas terão um peso total de 45 pontos, sendo que serão realizadas 15 resenhas semanais sobre os textos disponibilizados para leitura. Cada resenha deve ter uma extensão de uma página, seguindo as seguintes diretrizes de formatação: letra 12, Times New Roman e espaçamento de 1,5 linhas. As resenhas serão avaliadas com base na qualidade da análise, na compreensão dos conceitos abordados, na capacidade de síntese e na argumentação crítica.

O workshop terá um peso de 40 pontos e consistirá na entrega de um trabalho que envolva a análise de informações qualitativas ou quantitativas relacionadas a um dos temas abordados ao longo do curso. Os critérios de avaliação incluirão a relevância da escolha do tema, a correta utilização de métodos e técnicas de análise de dados, a consistência dos resultados obtidos e a capacidade de interpretar e discutir os achados de forma fundamentada e reflexiva.

O vídeo final terá um peso de 30 pontos e será elaborado em grupo. Cada grupo receberá um tema de trabalho sorteado na primeira aula e deverá produzir um vídeo problematizando os avanços e retroprocessos relacionados ao tema, utilizando os autores estudados ao longo do curso como referência. A avaliação do vídeo final levará em consideração a clareza da exposição, a capacidade de problematização dos avanços e retroprocessos, a coerência argumentativa, a criatividade na apresentação e a integração adequada dos conceitos e teorias abordados.

Esses critérios e pesos de avaliação foram estabelecidos com o objetivo de promover uma análise aprofundada dos conteúdos abordados no curso, incentivando a participação ativa dos estudantes e a aplicação dos conhecimentos adquiridos em diferentes atividades acadêmicas.

CRONOGRAMA:

	Data	Tema
1	30/08/2023	Introdução aos Estudos de Crime, Justiça Criminal e Prisões
2	06/09/2023	Definições fundamentais e conceitos-chave
3	13/09/2023	Análise crítica das abordagens teóricas sobre crime
4	20/09/2023	Evolução histórica do sistema de justiça criminal
5	27/09/2023	Políticas de segurança pública
6	04/10/2023	Papel dos principais atores do sistema de justiça criminal (guardas e policiais)
7	11/10/2023	Papel dos principais atores do sistema de justiça criminal (juízes, promotores, advogados de defesa)
8	18/10/2023	Violência racial
9	25/10/2023	Crime Organizado e Criminalidade Transnacional
10	01/11/2023	Violência contra a mulher
11	08/11/2023	Violência escolar no contexto atual
	15/11/2023	Feriado
12	22/11/2023	Prisões e Sistema Penitenciário
13	29/11/2023	Efeitos perversos do encarceramento
14	06/12/2023	Políticas de drogas e impactos na justiça criminal
15	13/12/2023	A violência policial como política criminal

Bibliografia Básica (pode ser alterada ao longo do semestre)

Semana 1 - Introdução aos Estudos de Crime, Justiça Criminal e Prisões

Referência Obrigatória:

SYKES, Gresham M. **Crime e Sociedade**. Rio de Janeiro, Bloch editores, 1969.

Semana 2 - Definições fundamentais e conceitos-chave

Referência Obrigatória:

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2008.

Textos optativos

MACHADO DA SILVA, LUIZ ANTONIO; MENEZES, Palloma Valle. (Des) continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 529-551, 2020.

CUNHA, Manuela Ivone. Etnografias da prisão: novas direções. **Configurações. Revista Ciências Sociais**, n. 13, p. 47-68, 2014.



Semana 3 - Análise crítica das abordagens teóricas sobre crime

Referência Obrigatória:

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **Dados**, v. 45, p. 677-704, 2002.

Textos optativos

PIMENTEL, Alberto et al. Estudo normativo da versão Portuguesa do YLS/CMI–Inventário de avaliação do risco de reincidência e de gestão de caso para jovens. **Análise Psicológica**, v. 33, n. 1, p. 55-71, 2015.

GONÇALVES, Leonel Cunha; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. **Psicologia USP**, v. 23, p. 559-584, 2012.

Semana 4 - Evolução histórica do sistema de justiça criminal

Referência Obrigatória:

BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo social**, v. 9, p. 79-94, 1997.

Textos optativos

MENDONÇA, Ludmila; DUARTE, Thais Lemos. Do processo penal colonial à reforma processual penal de 2008: análise sócio-histórica do sistema de justiça criminal brasileiro. **Intercções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 13, n. 1, 2011.

ANGOTTI, Bruna; SALLA, Fernando. Apontamentos para uma história dos presídios de mulheres no Brasil. **Revista de História de las Prisiones**, v. 6, 2018.

Semana 5 - Políticas de segurança pública

Referência Obrigatória:

BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 13-27, 1999.

Textos optativos

BALLESTEROS, Paula Rodriguez. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, n. 1, 2014.

MATARAZZO, Gustavo et al. Condições organizacionais para o policiamento baseado em evidências: uma proposta a partir da literatura internacional. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 20, p. 919-930, 2023.

Semana 6 - Papel dos principais atores do sistema de justiça criminal (guardas municipais, policiais e agentes prisionais)

Referência Obrigatória:

OLIVEIRA JUNIOR, Almir; ALENCAR, Joana Luiza Oliveira. Novas polícias? Guardas municipais, isomorfismo institucional e participação no campo da segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 2, 2016.

Textos optativos

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira et al. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p. 187-198, 2001., 2001.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. O inquérito policial em questão: Situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo brasileiro de investigação criminal. **Sociedade e Estado**, v. 26, p. 59-75, 2011.

ARAUJO, Isabela Cristina Alves; RIBEIRO, Ludmila. Entre o cuidado e a custódia: Como agentes prisionais em Minas Gerais percebem seu trabalho. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, p. 219-245, 2023.

Semana 7 – Papel dos principais atores do sistema de justiça criminal (juízes, promotores, advogados de defesa)

Referência Obrigatória:

RAMOS, Marcelo Maciel; CASTRO, Felipe Araújo. Aristocracia judicial brasileira: privilégios, habitus e cumplicidade estrutural. **Revista Direito GV**, v. 15, 2019.

Textos optativos

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Ministério Público: Velha instituição com novas funções?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 113, p. 51-82, 2017.

BONELLI, Maria da Glória. Profissionalismo, diferença e diversidade na advocacia e na magistratura paulistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, p. 125-140, 2013.

SILVA, Érika Costa; FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. A defensoria pública no Brasil: Gênero, raça e poder. **Direito Público**, v. 18, n. 98, 2021.

Semana 8 – Violência racial

Referência Obrigatória:

MOREIRA, Adilson José. Cidadania Racial. **Revista Quaestio Iuris**, v. 10, n. 2, p. 1052-1089, 2017.

Textos optativos

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; LIMA, Márcia; NERIS, Natália. Racismo e insulto racial na sociedade brasileira: dinâmicas de reconhecimento e invisibilização a partir do direito. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, p. 11-28, 2016.

NICÁCIO, Camila Silva. Intolerância religiosa no estado de Minas Gerais: considerações a partir de uma pesquisa com boletins de ocorrência. **Revista Direito GV**, v. 17, p. e2106, 2021.

REIS, Daniely; RIBEIRO, Ludmila. O perfilamento racial nos processos de tráfico de drogas. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 35, n. 2. 2023.

Semana 9 - Crime Organizado e Criminalidade Transnacional

Referência Obrigatória:

MATOS, Marlene et al. Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: Uma revisão da sua eficácia. **Análise Psicológica**, v. 30, p. 79-91, 2012.



Textos optativos

LOUREIRO, Flávia Noversa. A proteção dos direitos humanos face à criminalidade económica globalizada: **atas da Conferência Internacional**. 2017.

MACHADO, Carla et al. Crenças e atitudes dos profissionais face à violência conjugal: estudos com profissionais de saúde, polícias e professores. 2009.

Semana 10 – Violência contra a mulher

Referência Obrigatória:

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 449-469, 2014.

Textos optativos

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 165-185, 2008.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 533-545, 2015.

CAMPOS, Carmen Hein. Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, v. 7, n. 1, p. 103-115, 2015.

Semana 11 – Violência escolar no contexto atual

Referência Obrigatória:

ABRAMOVAY, Miriam et al. Os caminhos da pesquisa em violência nas escolas: Entrevista com Miriam Abramovay. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 12, n. 2, p. 292-315, 2018.

Textos optativos

DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. Violência nas escolas: dez abordagens europeias. Brasília: **Unesco**, 2002.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de; DUTRA, Natália Marcelino; LUDGERO, Laura Figueiredo. Temos projetos e temos polícia: a visão dos diretores sobre as estratégias de prevenção à violência em contexto escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e5342, 2023.

Semana 12 – Prisões e Sistema Penitenciário

Referência Obrigatória:

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. **Tempo social**, v. 3, p. 7-40, 1991.

Textos optativos

LOURENÇO, Luiz. Facções criminosas: um balanço da produção acadêmica no Brasil (2000-2022). **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 53, n. 3, p. 167-197, 2022.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. **Revista Direito GV**, v. 11, p. 523-546, 2015.



Semana 13 - Efeitos perversos do encarceramento

Referência Obrigatória:

CHAVES, Luana Hordones; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Efeitos do encarceramento feminino nas dinâmicas familiares. **Análise Social**, v. 56, n. 1. 238, p. 30-55, 2021.

Textos optativos

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane. Encarceramento e desencarceramento no Brasil: a audiência de custódia como espaço de disputa. **Sociologias**, v. 24, p. 264-294, 2022.
GODOI, Rafael. Para uma reflexão sobre os efeitos sociais do encarceramento. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5, n. 1, 2011.
RIBEIRO, Ludmila, OLIVEIRA, Valéria. **Reincidência e reentrada na prisão no Brasil**, Technical Report, Instituto Igarapé 2022

Semana 14 - Políticas de drogas e impactos na justiça criminal

Referência Obrigatória:

JESUS, Maria Gorete Marques de. Verdade policial como verdade jurídica: narrativas do tráfico de drogas no sistema de justiça. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, 2019.

Textos optativos

CAMPOS, Marcelo da Silveira; ALVAREZ, Marcos César. Pela metade: implicações do dispositivo médico-criminal da "Nova" Lei de Drogas na cidade de São Paulo. **Tempo Social**, v. 29, p. 45-74, 2017.
GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A "dura" e o "desenrolado": efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 135-148, 2011.

Semana 15 – A violência policial como política criminal

Referência Obrigatória:

FERREIRA, Poliana. COMO ABRIR A CAIXA DE PANDORA?: estratégias metodológicas para o estudo da polícia que mata. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 6, n. 1, 2019.

Textos optativos

RAPOSO, Otávio et al. Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 119, p. 5-28, 2019.
MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, p. 188-221, 2002.

Visitas de pesquisadores Europeus

Para além dos textos e temáticas já selecionadas, contaremos com palestras ministradas por pesquisadores europeus no horário da nossa disciplina, de forma a aumentar o debate comparativo, por meio de professores que virão ao Brasil no âmbito do projeto Erasmus-Success (<http://criminologia.successproject.eu/>).



Os visitantes que já temos programados para esse semestre são os seguintes:

Professor	Universidade de origem	Data da aula
Fernando Conde Monteiro	Universidade do Minho	13/09/2023
Daniely Reis Fleury	Diretora de Ações Afirmativas	18/10/2023
Flávia Loureiro	Universidade do Minho	25/10/2023
Marlene Matos	Universidade do Minho	25/10/2023
Raquel Bartolomé	Universidade Castilla La Mancha	08/11/2023
Manuela Ivone Cunha	Universidade do Minho	29/11/2023
Raquel Matos	Universidade Católica Portuguesa	29/11/2023

CRIME, JUSTIÇA CRIMINAL E PRISÕES
NUMA PERSPECTIVA COMPARADA
FORMAÇÃO TRANSVERSAL EM DIREITOS HUMANOS

GÊNERO E CRIMINALIDADE TRANSNACIONAL

um diálogo com as pesquisadoras da
Universidade do Minho



FLÁVIA LOUREIRO

Faculdade de Direito
Universidade do Minho



MARLENE MATOS

Faculdade de Psicologia
Universidade do Minho



LUDMILA RIBEIRO

CRISP/UFMG

DIA 25 DE OUTUBRO

14h às 17h - presencial e gratuito



Sala B515
Centro de Atividades Didáticas 2
Campus Pampulha

crisp
Centro de Estudos
de Criminalidade
e Segurança Pública
UFMG



SUCCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

CRIME, JUSTIÇA CRIMINAL E PRISÕES
NUMA PERSPECTIVA COMPARADA
FORMAÇÃO TRANSVERSAL EM DIREITOS HUMANOS

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS EM PERSPECTIVA COMPARADA

um diálogo com a Universidad Castilla-La Mancha



RAQUEL BARTOLOMÉ
GUTIÉRREZ

Faculdade de Enfermagem
Universidad Castilla-La Mancha



LUDMILA RIBEIRO

CRISP/UFMG

DIA 08 DE NOVEMBRO

14h às 17h - presencial e gratuito



Sala B515
Centro de Atividades Didáticas 2
Campus Pampulha

crisp
Centro de Estudos
de Criminalidade
e Segurança Pública
UFMG



SUCCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

CRIME, JUSTIÇA CRIMINAL E PRISÕES
NUMA PERSPECTIVA COMPARADA
FORMAÇÃO TRANSVERSAL EM DIREITOS HUMANOS

EFEITOS PERVERSOS DO ENCARCERAMENTO

um diálogo com Portugal



MANUELA CUNHA

Universidade do Minho



LUDMILA RIBEIRO

CRISP/UFMG

DIA 29 DE NOVEMBRO

14h às 17h - presencial e gratuito



Sala B515
Centro de Atividades Didáticas 2
Campus Pampulha

crisp
Centro de Estudos
de Criminalidade
e Segurança Pública
UFMG



SuCESS

Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia



NuPeDE

crisp
Centro de Estudos
de Criminalidade
e Segurança Pública
UFMG

Formação

Bullying e outras violências contra crianças e adolescentes

Oficina com debate de resultados e
formação metodológica

07/11

“Bullying” na Espanha:
conceitos e resultados

09/11

Questões metodológicas: a
coleta de dados com crianças

10/11

Questões metodológicas:
Instrumentos de coleta

Local: Auditório Luiz Pompeu
FaE/UFMG - 14h às 16h

REALIZAÇÃO

SuCESS
Strengthening Criminology Teaching
Fortaleciendo la Enseñanza en Criminología
Fortalecendo o Ensino da Criminologia

INSCRIÇÕES



Profa. Raquel Bartolomé
Universidade de Castilla - La Mancha
Espanha



Profa. Flavia Xavier
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Haverá emissão de certificados



**EDITAL DE SELEÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA
PÚBLICA**

A Diretoria da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais faz saber que no período de **13 de fevereiro de 2023 a 09 de março de 2023** serão recebidas inscrições para processo seletivo do Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, a ser ofertado na modalidade semipresencial.

1 - DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1 - As inscrições serão recebidas através do site da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) <https://www.fundep.br> ou <https://www.cursoseeventos.ufmg.br/CAE>, até às 23:59 horas do dia 09 de março de 2023, e a entrega da documentação para análise pela Comissão Examinadora será através do envio para o e-mail crisp.eventos.ufmg@gmail.com conforme relação constante do item 3 deste edital.

1.2 - Para envio da documentação o candidato deverá proceder da seguinte forma:

- a) Enviar a documentação até às 23h59min do dia 09 de março de 2023** para o e-mail crisp.eventos.ufmg@gmail.com - relação constante do item 3 deste edital.
- b) Os arquivos deverão estar convertidos no formato “pdf” e organizados conforme relacionado no item 3 deste edital.**
- c) O candidato deve acompanhar publicações, possíveis retificações ou comunicados, sempre que possível, na página oficial do curso (www.crisp.ufmg.br).**
- d) O curso tem início previsto para abril de 2023.**

1.3 - Para participação no processo de seleção será exigida a seguinte qualificação do candidato: ser graduado em qualquer área do conhecimento.



2 - DAS VAGAS E MODALIDADE DE OFERTA

2.1 - Serão oferecidas **60 (sessenta) vagas**, sendo que o curso poderá ser ofertado com número inferior, a critério da coordenação de curso, analisada a viabilidade.

2.2 - O curso de Especialização, que será desenvolvido na modalidade semipresencial, tem por objetivo aprofundar a qualificação profissional em campo específico da criminologia, promovendo a formação de especialistas em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, por meio de atividades teóricas e práticas, que representem o aprofundamento de conhecimento, conduzindo obrigatoriamente à apresentação de Trabalho Final de Curso de Especialização (TFCE).

2.3 - A cada semestre letivo, grupos de disciplinas da matriz curricular do curso serão ofertadas em regime semipresencial, com um grupo de disciplinas denominadas de formação básica, seguidas das disciplinas denominadas de formação específica (espaço urbano e modelos de policiamento, prevenção do crime, lei e controle social e sistema prisional). O discente precisa ser aprovado na formação básica para que possa progredir para a formação específica. Todos alunos passam por esse percurso completo, finalizando o curso com o desenvolvimento de seu trabalho monográfico de conclusão de curso. Haverá aulas síncronas à noite todos os dias via *Teams*. Para acompanhamento dos conteúdos ministrados, o curso contará com tutores, que serão responsáveis por administrar tarefas no Moodle, bem como garantir a solução de dúvidas pontuais. Estão programadas também 04 (quatro) palestras presenciais, aos sábados, que serão divulgadas junto com o calendário do curso a ser informado aos discentes.

2.4 - Para obter o certificado de especialista, o(a) estudante terá o prazo mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, com base no atendimento às Normas Gerais de Pós-graduação e Regulamento do Curso.

3 - DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1 - A documentação para análise pela Comissão Examinadora deverá ser enviada até o dia **09 de março de 2023, às 23h59min** para o e-mail institucional crisp.eventos.ufmg@gmail.com em formato em PDF, devidamente ordenados, são os seguintes:

- a) Carta de intenção contendo entre 300 e 400 palavras. Nesta carta, o candidato deverá explicitar as razões de seu interesse pelo curso, bem como descrever brevemente sua trajetória acadêmico- profissional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

- b) Cópia simples, frente e verso em arquivo único, legível e sem rasuras do diploma de graduação, expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido, ou de outro documento que comprove estar o candidato em condições de concluir o curso de graduação até o término do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação, ficando tal registro condicionado à prova de conclusão da graduação;
- c) Cópia simples, legível e sem rasuras do histórico escolar do curso de graduação e, caso o(a) candidato(a) possua, histórico de pós-graduação;
- d) Cópia simples, frente e verso, legível e sem rasuras de documento que comprove estar em dia com as obrigações militares, no caso de candidatos brasileiros (Documentos com data de validade expirada não poderão ser utilizados, sendo que a partir de 1º de janeiro do ano que completarem 46 anos de idade, os candidatos estarão desobrigados de apresentar o documento militar, nos termos dos artigos 170 a 210 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966); no caso de estrangeiros, os exigidos são regulados pela legislação específica;
- e) Cópia simples, frente e verso, legível e sem rasuras dos seguintes documentos: CPF, Carteira de Identidade, Certidão de Quitação Eleitoral que pode ser obtida junto à Justiça Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidores/certidao-de-quitacao-eleitoral>), sendo que não serão aceitos comprovantes individuais de votação;
- f) Cópia simples, legível e sem rasuras da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- g) Cópia simples, legível e sem rasuras de comprovante de residência atualizado;
- h) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

3.2 - Os candidatos estrangeiros deverão comprovar domínio instrumental na língua portuguesa;

3.3 - Só serão deferidos os pedidos de inscrição que estiverem com documentação completa.

3.4 - O candidato poderá realizar única inscrição.



3.5 - A UFMG não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de natureza técnica associados a computadores, a falhas de comunicação, a congestionamento de linhas de comunicação, dos correios, e por quaisquer outros motivos de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados para consolidação da inscrição.

4 - DO PROCESSO SELETIVO

4.1. A Banca Examinadora será constituída de 2 (dois) docentes titulares e 2 (dois) docentes suplentes do **Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública**. Os suplentes só participarão do Processo Seletivo em caso de impedimento justificado de um titular. A relação nominal da Comissão de Seleção será divulgada no quadro de avisos da Secretaria e no site do Programa, até 48 horas antes do início do processo seletivo, com a declaração de inexistência de impedimento e suspeição de cada membro da comissão em função dos candidatos inscritos neste concurso

4.2. O Exame de Seleção será realizado no período de **10 de março de 2023 a 14 de março de 2023** em uma única etapa, classificatória, constituída pela avaliação da justificativa para a realização do Curso, mediante o envio de uma carta de intenção, com valor total de 100 pontos.

4.3. A justificativa, que deverá conter entre 300 e 400 palavras, será avaliada pelos aspectos da correção formal, com o valor de 30 pontos, coesão e coerência textual, com valor de 30 pontos e consistência na argumentação, com valor de 40 pontos, totalizando 100 pontos.

4.4. A classificação será feita em ordem decrescente das notas apuradas, dentro do limite de vagas

4.5 Os casos omissos sobre o Processo de Seleção serão resolvidos pela Comissão Avaliadora mediante análise por demanda.



5 - DO RESULTADO FINAL

5.1 - O resultado será divulgado no dia **15 de março de 2023**, nos sites <http://www.crisp.ufmg.br> e <https://www.cursoseeventos.ufmg.br/CAE>.

5.2 - O prazo de recurso contra o resultado do processo seletivo é de 10 dias corridos a partir da data de sua divulgação conforme item 5.1, nos termos do Regimento Geral da Universidade e da Resolução nº 13/2010, de 11 de novembro de 2010, do Conselho Universitário da UFMG. O recurso fundamentado deverá ser enviado para o e-mail da assessoraria acadêmica do curso: crisp.eventos.ufmg@gmail.com. Nesse período de recurso, o candidato poderá ter acesso à avaliação.

5.3 - Se houver alteração da classificação geral dos candidatos por força de provimento de algum recurso, ocorrerá uma reclassificação e será considerada válida a classificação retificada.

6 - DO REGISTRO E DA MATRÍCULA:

6.1 - O candidato aprovado no processo seletivo de que trata este edital deverá realizar, exclusivamente pela internet, no período **15 a 21 de março de 2023**: **a) o seu cadastro prévio no sistema acadêmico da UFMG**, mediante o preenchimento de formulário disponível no site <https://sistemas.ufmg.br/cadastroprevio> e **b) firmar o contrato** - pagamento da 1^a (primeira) parcela - junto à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP, pelo site: <https://www.cursoseeventos.ufmg.br/CAE>.

a) A falta ou a ilegibilidade de algum dos documentos relacionados no item 3 deste edital implicará em não processamento da matrícula do candidato, não cabendo recurso nem lhe sendo facultada a matrícula condicional.

6.2 - O DRCA tomará as providências para efetuar o Registro Acadêmico após o recebimento da documentação completa dos candidatos selecionados, na forma exigida (cópias legíveis e sem rasuras) e do preenchimento da Ficha de Cadastro Prévio pelo candidato classificado. A documentação completa dos selecionados será enviada ao DRCA pela secretaria do curso até a data de **22 de março de 2023**.

6.3 - O candidato que apresentou, no período de inscrição, documento comprobatório de estar em condições de concluir o curso de graduação antes do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação, deverá enviar para o e-mail do Curso, até o dia **21/03/2023**, documento que comprove a conclusão do curso de graduação (cópia do diploma de graduação, expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido ou declaração de conclusão de curso em que conste a data da colação do grau). Não serão aceitas declarações com previsão de conclusão



ou previsão de colação de grau, bem como certificado ou declaração emitidos há mais de três anos.

6.4 - Candidatos estrangeiros deverão enviar para o e-mail do Curso, até o dia **21/03/2023**, o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), Registro Nacional Migratório (RNM) ou Certidão de Registro emitida pela Polícia Federal e o passaporte com visto válido de entrada no Brasil e documento que comprove filiação.

6.5 - É vedado o registro acadêmico simultâneo em mais de um curso de graduação, de pós-graduação ou em ambos os níveis, conforme o disposto no art. 39, § 2º, do Regimento Geral da UFMG, “cada aluno terá direito a um único registro acadêmico, correspondente a uma só vaga no curso em que foi admitido na UFMG”. Perderá automaticamente o direito à vaga e será considerado formalmente desistente o candidato classificado que não efetuar o Cadastro Prévio na data fixada para a realização desse procedimento ou que não apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital. O preenchimento de vaga(s) decorrente(s) destas situações será feito mediante convocação de outros candidatos aprovados, observada, rigorosamente, a ordem de classificação segundo a ordem decrescente de pontos obtidos no concurso, até a data limite para envio da documentação ao DRCA.

6.6 - A matrícula dos candidatos aprovados será realizada no Sistema Acadêmico da Pós-Graduação, de acordo com orientação da Secretaria do Curso, em data a ser divulgada, observado o calendário acadêmico da Universidade.

7 - DA CONCESSÃO DE BOLSAS:

7.1 - Nos termos da Resolução Nº 07/2004 do Conselho Universitário da UFMG, 10% (dez por cento) das vagas preenchidas serão reservadas à participação gratuita, após a matrícula, de candidatos carentes e de servidores da UFMG. O candidato selecionado poderá habilitar-se à participação desde que seja caracterizado carente pela FUMP (<https://www.fump.ufmg.br>) ou selecionado pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos, caso seja servidor. O número de bolsas concedidas será dividido entre o segmento servidor e o segmento comunidade externa. Bolsas não preenchidas por um segmento serão oferecidas ao outro. No caso de vaga única ou em número ímpar, será priorizado o segmento servidor da UFMG. Excepcionalmente poderão ser oferecidos bolsas parciais, preservando o total estabelecido pela Resolução supracitada.

7.2 - O período para entrega/envio da documentação para análise socioeconômica junto à FUMP, pelos alunos matriculados, será no período de **15 a 21 de março de 2023**.



8 - CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Procedimento	Data/período
Inscrições para seleção – sistema da Fundep	13 de fevereiro até às 23:59 horas do dia 09/03/2023
Envio de documentação para análise pela Comissão Examinadora	13/02/2023 até às 23:59 horas do dia 09/03/2023
Listagem de inscrições recebidas	10/03/2023
Seleção - Análise (carta de interesse, currículo e histórico)	10 de março de 2023 a 14 de março de 2023
Resultado de seleção	15 de março de 2023
Matrícula (sistema da Fundep) e Cadastro Prévio (sistema acadêmico UFMG)	15 a 21 de março de 2023
<u>Preenchimento de questionário para análise socioeconômica pela FUMP</u> , pelos alunos matriculados (análise para concessão de bolsas)	15 a 21 de março de 2023
Resultado - análise socioeconômica pela FUMP	30 de março de 2023
Resultado - concessão de bolsas pela coordenação de curso	30 de março de 2023

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 - Os casos não previstos neste Edital e que possam gerar recursos serão decididos pela Câmara do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, a partir de análise prévia pela Comissão Examinadora.

9.2 - Ao aluno que concluir o curso será conferido certificado de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública pela UFMG, mediante o cumprimento de todas as exigências regulamentares do curso e de apresentação do Trabalho Final de Especialização a ser aprovado por uma Comissão de Avaliação.

Prof. Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2023.

Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais



**EDITAL DE SELEÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA**

A Diretoria da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais faz saber que no período **de 02 de janeiro a 29 de fevereiro de 2024 estarão abertas as inscrições para processo seletivo do Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, a ser ofertado na modalidade semipresencial.**

1 - DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1 - As inscrições serão recebidas através do site da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) <https://www.fundep.ufmg.br>, até às 23:59 horas do dia 29 de fevereiro de 2024, com pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e a entrega da documentação para análise pela Comissão Examinadora será através do envio para o e-mail crisp.eventos.ufmg@gmail.com conforme relação constante do item 3 deste edital.

1.2 - Para envio da documentação o candidato deverá proceder da seguinte forma:

- a)** Enviar a documentação até às 23h59min do dia 29 de fevereiro de 2024 para o e-mail crisp.eventos.ufmg@gmail.com - relação constante do item 3 deste edital.
- b)** Os arquivos deverão estar convertidos no formato “pdf” e organizados conforme relacionado no item 3 deste edital.
- c)** O candidato deve acompanhar publicações, possíveis retificações ou comunicados, sempre que possível, na página oficial do curso (www.crisp.ufmg.br).
- d)** O curso tem início previsto para **25/03/2024**.

1.3 - Para participação no processo de seleção será exigida a seguinte qualificação do candidato: ser graduado em qualquer área do conhecimento.



2 - DAS VAGAS E MODALIDADE DE OFERTA

2.1 - Serão oferecidas **60 (sessenta) vagas**, sendo que o curso poderá ser ofertado com número inferior, a critério da coordenação de curso, analisada a viabilidade.

2.2 - O curso de Especialização, que será desenvolvido na modalidade semipresencial, tem por objetivo aprofundar a qualificação profissional em campo específico da criminologia, promovendo a formação de especialistas em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, por meio de atividades teóricas e práticas, que representem o aprofundamento de conhecimento, conduzindo obrigatoriamente à apresentação de Trabalho Final de Curso de Especialização (TFCE).

2.3 - A cada semestre letivo, grupos de disciplinas da matriz curricular do curso serão ofertadas em regime semipresencial, com um grupo de disciplinas denominadas de formação básica, seguidas das disciplinas denominadas de formação específica (espaço urbano e modelos de policiamento, prevenção do crime, lei e controle social e sistema prisional). O discente precisa ser aprovado na formação básica para que possa progredir para a formação específica. Todos alunos passam por esse percurso completo, finalizando o curso com o desenvolvimento de seu trabalho monográfico de conclusão de curso. Haverá aulas síncronas à noite todos os dias via *Teams*. Para acompanhamento dos conteúdos ministrados, o curso contará com tutores, que serão responsáveis por administrar tarefas no Moodle, bem como garantir a solução de dúvidas pontuais. Estão programadas também 04 (quatro) palestras presenciais, aos sábados, que serão divulgadas junto com o calendário do curso a ser informado aos discentes.

2.4 - Para obter o certificado de especialista, o(a) estudante terá o prazo mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, com base no atendimento às Normas Gerais de Pós-graduação e Regulamento do Curso.

3 - DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1 - A documentação para análise pela Comissão Examinadora deverá ser enviada até o dia 29 de fevereiro de 2024, às 23h59min para o e-mail institucional crisp.eventos.ufmg@gmail.com com em formato em PDF, devidamente ordenados. Os documentos são os seguintes:

- a) Carta de intenção contendo entre 300 e 400 palavras. Nesta carta, o candidato deverá explicitar as razões de seu interesse pelo curso, bem como descrever brevemente sua trajetória acadêmico- profissional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

- b) Cópia simples, frente e verso em arquivo único, legível e sem rasuras do diploma de graduação, expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido, ou de outro documento que comprove estar o candidato em condições de concluir o curso de graduação até o término do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação, ficando tal registro condicionado à prova de conclusão da graduação;
- c) Cópia simples, legível e sem rasuras do histórico escolar do curso de graduação e, caso o(a) candidato(a) possua, histórico de pós-graduação;
- d) Cópia simples, frente e verso, legível e sem rasuras de documento que comprove estar em dia com as obrigações militares, no caso de candidatos brasileiros (Documentos com data de validade expirada não poderão ser utilizados, sendo que a partir de 1º de janeiro do ano que completarem 46 anos de idade, os candidatos estarão desobrigados de apresentar o documento militar, nos termos dos artigos 170 a 210 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966); no caso de estrangeiros, os exigidos são regulados pela legislação específica;
- e) Cópia simples, frente e verso, legível e sem rasuras dos seguintes documentos: CPF, Carteira de Identidade, Certidão de Quitação Eleitoral que pode ser obtida junto à Justiça Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/eletor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>), sendo que não serão aceitos comprovantes individuais de votação;
- f) Cópia simples, legível e sem rasuras da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- g) Cópia simples, legível e sem rasuras de comprovante de residência atualizado;
- h) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

3.2 - Os candidatos estrangeiros deverão comprovar domínio instrumental na língua portuguesa, com a entrega do exame de proficiência em português;

3.3 - Só serão deferidos os pedidos de inscrição que estiverem com documentação completa.

3.4 - O candidato poderá realizar única inscrição.



3.5 - A UFMG não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de natureza técnica associados a computadores, a falhas de comunicação, a congestionamento de linhas de comunicação, dos correios, e por quaisquer outros motivos de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados para consolidação da inscrição.

3.6 O resultado das inscrições será divulgado no dia 04 de março de 2024, no site www.crisp.ufmg.br.

3.7 Recursos contra o resultado da homologação das inscrições deverão ser apresentados em até 02 (dois) dias úteis após a data de sua divulgação pelo email crisp.eventos.ufmg@gmail.com.

4 - DO PROCESSO SELETIVO

4.1. A Banca Examinadora será constituída de 2 (dois) docentes titulares e 2 (dois) docentes suplentes do **Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública**. Os suplentes só participarão do Processo Seletivo em caso de impedimento justificado de um titular. A relação nominal da Comissão de Seleção será divulgada no quadro de avisos da Secretaria e no site do Programa, até 48 horas antes do início do processo seletivo, com a declaração de inexistência de impedimento e suspeição de cada membro da comissão em função dos candidatos inscritos neste concurso

4.2. O Exame de Seleção será realizado no período de **04 a 12 de março de 2024** em uma única etapa, classificatória, constituída pela avaliação da justificativa para a realização do Curso, mediante o envio de uma carta de intenção, com valor total de 100 pontos.

4.3. A justificativa, que deverá conter entre 300 e 400 palavras, será avaliada pelos aspectos da correção formal, com o valor de 30 pontos, coesão e coerência textual, com valor de 30 pontos e consistência na argumentação, com valor de 40 pontos, totalizando 100 pontos.

4.4. A classificação será feita em ordem decrescente das notas apuradas, dentro do limite de vagas. Em caso de empate na classificação, o desempate será pelo critério de tempo de formação e, ainda, ausência de outra especialização na área do curso.

4.5. Os casos omissos sobre o Processo de Seleção serão resolvidos pela Comissão Avaliadora mediante análise por demanda.



5 - DO RESULTADO FINAL

5.1 - O resultado será divulgado no dia **13 de março de 2024**, nos sites <http://www.crisp.ufmg.br> e <https://www.fundep.ufmg.br>.

5.2 - O prazo de recurso contra o resultado do processo seletivo é de 10 dias corridos a partir da data de sua divulgação conforme item 5.1, nos termos do Regimento Geral da Universidade e da Resolução nº 13/2010, de 11 de novembro de 2010, do Conselho Universitário da UFMG. O recurso fundamentado deverá ser enviado para o e-mail da assessoraria acadêmica do curso: crisp.eventos.ufmg@gmail.com. Nesse período de recurso, o candidato poderá ter acesso à avaliação.

5.3 - Se houver alteração da classificação geral dos candidatos por força de provimento de algum recurso, ocorrerá uma reclassificação e será considerada válida a classificação retificada.

6 - DO REGISTRO E DA MATRÍCULA:

6.1 - O candidato aprovado no processo seletivo de que trata este edital deverá realizar, exclusivamente pela internet, no período **25 a 28 de março de 2024**: **a) o seu cadastro prévio no sistema acadêmico da UFMG**, mediante o preenchimento de formulário disponível no site <https://sistemas.ufmg.br/cadastroprevio> e **b) firmar o contrato** - pagamento da 1ª (primeira) parcela - junto à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP, pelo site: <https://www.fundep.ufmg.br>.

a) A falta ou a ilegibilidade de algum dos documentos relacionados no item 3 deste edital implicará em não processamento da matrícula do candidato, não cabendo recurso nem lhe sendo facultada a matrícula condicional.

6.2 - O DRCA tomará as providências para efetuar o Registro Acadêmico após o recebimento da documentação completa dos candidatos selecionados, na forma exigida (cópias legíveis e sem rasuras) e do preenchimento da Ficha de Cadastro Prévio pelo candidato classificado. A documentação completa dos selecionados será enviada ao DRCA pela secretaria do curso até a data de **22 de março de 2024**.

6.3 - O candidato que apresentou, no período de inscrição, documento comprobatório de estar em condições de concluir o curso de graduação antes do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação, deverá enviar para o e-mail do Curso, até o dia **19/03/2024**, documento que comprove a conclusão do curso de graduação (cópia do diploma de graduação, expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido ou declaração de conclusão de curso em que conste a data da colação do grau). Não serão aceitas declarações com previsão de conclusão



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

ou previsão de colação de grau, bem como certificado ou declaração emitidos há mais de três anos.

6.4 - Candidatos estrangeiros deverão enviar para o e-mail do Curso, até o dia **19/03/2024**, o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), Registro Nacional Migratório (RNM) ou Certidão de Registro emitida pela Polícia Federal e o passaporte com visto válido de entrada no Brasil e documento que comprove filiação.

6.5 - É vedado o registro acadêmico simultâneo em mais de um curso de graduação, de pós-graduação ou em ambos os níveis, conforme o disposto no art. 39, § 2º, do Regimento Geral da UFMG, “cada aluno terá direito a um único registro acadêmico, correspondente a uma só vaga no curso em que foi admitido na UFMG”. Perderá automaticamente o direito à vaga e será considerado formalmente desistente o candidato classificado que não efetuar o Cadastro Prévio na data fixada para a realização desse procedimento ou que não apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital. O preenchimento de vaga(s) decorrente(s) destas situações será feito mediante convocação de outros candidatos aprovados, observada, rigorosamente, a ordem de classificação segundo a ordem decrescente de pontos obtidos no concurso, até a data limite para envio da documentação ao DRCA.

6.6 - A matrícula dos candidatos aprovados será realizada no Sistema Acadêmico da Pós-Graduação, de acordo com orientação da Secretaria do Curso, em data a ser divulgada, observado o calendário acadêmico da Universidade.

7 - DA CONCESSÃO DE BOLSAS:

7.1 - Nos termos da Resolução Nº 07/2004 do Conselho Universitário da UFMG, 10% (dez por cento) das vagas preenchidas serão reservadas à participação gratuita, após a matrícula, de candidatos carentes e de servidores da UFMG. O candidato selecionado poderá habilitar-se à participação desde que seja caracterizado carente pela FUMP (<https://www.fump.ufmg.br>) ou selecionado pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos, caso seja servidor. O número de bolsas concedidas será dividido entre o segmento servidor e o segmento comunidade externa. Bolsas não preenchidas por um segmento serão oferecidas ao outro. No caso de vaga única ou em número ímpar, será priorizado o segmento servidor da UFMG. Excepcionalmente poderão ser oferecidos bolsas parciais, preservando o total estabelecido pela Resolução supracitada.

7.2 - O período para entrega/envio da documentação para análise socioeconômicajunto à FUMP, pelos alunos classificados, será no período de **14 e 15 de março de 2024**.



8 - CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Procedimento	Data/período
Inscrições para seleção – sistema da Fundep	02 de janeiro até às 23:59 horas do dia 29/02/2024
Envio de documentação para análise pela Comissão Examinadora	02 de janeiro até às 23:59 horas do dia 29/02/2024
Listagem de inscrições recebidas	04/03/2024
Seleção - Análise (carta de interesse, currículo e histórico)	04 a 12 de março de 2024
Resultado de seleção	13 de março de 2024
Matrícula (sistema da Fundep) e Cadastro Prévio (sistema acadêmico UFMG)	25 a 28 de março de 2024
Preenchimento de questionário para análise socioeconômica pela FUMP, pelos alunos matriculados (análise para concessão de bolsas)	14 e 15 de março de 2024
Resultado - análise socioeconômica pela FUMP	22 de março de 2024
Resultado - concessão de bolsas pela coordenação de curso	25 de março de 2024

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 - Os casos não previstos neste Edital e que possam gerar recursos serão decididos pela Câmara do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, a partir de análise prévia pela Comissão Examinadora.

9.2 - Ao aluno que concluir o curso será conferido certificado de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública pela UFMG, mediante o cumprimento de todas as exigências regulamentares do curso e de apresentação do Trabalho Final de Especialização a ser aprovado por uma Comissão de Avaliação.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2023

Profa. Tais Porlan de Oliveira

Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais

Metas alcançadas no âmbito do projeto Erasmus-Success dentro da UFMG

Apresentação

Neste documento apresentamos as principais iniciativas realizadas pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) no âmbito do projeto Erasmus-Success, como estratégias de fortalecimento do ensino da criminologia. De maneira geral, vamos apresentar um pouco dos relatórios que ficaram disponíveis em nosso website ou em outros espaços institucionais da Universidade Federal de Minas Gerais. Logo, os anexos são apresentados como forma de comprovar a realização das atividades no âmbito deste projeto, sendo separados por ano de alcance das metas previstas. Por fim, são apresentadas algumas atividades já planejadas para serem sediadas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no próximo ano como desdobramentos do projeto.

Ano de 2022

Ao longo do ano de 2022, foram realizadas quatro atividades não previstas inicialmente no âmbito do projeto Erasmus-Success: mobilidade de docentes para sabático na Espanha; visita do professor Rolando transformação de informações em relatórios internos da UFMG e realização de seminários internacionais no formato on-line. Os três foram realizados com o objetivo de consolidar o CRISP como parte da rede de fortalecimento de formação criminológica não apenas no Brasil, mas também em outros países com os quais foram fortalecidas as parcerias.

A primeira atividade foi o programa de mobilidade do professor Bráulio Figueiredo Alves Silva na Universidade de Miguel Hernandes de Elche, para a realização de um ano sabático. Durante este período, além de promover a aproximação entre os projetos do Crisp (Brasil) e do Crimina (Espanha) foi possível pensar em cursos que poderiam ser

ministrados em ambas as realidades (brasileira e espanhola), ajudando no fortalecimento da formação acadêmica em ambos países.¹

A segunda atividade realizada foi o recebimento do professor Rolando Santamaría, doutor pela Universidade Castilla La Mancha, e que conheceu o trabalho do CRISP por meio do projeto Erasmus-Success. Durante sua estadia na UFMG em agosto de 2022, o professor Rolando teve a oportunidade de interagir com os membros da equipe do CRISP e explorar as iniciativas que têm impacto significativo na segurança pública, como a parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais e, ainda, o projeto controle de homicídios Fica Vivo!. Para consolidar esse intercâmbio acadêmico, a UFMG organizou duas conferências para o Professor Santamaría compartilhar suas ideias e experiências e também destacar a importância do projeto Erasmus-Sucess enquanto estratégia de fortalecimento do ensino da criminologia na América Latina (Anexo 1). A primeira foi a aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, realizada em 29 de agosto de 2022, no Auditório Carangola da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Nesse evento, o coordenador de Criminologia da Universidade Pontifícia Comillas discutiu desafios contemporâneos relacionados à gestão da segurança cidadã na América Latina. Posteriormente, em 31 de agosto de 2022, o professor proferiu uma palestra no mesmo local, destacando a importância da cooperação internacional e abordando questões criminológicas relevantes para a região. A partir dessa visita foi assinado um termo de cooperação entre a UFMG e a Universidade Pontifícia Comillas, para permitir uma maior mobilidade de discentes e docentes de ambas instituições na temática específica da criminologia.

A terceira atividade foi a transformação do relatório de mapeamento de necessidades publicado em 2020, com o apoio da Universidade de Miguel Hernández de Elche, e nos programas de disciplinas finalizados no ano de 2021, numa proposta técnica que foi enviada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, para aprovação da nova edição do Curso de

¹ Nesse sentido, ver: https://umh.es/contenido/Visitantes/:persona_282349/datos_es.html, acesso em 20 de dezembro de 2023.

Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Anexo 2). Como pode ser vislumbrado em toda a documentação, é visível a mudança de escopo da proposta, bem como os profissionais envolvidos na especialização em estudos de criminalidade e segurança pública, o que é resultado do envolvimento do CRISP no projeto Erasmus-Success, o que envolveu uma miríade de atividades on-line e, ainda, as mobilidades realizadas em 2022.

A quarta atividade foi a realização de uma série de seminários on-line com os parceiros europeus como decorrência da mobilidade de pesquisadores do CRISP a universidades portuguesas e espanholas (Anexo 3). As palestras tiveram uma média de 25 participantes no zoom (Tabela 1). Vale destacar que essas conversas ficaram disponíveis no canal do youtube do projeto Erasmus-Success, com novas visualizações.

Tabela 1 – Quantidade de participantes por atividade realizada nos seminários virtuais da mobilidade no âmbito do projeto Erasmus-Success

Data	Temáticas	Convidado	Participantes
20/out	Percepções dos jovens infratores sobre a justiça de menores	Esther Fernandes Molina (Espanha)	28
27/out	Análise da legislação com perspectiva de gênero	Pilar Tarancón Gómez (Espanha)	35
03/nov	Apoio social e autopercepção dos papéis de bullying	Raquel Bartolomé (Espanha)	29
17/nov	Vitimologia e sexualização da cultura popular	Gabriela Borges (Portugal)	45
01/dez	Punitividade e encarceramento	Manuela Cunha (Portugal)	20

Na avaliação posterior que fizemos com os participantes desta atividade, os comentários sobre as palestras foram positivos e ressaltaram a relevância das temáticas abordadas, destacando que as palestras foram ótimas, excelentes e sensacionais. Além disso, a organização dos seminários e a escolha dos temas foram elogiadas por vários participantes. Muitos comentários também enfatizaram a qualidade da apresentação, com elogios aos palestrantes por sua propriedade do conteúdo e clareza na exposição. A flexibilidade do formato online ou híbrido foi reconhecida como um ponto positivo,

permitindo maior frequência e participação do público. Alguns participantes mencionaram que acompanhar as palestras foi uma experiência enriquecedora, proporcionando uma reflexão sobre perspectivas, conceitos e estudos.

Ano de 2023

No ano de 2023, realizamos várias atividades, sendo que algumas não estavam previstas como parte dos nossos pacotes de trabalho,² e outras, apesar de previstas, se desdobraram em parcerias que se tornaram mais forte, como as com a Universidade do Minho (posto que estamos na fase de elaboração de um seminário sobre vitimização em campus universitário em 2024) e Castilha la Macha (com a participação de seus docentes em atividades do programa de Pós-Graduação em Sociologia).

Realização de um seminário internacional nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais em maio de 2023, com a presença de todos os parceiros do projeto Erasmus-Success por uma semana (Anexo 4). Nos dois primeiros dias, foram realizados eventos fechados, mas nos três últimos recebemos mais de 485 interessados nas temáticas que foram mobilizadas como eixos de suma importância para discussão da segurança pública em âmbito brasileiro, latino-americano e ibérico. Como pode ser vislumbrado na Tabela 2, a mesa redonda sobre "Violência envolvendo crianças, adolescentes e jovens" obteve a maior quantidade de participantes, totalizando 73, indicando um forte interesse no tema. Além disso, temas como "Novas versões da criminologia" e "Vitimização de mulheres e percepções sociais de gênero" também tiveram uma participação significativa, com 60 e 50 participantes, respectivamente. Por outro lado, algumas atividades, como " vitimização e sentimento de insegurança em campus universitários" e "crimes econômicos e cibernéticos", registraram uma participação mais baixa, com 8 e 10 participantes, respectivamente. Vale lembrar que

² Como o seminário intermediário do projeto Erasmus-Success, que foi transferido para o Brasil em razão da situação vivida pelo Peru naquele momento e foi sediado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

todas essas palestras foram gravadas e algumas delas já estão disponíveis no youtube do projeto Erasmus-Success, contando com algumas visualizações.

Tabela 2 – Quantidade de participantes por atividade realizada no seminário intermediário do projeto Erasmus-Success

Data	Atividade	Quantidade de participantes
24/05	Mesa de boas vindas	39
24/05	Mesa redonda: Novas versões da criminologia	60
24/05	Grupo de trabalho: Engajamento no crime e encarceramento de mulheres	26
24/05	Mesa redonda: Violência envolvendo crianças, adolescentes e jovens	73
24/05	Mesa redonda: Vitimização de mulheres e percepções sociais de gênero	50
25/05	Minicurso: Antropologia Forense e identificação humana	29
25/05	Mesa redonda: Novos campos da criminologia?	31
25/05	Mesa redonda: Vitimização e sentimento de insegurança em campus universitários	8
25/05	Mesa redonda: Novos métodos de pesquisa em criminologia	52
25/05	Mesa redonda: Trajetórias criminais e as dinâmicas sociais de grupos juvenis	52
26/05	Mesa redonda: Crimes econômicos e cibernéticos	10
26/05	Mesa redonda: Vitimização infanto juvenil: consequências na vida adulta e desafios	33
26/05	Mesa redonda: Sistema de Justiça Juvenil	60

Em razão das trocas realizadas neste seminário, em junho, aconteceu a defesa de dissertação intitulada "HOMICÍDIO OU FEMINICÍDIO? Um estudo sobre a transformação da letra morta da lei em práticas sociais", apresentada por Isabella Silva Matosinhos. Esse momento marcou o fortalecimento do intercâmbio acadêmico entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidad de Castilla la Mancha, dada a presença da Profa. Dra. Pilar Tarancón Gómez, dessa instituição, evidenciando a colaboração internacional e a troca de conhecimentos entre as instituições envolvidas no projeto Erasmus-Success.

Dois novos programas de curso que foram não apenas elaborados no âmbito do projeto Erasmus-Success, mas que contaram com a participação de professores europeus durante a sua realização no segundo semestre de 2023. São eles:

- Disciplina DIP DSO813 Seminário de Estudos Avançados (SEA) sobre sociologia do crime, do desvio e do conflito, aberta somente para alunos do mestrado e doutorado, posto o uso exclusivo de bibliografia em língua inglesa (Anexo 5). Essa disciplina contou com a matrícula de 10 estudantes, sendo que boa parte das referências utilizadas foi oriunda do projeto Erasmus-Success.
- Disciplina UNI 111 – Formação Transversal em Direitos Humanos: crime, segurança pública, justiça criminal e sistema prisional numa perspectiva comparada (Anexo 6), aberta para alunos de todas as graduações da UFMG e pós-graduação. Tivemos um total de 30 alunos matriculados neste curso que foi oferecido nas quartas-feiras entre 14h e 18h;

Especificamente no caso da formação transversal em direitos humanos, as aulas públicas abrigaram palestrantes europeus, que vieram a UFMG no âmbito do projeto Erasmus-Success. Flávia Loureiro e Marlene Matos, da Universidade do Minho, discutiram sobre o tráfico de seres humanos em outubro, enquanto Manuela Cunha, também da Universidade do Minho, trouxe reflexões sobre punitividade e encarceramento em novembro. A professora Raquel Bartolomé, da Universidade Castilla la Mancha, abordou a temática da violência escolar no mesmo mês. O professor Fernando Conde Monteiro, da Universidade do Minho, proporcionou uma perspectiva histórica sobre a punição em agosto. Essas aulas públicas não apenas enriqueceram o currículo da formação transversal, mas também incentivaram a reflexão crítica sobre questões cruciais relacionadas aos direitos humanos, contribuindo para uma formação mais abrangente e consciente dos futuros profissionais (Anexo 7).

Especificamente no caso da visita da professora Raquel Bartolomé, dado o enorme interesse na temática da violência escolar em geral e do bullying nas escolas em especial, a opção foi a realização de um minicurso, computado como atividade de extensão para

a nossa comunidade (discente, docente e visitantes), que foi coordenado pela professora Flávia Xavier da Faculdade de Educação (Anexo 8). Em média, foram 50 participantes por oficina, confirmando o enorme interesse nessa temática e a relevância de outras colaborações dessa natureza.

Implementação do curso de especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública em março de 2023, conforme pode ser vislumbrado no edital de seleção (Anexo 9). A partir desse processo seletivo, foram matriculados 44 alunos, sendo 22 mulheres e 12 homens. Deste total, 28 são originários de Minas Gerais, o que demonstra capacidade de alcance de outros estados da federação brasileira, tais como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo e Pernambuco. Importa sublinhar também que há um total de 24 alunos que são profissionais de segurança pública, os quais atuam como policiais, guardas municipais, defensores públicos, dentre outros. De acordo com as informações dadas pelos interessados no curso, as principais motivações para a realização da especialização podem ser vislumbradas na Figura 1.

Figura 1 – Nuvem de palavras sobre as motivações dos alunos para ingresso no curso de especialização em estudos de segurança pública



Vale destacar que, em dezembro de 2023 temos apenas 30 alunos frequentes. Em parte, as desistências foram devidas à dissonância entre o previsto e o realizado em um curso no formato síncrono, mas não presencial. Conversamos pessoalmente com cada um dos alunos desistentes e todos afirmaram que o cancelamento da matrícula se deu em razão da quantidade de trabalho, que era muito semelhante a uma especialização no formato presencial. Assim sendo, não consideramos que essas desistências sejam problemas, mas, em verdade, uma reafirmação do nosso compromisso com a realização de um curso de qualidade que possa contribuir para a formação de profissionais mais engajados com as atividades de segurança pública.

O curso é em parte subsidiado pela UFMG e, em parte, pago pelo discente, com mensalidade no valor de R\$ 389,95 (Trezentos e oitenta e nove Reais, e noventa e cinco centavos). Neste momento, temos 25 pagantes, sendo que os demais são bolsistas, dentro da proposta da UFMG de auxiliar alunos de maior vulnerabilidade em processos de formação acadêmica. Todo o dinheiro arrecadado é investido na orientação dos trabalhos de conclusão de curso, que devem ser avaliação de políticas públicas e/ou proposição de projetos de intervenção que contribuam para a melhoria da segurança pública em âmbito local, estadual e/ou nacional.

Como decorrência do projeto Erasmus-Success, testemunhamos importantes mobilidades acadêmicas que fortaleceram significativamente os laços colaborativos entre instituições espanholas. No primeiro semestre de 2023, a aluna de doutorado Rocío Martínez Almenara, proveniente da Universidade Miguel Hernandez de Elche, participou de um programa de doutorado sanduíche no Brasil. Essa mobilidade não apenas proporcionou à aluna a oportunidade de aprofundar suas pesquisas em um ambiente acadêmico internacional, mas também enriqueceu a troca de perspectivas e métodos entre as universidades participantes. Adicionalmente, no segundo semestre de 2023, a professora Valéria Cristina Oliveira da UFMG embarcou para um período sabático na Universidade Castilla La Mancha, na Espanha. Essa iniciativa promoverá a colaboração

entre as instituições, fomentando a disseminação de conhecimento e a interação entre pesquisadores, contribuindo assim para o aprimoramento das práticas acadêmicas e o desenvolvimento conjunto de estudos avançados na área de criminalidade e segurança pública.

Ano de 2024

Para o próximo ano, já temos duas ações previstas, como forma de dar continuidade aos trabalhos iniciados no âmbito do projeto Erasmus-Success.

Segunda edição do curso de especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Anexo 10) já está com o edital devidamente pronto e será lançado em janeiro de 2024. A ideia é recrutar até 60 novos estudantes, com ênfase nos profissionais de segurança pública.

Mobilidades de professores do Minho para o Brasil, com vistas a colaborar com a realização de pesquisas de vitimização, com especial destaque para as questões de gênero. Trata-se de ação que colabora com a consolidação das relações internacionais, alinhando-se aos objetivos e benefícios propostos pelo projeto Erasmus-Success.

Considerações finais

Este relatório apresentou as principais iniciativas do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), destacando o impacto positivo do projeto na promoção e fortalecimento do ensino da criminologia na América do Sul. As atividades realizadas, como mobilidades acadêmicas, visitas de professores europeus para a realização de seminários e cursos, contribuíram para consolidar o CRISP como parte fundamental da rede de formação criminológica.

O ano de 2022 testemunhou a mobilidade do professor Bráulio Figueiredo Alves Silva para a Universidade de Miguel Hernandes de Elche, fortalecendo laços e projetando cursos conjuntos. A visita do Professor Rolando Santamaría representou um marco na cooperação internacional, culminando em uma parceria formal entre a UFMG e a Universidade Pontifícia Comillas. A transformação de informações em relatórios internos e a realização de seminários online evidenciam a adaptabilidade e a expansão da influência do CRISP.

Já em 2023, o seminário internacional realizado na UFMG, a defesa de dissertação com participação internacional e a implementação de dois novos programas de curso são testemunhos concretos do progresso do projeto Erasmus-Success. A oferta de disciplinas com a participação ativa de professores europeus, as aulas públicas e a realização de atividades não inicialmente previstas demonstram a flexibilidade e a capacidade de adaptação do projeto às demandas emergentes. As mobilidades acadêmicas continuaram a fortalecer os laços colaborativos, com destaque para a participação ativa de alunos e professores em intercâmbios entre a UFMG e instituições espanholas. O curso de especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, com sua segunda edição planejada para 2024, evidencia o impacto duradouro do projeto Erasmus-Success na formação de profissionais altamente capacitados e engajados com uma criminologia mais orientada por evidências.